

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL

VALONGO

Quadriênio 2013-2017

abril de 2014

Ficha Técnica

TÍTULO: PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL DE VALONGO

EDIÇÃO: ABRIL DE 2014

SUPERVISÃO: UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CONCEÇÃO E REDAÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E DESPORTO; CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DESIGN GRÁFICO: GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VALONGO

DATA: ABRIL DE 2014

Índice

Sumário Executivo	6
I. Introdução	9
II. A Educação em Portugal	14
1. Compromissos nacionais e internacionais	14
2. As competências dos Municípios na Educação	18
2.1. O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação com o Projeto Educativo Municipal.....	19
III. Processo de Construção do Projeto Educativo Municipal	21
1. Recolha e análise de dados quantitativos, qualitativos e documentais	21
1.1. Dados quantitativos	21
1.2. Dados qualitativos e documentais.....	22
2. Tratamento de dados qualitativos, documentais e quantitativos.....	23
IV. Caracterização Geral do Território Educativo.....	25
1. Demografia	25
2. Mercado de Trabalho e Desemprego.....	28
2.1. Desemprego.....	29
3. Cultura.....	31
4. Educação	33
4.1. Índices de escolarização.....	33
4.2. Rede Educativa, População Escolar e Oferta Formativa	34
4.3. Sucesso Educativo	58
4.4. Atividades de animação e apoio à família na Educação Pré-Escolar	74
4.5. Ação Social Escolar	76
4.6. Recursos Humanos	79
5. Diagnóstico qualitativo dos agentes educativos do Concelho	80
5.1. Avaliações externas de Agrupamentos de Escolas	80
5.2. Focus Groups	81
5.3. Estruturas de apoio, redes de parceria e projetos socioeducativos existentes no concelho	83
V. Plano de Ação.....	107
1. Linhas orientadoras do PEM	107
1.1. Objetivos gerais e específicos do projeto.....	109
1.2. Operacionalização do Plano de Ação	116
1.3. Execução do PEM	116
1.4. Avaliação do PEM	117
Bibliografia.....	119

As recentes e rápidas evoluções tecnológicas fizeram emergir um novo paradigma social. Alguns chamam-lhe sociedade de informação, outras do conhecimento, outros ainda da aprendizagem. O mundo em que vivemos caracteriza-se pela existência de um fluxo intenso de informações, em permanente mudança, onde o conhecimento é um recurso flexível, sempre em expansão e em transmutação.

Neste contexto, a Educação, confronta-se com um imenso desafio: dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento, contribuindo para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades. À Escola solicita-se o exigente papel promover competências para participar e interagir num mundo global, competitivo, que valoriza a flexibilidade, a capacidade de adaptação, a criatividade, a inovação e, sobretudo, a capacidade de compreender que a aprendizagem é um processo que ocorre ao longo de toda a vida, quer de forma autónoma, quer na interação com outras pessoas.

Os municípios não são alheios a esta tendência e assumem, necessariamente, novas responsabilidades educadoras no âmbito da formação e promoção do desenvolvimento de habitantes de ambos os sexos, de todas as idades e de todos os estratos socioeconómicos.

A construção do Projeto Educativo Municipal constitui o primeiro passo para a assunção de Valongo enquanto um município e concelho educadores que desde o primeiro momento assumi, na altura enquanto membro da Assembleia Municipal. Enquanto presidente da Câmara Municipal de Valongo reconheço que se trata de uma forma consistente de identificação de desafios emergentes, uma forma de contrariar fatores deseducativos instalados e superar a fragmentação e duplicação de serviços, racionalizando a utilização dos recursos.

Implicando todos os agentes educativos do território e todas as áreas municipais, recorrendo à participação de indivíduos e instituições e assumindo a proximidade e a vinculação do PEM ao território e à comunidade, este documento visa, pois, apresentar aquelas que são consideradas as linhas orientadoras das políticas educativas no concelho de Valongo entre 2013 e 2017.

O passo seguinte visa encontrar, com ambição, a melhor solução educativa para as dificuldades e anseios identificados neste documento.

José Manuel Ribeiro
Presidente da Câmara Municipal de Valongo

A Educação deve ser, cada vez mais, uma preocupação central do concelho de Valongo tendo em vista o desenvolvimento económico e social da sua população, na sua maioria jovem. Ao assumir responsabilidades acrescidas na área da educação, faço-o com a convicção de que é a nível local, na identidade e especificidade própria de cada território, com as dinâmicas sociais que lhe estão associadas, que a educação deve encontrar as melhores soluções para as populações e as comunidades.

Pese embora todas as responsabilidades legalmente definidas ao nível autárquico não hesitamos pois em assumir o desafio de concluir o processo de construção do Projeto Educativo Municipal (PEM), na senda dos quatro pilares enunciados pela UNESCO para a educação do presente século: aprender a conhecer; aprender a ser; aprender a fazer; aprender a viver em conjunto. Neste sentido o documento que ora se apresenta assenta em três eixos essenciais: o sucesso educativo, a aprendizagem ao longo da vida e a empregabilidade; a cidadania e a igualdade; a articulação / comunicação e planeamento na comunidade educativa. O PEM é uma vertente essencial do projeto estratégico de desenvolvimento local, especificando o sentido da ação educativa do território e o seu modo singular de se organizar. Define as opções básicas, os princípios orientadores, os objetivos e linhas prioritárias de atuação que devem presidir e conduzir à definição e à execução de políticas educativas da cidade.

O Município de Valongo assume-se pois como entidade parceira dinamizadora, que assume a sua função e poder educativo em conjunto com os restantes agentes locais, definindo em conjunto com os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública e privada, as associações culturais e desportivas, as entidades formadoras, as instituições sociais, associações de pais e mães, as empresas uma estratégia global que permita encontrar soluções locais para problemas e anseios comuns.

O desafio seguinte consiste, através de conhecimento partilhado, diálogo, experiências conjuntas, criar ações concretas que unem dimensões da vida que habitualmente se apresentam como dissociadas: a educação e formação ao longo da vida, a oferta e a procura de emprego, o cultural, o económico e o social. Concertando o formal, não-formal e o informal pretende-se criar uma dinâmica educativa participada, resultante de mudanças individuais, grupais e comunitárias que faça de Valongo uma Cidade Educadora.

Orlando Rodrigues
Vereador da Educação, Desporto e Juventude

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Projeto Educativo Municipal (PEM) de Valongo 2013-2017 está organizado em cinco grandes capítulos. No primeiro é efetuada uma breve introdução às questões da educação e são explanadas as principais opções teóricas que orientaram todo o trabalho.

O segundo capítulo procede à contextualização dos principais compromissos nacionais e internacionais assumidos no âmbito da educação, que norteiam a ação a nível local; esta parte reflete ainda acerca das principais competências dos municípios na educação, sobretudo no que ao Conselho Municipal de Educação diz respeito.

O terceiro capítulo apresenta o processo de construção do PEM de Valongo, focando-se na recolha e tratamento de dados. O seu processo de construção assentou na metodologia de planeamento estratégico e na participação e envolvimento de entidades parceiras, organizadas em *Focus Groups*, com os quais se desenvolveram **16 sessões**.

A recolha e análise de diversos dados qualitativos e quantitativos permitiram uma caracterização do Concelho de Valongo, que surge nos capítulos quarto e quinto do documento, possibilitando a identificação de carências, potencialidades e oportunidades de intervenção, das quais se destacam:

- Taxa de pré-escolarização de 86,4% em 2012/2013;
- Parque escolar renovado ao nível da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, com todos os estabelecimentos dotados de espaços de refeições e com a eliminação de turmas de 1.º ciclo com desdobramento de horários;
- Aumento gradual da população escolar ao nível da Educação Pré-Escolar, em virtude do aumento da oferta da rede pública;
- Alargamento da oferta da componente de apoio à família na Educação Pré-Escolar, que abrange 559 crianças em 2012/2013;
- Concelho com grandes potencialidades em termos sociodemográficos, com um perfil marcadamente jovem (índice de envelhecimento de 81%, muito inferior à média nacional) e em crescimento (população residente aumentou 9,1% entre os últimos momentos censitários);
- Proximidade e trabalho em rede entre diversas instituições, como são exemplo a Rede Social de Valongo e a Rede de Psicólogos/as Escolares – EsPSIS;
- Taxa de analfabetismo residual, de 2,8%;
- Abandono escolar, de acordo com dados dos Estabelecimentos Escolares, é de **0,07%** no ensino básico, valor que pode ser considerado residual, e de **5,15%** no ensino secundário;
- Taxa de retenção escolar é de **9,6%** no ensino básico e **20,4%** no ensino secundário, sendo mais elevada entre os rapazes que entre as raparigas;

- As taxas de sucesso, no ensino básico, são superiores à média nacional, bem como às metas definidas no Programa Educação 2015; no que respeita ao ensino secundário são inferiores às médias nacionais, do Grande Porto e da AMP;
- Resultados dos exames nacionais superiores à média nacional no ensino básico, mas inferiores às médias nacionais no que ao ensino secundário diz respeito;
- Défice de equipamentos tecnológicos e didáticos, problemas de sobrelotação e degradação física dos edifícios nas Escolas Secundárias de Ermesinde e Valongo e na Escola Básica Vallis Longus, com consequente transferência de alunos e alunas para escolas de concelhos vizinhos;
- Redução substancial da população escolar no ensino básico e secundário, com destaque para este último que perdeu cerca de 25% do número de discentes nos últimos 10 anos;
- População residente com níveis de qualificação escolar semelhantes à da generalidade da população portuguesa; apenas 11,4% possui habilitações ao nível do pós-secundário ou superior;
- Aumento do número de discentes beneficiários/as de Ação Social Escolar;
- Insuficiente número de trabalhadores/as afetos à Educação e Juventude no Município de Valongo, face às necessidades existentes, que implica a instabilidade do vínculo do pessoal não docente, com funções de apoio educativo, afeto aos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo;
- Falta de participação de pais, mães e encarregados/as de educação na vida escolar e nas atividades extracurriculares de crianças e jovens;
- Existência de uma multiplicidade de projetos/atividades sem fio condutor e sem intencionalidade;
- Ausência de projetos socioeducativos dirigidos a públicos com idade entre 0 e os 2 anos e número reduzido de projetos para públicos com Necessidades Educativas Especiais;
- Inexistência de documentos integradores de divulgação das atividades e projetos;
- Desadequação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho;
- Desadequação entre a procura e oferta formativa existente;
- Predomínio das microempresas (96,2% do total das empresas) e do sector terciário (82%);
- Aumento gradual do desemprego registado: em abril de 2013 registavam-se 9421 desempregados/as inscritos/as no Centro de Emprego de Valongo, o que representa um aumento de 64% em relação a 2008; o rácio de desemprego de longa duração é de 47,5%; 49,3% das pessoas desempregadas com idade entre os 35 e os 54 anos; 52% de desempregados/as são mulheres.

Fruto desta caracterização, o PEM foi estruturado em **3 Eixos de Intervenção Prioritários**:

Eixo 1 – Sucesso Educativo, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade;

Eixo 2 – Cidadania e Igualdade;

Eixo 3 – Articulação / Comunicação e Planeamento na comunidade educativa.

O Eixo 1 – **Sucesso Educativo, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade** remete para a necessidade de atuar ao nível do aumento das competências de alunos/as, incentiva uma cultura de escolaridade prolongada e aprendizagem ao longo da vida e preocupa-se com a elevação dos níveis de qualificação e aumento da taxa de empregabilidade.

O Eixo 2 – **Cidadania e Igualdade** define objetivos relacionados com o desenvolvimento de projetos de educação para a cidadania em todos os agrupamentos. A promoção do conhecimento do concelho e do seu património histórico, cultural e ambiental, o aumento dos níveis de participação cívica da comunidade educativa, a melhoria da oferta de serviços que promovam a conciliação entre a vida profissional e familiar são as outras prioridades deste eixo.

O Eixo 3 – **Articulação / Comunicação e Planeamento na comunidade educativa** visa consolidar uma cultura de efetiva articulação e trabalho em rede, promover a partilha de informação e criar uma estrutura integradora e gestora da oferta educativa e formativa.

I. INTRODUÇÃO

“... que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar...”

Palavras para uma cidade – José Saramago (2010)

Cidade pode ser definida como: 1. meio geográfico e social caracterizado por uma forte concentração populacional que cria uma rede orgânica de troca de serviços (administrativos, comerciais, profissionais, educacionais e culturais); metrópole; 2. tipo de vida e de hábitos socioculturais do meio urbano, por oposição ao campo (Dicionário Editora da Língua Portuguesa, 2013).

No entanto, a Cidade é também o encontro e cruzamento de seres humanos livres. É concentração de população, de serviços, de recursos. É diversidade e diferença. É heterogeneidade de culturas, de grupos sociais, de modos de acesso aos benefícios sociais, de idades e de estatutos. É diálogo e conflito contínuo de interesses entre cidadãos e cidadãs. É movimento e afirmação de múltiplos modos de vida. Cidade é ainda progresso, bem-estar, concentração de atividades económicas e geração de riqueza (Azevedo, 2001).

Assim sendo, cada cidade encerra em si uma dimensão educativa que não se restringe aos espaços escolares. O mapa educativo da urbe integra uma série de locais, atividades e agentes que, de forma intencional ou casual, a provê de formação (Formosinho, Fernandes, Machado & Ferreira, 2005). O meio urbano incorpora, pois, instituições pedagógicas e situações educativas ocasionais, programas formativos cuidadosamente desenhados e encontros educativos casuais (Trilla, 1998). Uma vez que os processos educativos não são necessariamente cumulativos (tanto se reforçam como interferem, contradizem, complementam e sobrepõem) existe a necessidade de os harmonizar (Formosinho *et al*, 2005) e assim potenciar a sua capacidade educativa formal, informal e não-formal (Trilla, 1998). A procura de níveis mais elevados de integração dos diversos projetos sociais, culturais e institucionais deu origem ao conceito de *cidade educadora*, avançado pela UNESCO (Faure, Herrera, Kaddoura, Lopes, Petrovsky, Rahnema, Ward, 1972). O objetivo é desenvolver projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos e das habitantes e enriquecer as relações das pessoas entre si e com o seu meio, sendo o ponto de partida para este objetivo a participação ativa de cidadãos e cidadãs na utilização e evolução da própria cidade (Villar, 2001).

O desafio maior é o da promoção do equilíbrio e harmonia entre a sua identidade e a sua diversidade, oferecendo simultaneamente formação e práticas de cidadania democrática. Villar (2001) defende a necessidade de um projeto amplo, integrador e consensual, fruto do diálogo e da capacidade de negociação entre todos os cidadãos, cidadãs e agentes potencialmente educativos do território. Neste contexto, é a comunidade local a primeira responsável pela definição de um projeto educativo integral, em que devem participar a escola, a família, as instituições do território e as associações como principais agentes educativos, juntamente com

a estrutura produtiva pública e privada. Cada uma destas instituições deve assumir um papel bem definido, prosseguindo a concretização das possibilidades educativas da Cidade, e marcando as opções do seu projeto educativo numa estrutura integradora. Afinal, o acesso à educação não é apenas um direito mas também um dever de cidadania participativa.

Pensar a Cidade nesta perspetiva, numa visão estratégica e prospetiva, é pensar o futuro, pensar a cidadania; é pensar na educação numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida. Pensar o futuro implica partir de uma realidade presente e de uma história vivida. Vivemos tempos de crise económica e de grande transição cultural, sendo que as escolas e outras instituições concelhias são, em especial, palcos de crises profundas que afetam toda a população. Por um lado, é bem evidente a crise do modelo moderno de educação escolar; por outro constata-se a degradação da qualidade de vida das populações.

Segundo Azevedo (2007), este modelo, que foi criado sobre o princípio abstrato de cidadania e igualdade, está a desmoronar-se e os seus limites são bem visíveis: a quantidade tem vindo a substituir a qualidade educativa; o aumento da heterogeneidade não foi acompanhado por soluções de flexibilidade, nomeadamente ao nível dos *currícula*, das metodologias, dos modos de avaliação, da organização escolar, ou seja da conceção e execução das políticas educativas; continua a existir um número significativo de pessoas que não alcançam uma escolaridade básica prolongada, abandonando o sistema de ensino e de formação sem qualificações escolares e profissionais; os diplomas escolares já não permitem um acesso direto ao emprego, existindo um desajuste entre a oferta de pessoas diplomadas e a procura do mercado de trabalho; os processos de inserção socioprofissional e as trajetórias profissionais são múltiplas e incertas; há toda uma contradição entre o que se pede às instituições educativas como princípios e missão e a forma como se exige que se organizem para o cumprimento de outras dinâmicas bem diferentes.

No entanto, e apesar da crise da sociedade em geral e do sistema educativo em particular, nunca foi tão evidente a importância do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida para o desenvolvimento pessoal, para a inserção social de cada cidadão e de cada cidadã e para a concretização de uma sociedade que se quer educadora. Fala-se de novas competências e de uma sociedade educativa e aponta-se a centralidade do conhecimento como a opção para o crescimento, tanto dos indivíduos como das organizações.

A educação e a formação estão no centro do processo civilizacional e, ao mesmo tempo, no centro das mudanças educacionais a que hoje assistimos e de que fazemos parte e, portanto, no centro da crise em que o mundo vive.

O histórico relatório da UNESCO sobre o futuro da educação “Aprender a ser” (Faure *et al*, 1972), já anteriormente referenciado, defende que a missão da educação é contribuir para que cada ser humano aprenda e assuma a sua condição humana, aprenda a viver, a tornar-se cidadão ou cidadã, membro de uma comunidade, sendo chamado a ser solidário e responsável. A Cidade, o Concelho, a Comunidade em construção podem conferir outra pertinência e relevância educativa ao ensino e novos significados ao ato de conhecer,

contextualizando-o, dando-lhe outros sentidos e atribuindo-lhe um leque diverso de utilidades sociais e humanas.

A aprendizagem ao longo da vida “deve fazer com que cada indivíduo saiba conduzir o seu destino, num mundo onde a rapidez das mudanças se conjuga com o fenómeno da globalização, para modificar a relação que homens e mulheres mantêm com o espaço e o tempo”, sendo esta “o meio de se chegar a um equilíbrio mais perfeito entre trabalho e aprendizagem e ao exercício de uma cidadania ativa” (Azevedo, 2007). Aprender ao longo da vida significa que se aprende na relação com a própria vida, o que implica olhar para todos os espaços da dimensão humana enquanto potenciais espaços de aprendizagem. Desta forma, as cidades / os concelhos poderão ser espaços de aprendizagem por excelência, porquanto possuem recursos próprios: escolas, museus, teatros, bibliotecas, galerias de arte, parques e espaços verdes, templos, associações culturais e recreativas, empresas, fundações, organismos públicos, serviços (Formosinho *et al*, 2005).

Fala-se, assim, na implementação de plataformas cívicas e redes interinstitucionais adequadas, com dinâmicas emergentes, objetivos, metas e prazos bem definidos. Redes de conhecimento interligadas que facilitam o intercâmbio de competências relacionais e institucionais. Plataformas que, num trabalho de rede, podem também operacionalizar-se em espaços disponíveis onde qualquer pessoa de qualquer idade seja convidada a entrar e a aceder à (in)formação e ao conhecimento nas suas diversas formas e manifestações.

Nesta lógica, um projeto educativo para a cidade deve inscrever a capacidade de recriar a cidadania, a liberdade e a esperança, de elevar a qualidade de vida de todos os cidadãos e cidadãs, inscrevendo-se em torno de valores culturais e de uma visão holística de vida no concelho e tendo as pessoas e a vida em comunidade no seu cerne. Ou seja, inscrever dinâmicas de aprendizagem e de formação centradas nos interesses das próprias pessoas, respondendo às suas necessidades de desenvolvimento e de aprendizagem.

Pensar a educação em Valongo é, pois, pensar num Projeto Educativo Municipal mas também um Projeto Educativo Metropolitano. Com um forte impulso da Área Metropolitana do Porto e realizado com a consultoria da Universidade Católica Portuguesa, a construção do Projeto Educativo Municipal visa dar origem ao Projeto Educativo Metropolitano cujos objetivos são: a) potenciar a possibilidade de realização educativa das comunidades e clarificar o papel dos diferentes agentes na rentabilização das potencialidades existentes; b) enquadrar nas estruturas de governo locais e metropolitanas a regulação territorial da educação e a organização de sistemas educativos; c) conjugar ações de promoção e valorização da escola e das qualificações escolares como motores de desenvolvimento local e metropolitano sustentado; d) consensualizar projetos educativos municipais e metropolitano como dinâmica de afirmação de uma identidade dos territórios educativos; e) superar a fragmentação e duplicação de redes de serviços e racionalizar os recursos educativos existentes; f) estimular a aprendizagem e a inovação, visando o enriquecimento dos cidadãos e cidadãs e a valorização

do seu capital humano, através do envolvimento cooperativo entre instituições educativas; g) monitorizar e avaliar as políticas e os projetos educativos e delinear propostas de melhoria.

O Projeto Educativo Municipal constitui um programa concertado e intencionalizado de intervenção concelhia e metropolitana, que pretende congregar esforços e recursos e definir prioridades que se integram nas políticas e compromissos internacionais, nacionais, regionais e locais. Para além disso, ao criar uma linha de ligação entre as áreas da aprendizagem formal, não-formal e informal, previne a dispersão e a duplicação de instituições, iniciativas e esforços que, direta ou indiretamente, intervêm no desenvolvimento educativo e formativo do concelho. Tal coordenação não pode, no entanto, ser confundida com unificação. Procura-se a criação de um projeto amplo, integrador e consensual, fruto do diálogo e da capacidade de escuta e negociação entre cidadãos, cidadãs e agentes potencialmente educativos do território (Villar, 2001). Partindo das especificidades de cada entidade, procura-se, portanto, a complementaridade e a cooperação, reconhecendo a importância da ação e esforço de cada instituição e atividade para uma política global que promova o desenvolvimento de habitantes – crianças, jovens e adultas/as (Formosinho *et al*, 2005) – num esforço de humanização e de fomento da aprendizagem ao longo da vida. Esta lógica de atuação, em que os agentes educativos são, ao mesmo tempo, autores e executores de políticas educativas, constitui um marco para uma outra forma de pensar e agir em educação.

Note-se que o PEM não pretende diminuir a autonomia pedagógica das instituições mas sim conjugar projetos educativos para que todas, de uma forma integrada, contribuam para a criação de um território que se deseja educador, impulsionador da aprendizagem ao longo da vida e potenciador de sinergias, rentabilizando recursos numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade (Barroso, 1999).

E foi, de facto, a filosofia de atuação concertada e integrada, que caracterizava já o trabalho desenvolvido pela Rede Social no concelho de Valongo, que serviu de mote para o processo de construção do PEM. A Rede Social assenta numa parceria alargada entre instituições públicas e privadas que atuam no concelho e baseia-se na igualdade entre entidades parceiras, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada uma, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos. No terreno desde 2003, a Rede Social de Valongo tem vindo a articular e congregar esforços entre entidades públicas e privadas, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Neste contexto, criou canais regulares de comunicação e informação entre entidades parceiras e a população em geral, garantindo uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local. Este trabalho de articulação, amplamente reconhecido pelas entidades que participaram na elaboração do PEM, está materializado no Diagnóstico Social (2010) e Plano de Desenvolvimento Social – PDS (2011-2014), documentos construídos com base na metodologia de planeamento estratégico participado. Considerando a necessidade de articulação entre os diversos documentos de

planeamento estratégico, pretende-se, pois, que o PEM integre o Plano de Desenvolvimento Social e se transforme num dos seus eixos de intervenção prioritária.

A Carta Educativa – elaborada em 2007, com relatórios de monitorização datados de 2009 e 2012 – é outro documento estruturante a partir do qual o PEM decorre e que visa, em conjunto com todos os documentos acima referidos, contribuir para a promoção do sucesso educativo, aqui entendido como conceito que não se restringe ao sucesso na instrução ou na prossecução dos objetivos globais definidos para um determinado ciclo de estudos, mas integra, antes, inúmeros fatores centrados quer nos alunos e alunas, quer na instituição/escola, quer no contexto social. Ou seja, a sua definição tem em conta variáveis relacionadas com as políticas educativas, com as questões de aprendizagem, os conteúdos, a relação pedagógica, o meio envolvente, etc.

O PEM terá um período de vigência de quatro anos e assume como objetivo central contribuir para o desenvolvimento integral do território, não só propondo, apoiando e catalisando esforços, como liderando a rede de relações e funções que tornem operacionais as iniciativas acordadas e com o protagonismo e compromisso de todas as entidades e agentes intervenientes (Villar, 2001). O PEM procura, em suma, potenciar as condições necessárias ao desenvolvimento de uma sociedade que pode oferecer a todas as pessoas múltiplas e flexíveis oportunidades de aprender (Azevedo, 2001).

II. A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL

1. Compromissos nacionais e internacionais

Com intenções convergentes, desenvolvem-se, no plano internacional, vários programas destinados a reforçar a eficácia dos sistemas de educação e formação, tendo os países envolvidos assumido compromissos e definido metas comuns para a próxima década.

Do mesmo modo, Portugal assumiu compromissos internacionais em relação aos princípios enunciados e a algumas das metas definidas no **Programa Educação e Formação para 2020 (EF2020)** da União Europeia, que define uma estratégia comum para a cooperação europeia no domínio da educação e formação até 2020. Este Quadro visa dar resposta aos desafios que ainda se verificam para criar uma Europa do conhecimento e tornar a aprendizagem ao longo da vida uma realidade para todos e todas, procurando, então, apoiar os Estados-Membros na continuação do desenvolvimento dos seus sistemas educativos e de formação. Estes sistemas deverão proporcionar os meios para que todos os cidadãos e cidadãs realizem os seus potenciais, bem como assegurar a prosperidade económica sustentável e a empregabilidade. O Quadro Estratégico deverá, assim, ter em consideração todo o espectro dos sistemas de educação e formação numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, abrangendo todos os níveis e contextos (incluindo a aprendizagem não formal e informal).

Existem quatro objetivos estratégicos definidos no âmbito do Quadro:

- Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade;
- Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação;
- Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa;
- Incentivar a criatividade e a inovação, incluindo o espírito empreendedor, a todos os níveis da educação e da formação.

Para medir o progresso alcançado relativamente a estes objetivos, eles são acompanhados por vários indicadores e critérios de referência europeus.

Mais recentemente, Portugal decidiu envolver-se, também, no projeto **Metas Educativas 2021**, que decorre no âmbito da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura. Este programa assume como objetivo central *“conseguir ao longo da próxima década uma educação que responda satisfatoriamente às demandas sociais inadiáveis: conseguir que mais alunos estudem, durante mais tempo, com uma oferta de qualidade reconhecida, equitativa e inclusiva e na qual participem a grande maioria das instituições e setores da sociedade”* (Metas Educativas 2021, 2008). Visa, então, a melhoria da educação nos países do espaço ibero-americano, considerando-a uma estratégia fundamental para avançar na coesão e na inclusão social.

Conforme é possível analisar, ambos os programas prosseguem objetivos comuns e adotam metodologias idênticas para a próxima década, designadamente:

- Formular metas a alcançar num período de 10 anos;

- Quantificar e medir os níveis de aproximação das metas, a partir de indicadores específicos;
- Acompanhar, anualmente, os progressos de cada país e realizar um balanço intermédio em 2015, para reavaliar as metas em face dos progressos verificados.

A nível nacional, e partindo dos critérios de referência europeus apontados como metas educativas e formativas – quer no plano europeu quer no plano da organização dos estados membros Ibero-americanos – Portugal centrou-se em quatro: (i) as competências básicas, (ii) o abandono escolar, (iii) a expansão da rede da educação pré-escolar (EPE) e (iv) a aprendizagem ao longo da vida.

No âmbito da política educativa do XVIII Governo Constitucional, foi lançado no ano letivo 2010/2011, o **Programa Educação 2015**, o qual define como objetivos centrais melhorar as competências básicas de alunos e alunas e assegurar a permanência no sistema de todos e todas as jovens até aos 18 anos, garantindo o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.

Em termos de metodologia, apresenta quatro linhas orientadoras:

- Adoção de indicadores e metas nacionais para as duas áreas nucleares:
 - ✓ Melhoria de competências básicas em Língua Portuguesa e Matemática;
 - ✓ Redução da desistência escolar;
- Envolvimento dos Agrupamentos e das escolas;
- Envolvimento das famílias, das organizações, da comunidade e das autarquias;
- Monitorização e avaliação do programa, nos vários níveis de execução – nacional, concelhio, de cada Agrupamento e de cada escola.

Para monitorizar os avanços nos domínios das competências básicas e na redução do abandono escolar, selecionaram-se três indicadores nacionais de qualidade educativa:

Indicador 1 – Resultados em provas nacionais (provas de aferição e exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática);

Indicador 2 – Taxas de repetência nos vários anos de escolaridade;

Indicador 3 – Taxas de desistência escolar.

Os indicadores 1 e 2 permitem avaliar a evolução no domínio das competências básicas e dado que exprimem competências do mesmo domínio das que são avaliadas nas provas de Leitura e de Matemática do PISA (Programme for International Student Assessment, lançado em 1997 pela Organisation for Economic Co-operation and Development e que visa avaliar, de uma forma regular, os sistemas educativos em termos do desempenho de alunos e alunas, no contexto de um enquadramento conceptual aceite internacionalmente), estes resultados permitirão também verificar os avanços de Portugal em relação às metas de convergência.

Na mesma lógica, o indicador 3 permitirá aos Agrupamentos e às escolas detetar casos de abandono escolar e focalizar a sua atuação numa ótica preventiva, em colaboração com as respetivas autarquias, com organizações da comunidade e com encarregados e encarregadas de educação.

Para além destes indicadores, o então Ministério da Educação disponibilizou, ainda, indicadores relativos a:

- Metas nacionais a atingir em 2015, referentes a cada um dos três indicadores de qualidade educativa;
- Resultados nacionais e concelhios, em cada ano letivo, igualmente referentes a cada um dos três indicadores de qualidade educativa;
- Resultados de cada Agrupamento e de cada escola, em cada ano letivo, referentes a cada um dos mesmos indicadores;
- Metas de aprendizagem, definidas qualitativamente como referenciais a atingir por discentes em cada ciclo e em cada área disciplinar.

Para desenvolver o Programa Educação 2015, o (na altura) Ministério da Educação propôs a cada Agrupamento e a cada escola que, a partir do ano letivo 2010-2011 e até 2015, assumisse os objetivos e linhas orientadoras constantes do mesmo e criasse a sua própria estratégia de progresso. A elaboração dessa estratégia requereu que os órgãos de gestão das escolas se organizassem através de uma dinâmica que permitiu:

- Integrar a melhoria efetiva dos resultados de aprendizagem, a redução de repetência e a prevenção de desistência, como prioridades do seu projeto educativo e dos seus planos anuais e plurianuais de atividades;
- Formular metas anuais para o progresso de resultados do Agrupamento de Escolas, relativos a cada indicador;
- Selecionar atividades pedagógicas e formas de organização focadas nas metas a atingir, com especial relevo para as atividades curriculares em sala de aula, mas também para o trabalho realizado noutros contextos;
- Estimular o envolvimento de docentes, famílias e comunidades;
- Avaliar e monitorizar os resultados.

O Programa prevê ainda que as famílias sejam informadas e convidadas a aderir, mediante participação ativa das associações de pais e encarregados/as de educação e, sempre que seja viável, que prestem apoio ao desenvolvimento das competências básicas das crianças e jovens, nomeadamente em atividades de leitura em família, no incentivo, na vigilância e no apoio ao estudo.

Tendo em conta o papel central desempenhado pelas autarquias no sistema educativo, o Programa prevê também que a estratégia seja apresentada aos Municípios e que seja disponibilizada informação agregada sobre os Agrupamentos e escolas do respetivo concelho, permitindo desta forma uma reflexão sustentada sobre a situação das suas escolas, quer face à média nacional quer face aos objetivos a atingir, o que permitirá que a ação do Município se oriente para as metas definidas para 2015. Tal nunca se efetivou no que respeita ao concelho de Valongo.

A nível nacional e no presente ano letivo não há, contudo, indicações da continuidade ou não do Programa Educação 2015. No entanto, e na falta de outros referenciais, o Programa

Educação 2015, o Quadro Estratégico 2020 e o projeto Metas Educativas 2021 continuam a servir de referência ao Projeto Educativo Municipal de Valongo, constando-se que quer as escolas – no âmbito dos seus Projetos Educativos (PE) – quer o Município – no contexto do Plano de Desenvolvimento Social 2011/2014 – se centraram nestes instrumentos estratégicos para a definição de objetivos, metas e ações a encetar.

2. As competências dos Municípios na Educação

Como salientado anteriormente, as autarquias desempenham um papel central no sistema educativo. Este encontra-se espelhado, desde logo, na Constituição da República Portuguesa (1976), que reforça as competências da administração local, consolidando o papel das autarquias como o nível de poder mais próximo dos cidadãos e das cidadãs (cf. art.º 237). Este reforço de competências enquadra-se num conjunto de princípios que visam o reforço da coesão nacional, a solidariedade inter-regional, a promoção da eficácia e eficiência da gestão pública e o princípio da subsidiariedade. É, pois, neste espírito de descentralização de atribuições que os Municípios têm vindo a assumir-se como peças centrais da democracia, sendo a Educação, claramente, um dos seus campos de intervenção de eleição. Assim, e nos termos do artigo 19.º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro (recentemente revogada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro) têm sido delegadas competências, sobretudo, aos seguintes níveis: construção, apetrechamento e manutenção dos equipamentos de jardins-de-infância e escolas básicas, bem como realizar investimentos nestes domínios; elaboração da “Carta Escolar”; criação dos “Conselhos Locais de Educação”; gestão dos transportes escolares, dos refeitórios e do alojamento de alunos e alunas, participação nos apoios da ação social escolar; apoio nas atividades complementares de ação educativa e educação extraescolar e gestão do pessoal não docente.

O Decreto-Lei 07/2003, de 15 de janeiro, transfere efetivas competências para os Municípios no âmbito dos Conselhos Municipais de Educação e da elaboração da Carta Educativa.

Mais recentemente, o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril (alterado pelo Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho), legisla sobre o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e, nesse pressuposto, convida à participação de todos os intervenientes no processo educativo, entre os quais as autarquias locais, nomeadamente através da representação no Conselho Geral de cada Agrupamento, que se constitui como o órgão de direção estratégica.

Finalmente, o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho integra, nas competências dos Municípios, a gestão do parque escolar, a ação social escolar e a gestão do pessoal docente dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, mediante formalização de protocolo.

Ao nível do Município de Valongo verifica-se que este não formalizou contrato de execução com o Ministério da Educação, pelo que as suas competências se focalizam na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), assumindo competências de planeamento, gestão de equipamentos, realização de investimentos e organização das seguintes dimensões do sistema educativo local: administração dos edifícios, equipamentos e materiais escolares dos estabelecimentos da EPE e do 1.º CEB; apetrechamento dos estabelecimentos da EPE e do 1.º CEB; serviços de ação social escolar (ASE) junto das crianças da educação pré-escolar e do 1.º CEB; transportes escolares; gestão do pessoal não docente da educação pré-escolar; administração dos jardins-de-infância da rede pública, nas atividades de animação e apoio à família; implementação dos Planos de Emergência nos estabelecimentos de ensino;

generalização da administração das refeições nos estabelecimentos do pré-escolar e do 1.º CEB, entre outras.

Para além das competências legalmente determinadas e claramente definidas, o Município de Valongo desenvolve e concretiza outras ações de inequívoco interesse para a melhoria das condições de vida da sua população. No domínio da educação não-formal, por exemplo, o Município promove projetos socioeducativos dirigidos à população escolar, sénior e imigrante, entre outras, quer por iniciativa própria quer apelando ao trabalho em rede e em parceria, através de uma série de acordos de colaboração e protocolos de cooperação que serão devidamente explanados adiante neste documento.

A elaboração do Projeto Educativo Municipal surge, assim, como o passo lógico seguinte, na medida em que visa edificar uma intervenção crescente e adequada à melhor qualidade da educação e da formação no território, em prol de um projeto local dinâmico e cujos objetivos sejam os de otimizar e racionalizar os recursos existentes e assim valorizar e reconhecer o esforço de todos os cidadãos e cidadãs.

2.1.O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação com o Projeto Educativo Municipal

O Conselho Municipal de Educação (CME), já referenciado anteriormente, é uma medida política de descentralização, entendida como uma ação pública multirregulada, com uma forte articulação entre o conhecimento e a política (Cruz, 2012).

O CME do Município de Valongo foi aprovado pela Assembleia Municipal de 02 de junho de 2003, sob proposta da Câmara Municipal, conforme deliberação de 15 de maio de 2003, tendo reunido pela primeira vez em 17 de junho de 2003.

O Regimento do Conselho Municipal de Educação de Valongo consagra as competências definidas na Lei e, nesse sentido, integra o/a Presidente da Câmara Municipal de Valongo, o/a Presidente da Assembleia Municipal, o/a Vereador/a da Educação (que assegura a substituição do/a Presidente nas suas ausências e impedimentos), um/a representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e um/a Presidente de Junta de Freguesia, eleito/a pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho.

Integram, ainda, o CME representantes do pessoal docente do ensino secundário, do pessoal docente do ensino básico, do pessoal docente da educação pré-escolar, dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário privados, das associações de estudantes, das instituições particulares de solidariedade social, dos serviços públicos de saúde, dos serviços da Segurança Social, dos serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional, das associações de pais e encarregados/as de educação e das forças de segurança.

É possível afirmar, assim, que o CME de Valongo integra todas as figuras previstas na lei, à exceção de representante do ensino superior público, do ensino superior privado e dos serviços públicos da área da juventude e do desporto, uma vez que estas instituições não

estão representadas no concelho. Verifica-se, ainda, que integra dois representantes das forças de segurança – PSP e GNR – constituindo esta uma especificidade local que se relaciona quer com a importância do seu envolvimento nas questões da Escola Segura quer o papel ativo que ambas as instituições possuem ao nível da sua participação na Rede Social.

Para além dos 19 membros referenciados, o CME conta com a presença pontual de colaboradores e colaboradoras da autarquia – Chefes de Divisão, técnicos/as da área da Educação e Rede Social – e outros elementos convidados, que respondem por projetos específicos do interesse e/ou área de intervenção do CME.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 41/2003 de 22 de agosto e pela Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro, o CME de Valongo assume-se, então, como uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa. Articula, assim, no âmbito do sistema educativo, a intervenção quer dos agentes com atuação direta neste domínio quer de outras Entidades com intervenção e/ou interesse na área da educação. Para além disso, analisa e acompanha o funcionamento do sistema acima referido, propondo ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência do mesmo. Estas ações têm-se materializado ao nível do planeamento e gestão dos equipamentos educativos, construção e requalificação dos mesmos, reordenamento da rede de educação e ensino do concelho, da construção da Carta Educativa e da construção do PEM. No que toca a este último, o contributo do CME de Valongo iniciou-se a 15 de outubro de 2010, data em que foi apresentado o primeiro desenho do projeto e explanada uma proposta de constituição de grupos de trabalho. Em 2011 foi ainda envolvido no processo de candidatura ao “Projeto de Apoio à Construção, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educativos Municipais”, promovido pela AMP e com a consultoria da Universidade Católica tendo, desde então, assumido um forte papel de impulsionador e consultor em todo o processo de construção do PEM.

III. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL

Considerando que o PEM pretende afirmar-se como um documento aglutinador dos recursos, interesses, necessidades e potencialidades do concelho de Valongo, intentou-se – desde o início da sua estruturação – implicar os principais *stakeholders* (escolas, associações, instituições, comunidade educativa). A sua construção utilizou e utiliza ainda, como processo inacabado, uma metodologia participativa e colaborativa, bem como de investigação-ação. Pretende, assim, contribuir para a compreensão das práticas educativas do concelho de Valongo, procurando identificar padrões, melhorar a qualidade da ação, reformular práticas, potenciar sinergias, estimular a aprendizagem ao longo da vida e promover as ações educativas existentes (Elliot, 2003).

A investigação-ação preconiza a existência de 4 fases: a) avaliação de necessidades; b) elaboração; c) implementação; d) avaliação.

A primeira fase, direcionada para a avaliação de necessidades, recorreu a uma multiplicidade de técnicas de recolha de dados, qualitativas e quantitativas, frequentemente desenvolvidas em simultâneo, e alternou entre a ação e a reflexão crítica (Coutinho, Sousa, Dias, Bessa, Ferreira & Vieira, 2009) visando a construção de um projeto educativo municipal vinculado ao território e à comunidade (Santos, 2009).

É possível afirmar que esta fase permitiu reunir a informação necessária para a identificação de carências, potencialidades e oportunidades de intervenção. Simultaneamente, forneceu a informação necessária para motivar para a ação as pessoas diretamente implicadas na intervenção educativa e justificou, ao nível institucional, a intervenção a desenvolver perante responsáveis diretos/as. Finalmente, sintetizou, também, a informação essencial para tomar decisões acerca dos eixos estratégicos prioritários do PEM, bem como objetivos e ações a desenvolver (Rojo, Jiménez, Flores, Clares, Santero, & Rodríguez, 2002). Passa-se a apresentar, de forma mais pormenorizada, o processo de recolha e análise de dados.

1. Recolha e análise de dados quantitativos, qualitativos e documentais

1.1. Dados quantitativos

Este exercício analítico visou a recolha de informação sobre os fatores sociodemográficos, socioeconómicos e educativos que caracterizam o concelho e que têm implicações no seu desenvolvimento.

Considerando a educação formal e a não-formal, foram, desde logo, reunidas estatísticas oficiais produzidas nas áreas de intervenção do Ministério da Educação e Ciência, nomeadamente as emanadas pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), pelo Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) e Inspeção Geral da Educação e

Ciência (IGEC). Recorreu-se, ainda, aos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), particularmente os relativos aos Censos de 2001 e de 2011.

Para além disso, o Município, através do Gabinete da Rede Social, investiu, também, na recolha de dados a nível local, através de um inquérito por questionário a todas as instituições do concelho, com competências e intervenção na área da educação e formação de crianças, jovens e pessoas adultos, nomeadamente estabelecimentos de educação e ensino da rede pública e privada (Anexo 1) e entidades formadoras (Anexo 2). Este questionário é constituído por perguntas abertas, semiabertas e fechadas, relacionadas com as questões educativas e formativas do território. Tal como foi referido anteriormente, o Diagnóstico Social (2010) e o Plano de Desenvolvimento Social (2011-2014), ambos produzidos no âmbito da Rede Social, bem como a Carta Educativa (2007), constituíram também a base de construção deste PEM.

1.2. Dados qualitativos e documentais

Com o objetivo de complementar a atividade acima descrita, o Município procurou, também, recolher dados concelhios relativos a práticas de educação não-formal de âmbito escolar e formativo, nos domínios da cultura, ação social, desporto e juventude. Estes dados foram compilados através de vias diversas, entre as quais se salientam os inquéritos às Divisões do Município, aos estabelecimentos de educação e ensino da rede privada, associações culturais e desportivas e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), que podem ser consultados no Anexo 3.

Paralelamente foram, ainda, recolhidos junto das Instituições de Educação e Ensino da rede pública e privada (enquanto espaço de excelência para o desenvolvimento de iniciativas socioeducativas) informações acerca de projetos emblemáticos (Anexo 4).

Recorreu-se, também, à análise de vários documentos, destacando-se protocolos de parceria existentes no âmbito da educação nas várias divisões e relatórios de avaliação externa dos Agrupamentos de Escolas.

Por fim, foram utilizadas outras metodologias que, pelas suas especificidades, se destacam e se passa a descrever.

1.2.1. Grupos de reflexão: *Focus Groups*

Focus Groups podem ser considerados grupos de discussão intencionalmente organizados para explorar um conjunto específico de assuntos de interesse comum, através de um debate aberto sobre o tema. Permitem capitalizar a comunicação entre diferentes elementos, sendo uma forma rápida para recolher dados em contexto de grupo (Kitzinger, 1994).

Os grupos dinamizados no âmbito do PEM visaram auscultar os públicos envolvidos na educação, fomentando a sua participação e *empowerment*.

Incluíram um número limitado de participantes (cerca de 15, no máximo) e foram dinamizados por uma pessoa facilitadora, que apresentou o PEM e os objetivos da reunião e introduziu um conjunto pré-definido de 5 questões, a partir do qual se estruturou o debate:

- O que nos singulariza?
- O que nos potencia?
- O que devemos partilhar?
- O que nos (i)mobiliza?
- Que projetos e prioridades educativas queremos para o município?

As sessões foram conduzidas de uma forma fluída e com a mínima interferência da pessoa facilitadora da discussão, que assumiu um papel mais diretivo apenas quando foi considerado necessário para focalizar e aprofundar a discussão.

Note-se que foram realizados, entre março e maio de 2013, 16 *Focus Groups* com os diversos agentes nos processos educativos do concelho, tendo cada uma das sessões uma duração aproximada de 90 minutos.

1.2.2. Entrevistas

Com o intuito de reunir informação sobre as prioridades políticas existentes no Município, que afetam as dinâmicas educativas, bem como perceber, de forma mais eficaz as relações que se estabelecem entre os diversos agentes locais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas ao executivo da Câmara Municipal de Valongo em exercício à data, por elementos da equipa da Universidade Católica, designadamente ao então Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Baltazar, e Vereadora da Educação, Maria da Trindade do Vale. Pese embora a mudança do Executivo, decorrente das últimas eleições autárquicas, e consequente alteração da política educativa do Município, foram considerados os contributos das referidas entrevistas.

2. Tratamento de dados qualitativos, documentais e quantitativos

A análise qualitativa dos dados, no âmbito dos *Focus Groups* foi efetuada com recurso à análise de conteúdo, uma vez que se considerou que esta é a metodologia mais adequada para descrever e interpretar o conteúdo de todo o tipo de documentos, porquanto permite descrições sistemáticas, qualitativas e quantitativas. Foram pois definidas unidades de análise a partir do conteúdo do texto (Moraes, 1999), adotando-se como critério de categorização a unidade temática.

Com base em dados qualitativos e quantitativos foi efetuada, ainda, uma análise que visou identificar as fragilidades e recursos/potencialidades, que permitiu a avaliação das problemáticas existentes e a consequente definição de eixos prioritários de intervenção.

A análise dos dados quantitativos foi efetuada através de *software* informático de suporte, sendo, posteriormente, efetuada uma análise descritiva e temporal dos mesmos.

IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO EDUCATIVO

1. Demografia

Os resultados definitivos dos Censos 2011 indicam que a população residente em Portugal é de 10.562.178 habitantes, o que reflete um abrandamento do crescimento demográfico, com apenas 2% de aumento por comparação aos 5% observados na década de 90.

O Norte (NUT II) concentra 3.689.682 habitantes, apresentando um ligeiro crescimento populacional de 2389 pessoas. Esta tendência está também visível na zona do Grande Porto.

Relativamente ao concelho de Valongo, constata-se, de acordo com o quadro 1, que este registou um aumento populacional de **9,1%**, tendo passado de **86005** habitantes, em 2001, para **93858** em 2011.

Quadro 1 – Evolução da População Residente no concelho de Valongo, Grande Porto, Norte e Portugal

Zona geográfica	2001	2011
Portugal	10356117	10562178
Norte	3687293	3689682
Grande Porto	1260680	1287282
Valongo	86005	93858

Fonte: INE – Censos 2001; Censos 2011

A análise dos dados relativos aos concelhos que integram a NUT III Grande Porto, patente no quadro 2, permite concluir que Valongo foi o concelho desta NUT III que entre 2001 e 2011 registou o segundo maior crescimento populacional (**9,13%**). O concelho do Porto apresentou uma diminuição da população residente na ordem dos 9,7%.

Em termos de densidade populacional, verifica-se que o concelho de Valongo apresenta uma densidade de **1249** habitantes por Km².

À escala municipal, existem, no entanto, acentuadas diferenças entre as freguesias do concelho.

Na sequência da aplicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, após as eleições autárquicas de 28 de setembro de 2013 o Concelho de Valongo passou a contar com 4 freguesias: **Alfena, Ermesinde, Valongo** (sede do Concelho) e **União das Freguesias de Campo e Sobrado**, em vez das 5 freguesias anteriores: Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo.

No entanto, e considerando a agregação de dados estatísticos em torno das 5 freguesias, a apresentação dos dados no presente documento tem em consideração essa mesma divisão territorial.

Os valores mais elevados da população residente registam-se na freguesia de **Ermesinde**, totalizando **38.798** indivíduos, constituindo **Valongo** a segunda freguesia mais populosa, com **23.925** indivíduos. Por outro lado, a freguesia menos populosa é a de Sobrado.

Quadro 2 – Densidade populacional¹ e crescimento populacional, por Zona Geográfica

Zona Geográfica	Densidade Populacional ¹ 2011	População Residente		Crescimento Populacional
		2001	2011	2001/2011
Espinho	1509,5 hab/Km ²	3.3701	31.786	-5,7%
Gondomar	1274 hab/Km ²	164.096	168.027	2,4%
Maia	1628 hab/Km ²	120.111	135.306	12,7%
Matosinhos	2811 hab/Km ²	167.026	175.478	5,1%
Porto	5736 hab/Km ²	263.131	237.591	-9,7%
Póvoa de Varzim	771 hab/Km ²	63.469	63.408	-0,1%
Santo Tirso	524 hab/Km ²	72.396	71.530	-1,2%
Trofa	543 hab/Km ²	37.581	38.999	3,8%
Valongo	1249 hab/Km²	86.005	93.858	9,1%
Vila do Conde	534 hab/Km ²	74.391	79.533	6,9%
Vila Nova de Gaia	1794 hab/Km ²	288.749	302.295	4,7%
Grande Porto	1580 hab/Km ²	1.370.656	1.397.811	2,0%

Fonte: INE – Censos 2001; Censos 2011

No que à estrutura etária da população residente diz respeito, verifica-se que o grupo etário que se situa entre os **0-24** anos assume uma expressão significativa, correspondendo em 2011, a **27,8%** da população total.

Por outro lado, de acordo com os dados sistematizados no quadro 3, assiste-se ao agravamento do envelhecimento da população que tem vindo a ocorrer de forma generalizada em todo o território nacional. Entre 2001 e 2011 regista-se, no concelho de Valongo, um crescimento de **13,3%** de população com idade igual ou superior a 65 anos. Valongo mantém, no entanto, um nível elevado de população jovem.

Quadro 3 – População residente no Concelho segundo o grupo etário e o sexo

Grupo Etário	2001				2011			
	M	F	Total	%	M	F	Total	%
0-14	7868	7481	15349	17,8%	7977	7562	15539	16,6%
15-24	6521	6539	13060	15,2%	5256	5224	10480	11,2%
25-64	24039	25134	49173	57,2%	26441	28912	55353	59,0%
65+	3487	4936	8423	9,8%	5342	7144	12486	13,3%
TOTAL	41915	44090	86005	100%	45016	48842	93858	100,0%

¹ Densidade populacional - Intensidade do povoamento, expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado)

Fonte: INE – Censos 2001; Censos 2011

Tal facto é confirmado, aliás, através de inúmeros indicadores demográficos, tais como os apresentados no quadro 4.

Quadro 4 – Taxas e índices relevantes

Zona Geográfica	Taxa de Natalidade		Taxa de Mortalidade		Taxa de Crescimento Natural		Índice de Envelhecimento		Índice de dependência de idosos		Índice de renovação da população em idade ativa	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	10,9‰	9,2‰	10,2‰	9,7‰	0,7‰	-0,6‰	103,6	128,6	24,1	29	143	94,4
Norte	11,4‰	8,5‰	8,7‰	8,6‰	2,6‰	0,0‰	81,9	113,9	20,3	25,4	166	98,3
Valongo	12,3‰	10,2‰	6,8‰	6,8‰	5,5‰	3,4‰	56,4	81	13,9	19,1	182,3	103,1

Fonte: INE – Censos 2001; Censos 2011

O **índice de envelhecimento**², de 81%, apesar de ter aumentado desde 2001, continua a registar um valor reduzido, face à média nacional (128,6%). Também o **índice de dependência de idosos**³, que traduz a relação entre a população idosa e a população em idade ativa, é de apenas **19,1%**, o que significa que por cada 100 pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos) existem 19,1 idosos/as.

O **índice de renovação da população em idade ativa**⁴, que indica a capacidade de renovação da população ativa é, em 2011, de **103,1%**, o que significa que, por cada 100 indivíduos com idade compreendida entre os 55 e os 64 anos existem 103,1 com idade entre os 20 e os 29 anos.

A **taxa de natalidade**⁵, de 10,2‰, diminuiu em relação a 2001 (12,3‰), sendo que a **taxa de mortalidade**⁶ se mantém inalterada desde o último período censitário, o que origina uma **taxa de crescimento natural**⁷ de 3,4‰, enquanto a nível nacional essa taxa foi negativa, de -0,6%.

² Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idade superior a 65 anos e o número de pessoas com idade inferior a 15 anos; traduz o número pessoas com idade superior a 65 anos por cada 100 com idade inferior a 15 anos.

³ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos; traduz o número de idosos (+65 anos) por 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos).

⁴ Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos; traduz o número de pessoas com idade entre os 20-29 anos por cada 100 pessoas com idade entre 55-64 anos.

⁵ N.º de nados-vivos ocorridos durante o ano, referido à população residente média desse ano (n.º de nados-vivos por 1000 habitantes).

⁶ N.º de óbitos ocorridos durante o ano, referido à população residente média desse ano (n.º de óbitos por 1000 habitantes).

⁷ Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos ocorridos durante o ano, referida à população média desse ano (saldo natural por 1000 habitantes).

2. Mercado de Trabalho e Desemprego

No presente ponto pretende-se proceder à caracterização do tecido empresarial do Concelho de Valongo, bem como à problemática do desemprego.

De acordo com os dados publicados no Anuário Estatístico da Região Norte 2010, em 2009 operavam no Concelho de Valongo **8641 empresas**. Salienta-se o peso relativo elevado das empresas ligadas ao **Setor Terciário**, que representam **82,09%** das empresas sediadas em Valongo, seguido do **Setor Secundário**, onde se enquadram **17,9%** do total. No **Setor Primário**, de acordo com dados do INE, regista-se apenas uma empresa sediada no Concelho (quadro 5).

Quadro 5 – Número de Empresas com Sede no Concelho de Valongo, segundo o Sector de Atividade principal (2009)

CAE	Valongo		Norte		Portugal	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sector Primário	1	0,01%	637	0,19%	4460	0,42%
Sector Secundário	1547	17,90%	37446	10,95%	184871	17,43%
Sector Terciário	7093	82,09%	303961	88,87%	871575	82,15%
TOTAL	8641	100,00%	342044	100,00%	1060906	100,00%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010

De acordo com a Classificação Europeia de Micro, Pequena, Média e Grande Empresa, **96,22%** das empresas concelhias têm menos de 10 trabalhadores/as e **3,37%** têm entre 10 e 49. De salientar ainda que apenas 33 empresas (0,38%) são Médias empresas (entre 50 e 249) e 3 (**0,06%**) são Grandes empresas, ou seja têm 250 ou mais trabalhadores e trabalhadoras, como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 6 – Número de Empresas concelhias segundo a Dimensão (Classificação Europeia)

Dimensão das Empresas	N.º de Empresas	
	N	%
Micro	8314	96,22%
Pequena	291	3,37%
Média	33	0,38%
Grande	3	0,03%
TOTAL	8641	100,00%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010

O quadro seguinte ilustra o número de trabalhadores e trabalhadoras por conta de outrem nos estabelecimentos com sede no Concelho de Valongo, por sector de atividade. Como se pode

constatar, a maioria exerce atividade em estabelecimentos do sector terciário. Relativamente ao sexo, pode-se observar que os/as trabalhadores/as por conta de outrem são maioritariamente do sexo masculino, predomínio mais acentuado nos estabelecimentos do setor primário e secundário. No setor terciário verifica-se um equilíbrio entre o número de trabalhadores de ambos os sexos.

Quadro 7 – Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos, nos Concelhos do Grande Porto, segundo o sector de atividade e o sexo (2009)

Zona Geográfica	Sector Primário			Sector Secundário			Sector Terciário			Total		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
VALONGO	58	42	16	5329	3951	1378	6469	3232	3237	11856	7225	4631

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010

No que à habilitação académica de trabalhadores/as por conta de outrem diz respeito, pode-se observar no quadro apresentado de seguida que o nível de habilitação é tendencialmente baixo.

Quadro 8 – Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos, nos Concelhos do Grande Porto, segundo o nível de habilitações (2009)

Zona Geográfica	Inferior 1.º Ciclo		1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Ensino secundário		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
VALONGO	173	1,5	2 489	21,0	2 614	22,1	3 071	25,9	2 314	19,5	213	1,8	934	7,9	32	0,3	8	0,1

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010

No Concelho de Valongo, cerca de **26%** dos trabalhadores e trabalhadoras possuem o 3.º Ciclo, mas **21%** apenas possui o 1.º Ciclo. Em 3.º lugar surgem os/as que detêm o 2.º Ciclo (**22%**), seguidos/as dos que possuem o ensino secundário (**19,5%**). De realçar que **apenas 7,9% dos/as trabalhadores/as por conta de outrem dos estabelecimentos sediados no Concelho detêm Licenciatura**. De referir ainda que **44,5%** tem escolaridade inferior ao 3.º Ciclo.

2.1. Desemprego

De acordo com as Estatísticas do Emprego do INE, a taxa de desemprego nacional em 2012 foi de **15,7%**, tendo aumentado 2,9 pontos percentuais face à observada no ano anterior.

A leitura do quadro 9 permite inferir que, no 4.º trimestre de 2012, as taxas de desemprego mais elevadas foram registadas na Região Autónoma da Madeira e no Algarve (19,7%), seguindo-se Lisboa (18,7%), Norte (17,8%) e o Alentejo (17,2%).

No entanto, no 1.º trimestre de 2013, a taxa de desemprego estimada para Portugal atingiu os **17,7%**, apresentando a Região Norte uma taxa superior à média nacional (**18,6%**) em 0,9 pontos percentuais. Note-se, ainda, que a taxa de desemprego aumentou em todas as regiões, verificando-se um aumento de 0,8 pontos percentuais quando comparadas as taxas de desemprego do 4.º trimestre de 2012 e do 1.º trimestre de 2013 em Portugal e no Norte.

Quadro 9 – Taxas de desemprego por região NUTS II

Zona Geográfica	4.º Trimestre 2012	1.º Trimestre 2013
Portugal	16,9	17,7
Norte	17,8	18,6
Centro	12,7	13,3
Lisboa	18,7	19,5
Alentejo	17,2	18,5
Algarve	19,7	20,5
R. A. Açores	16,2	17,0
R. A. Madeira	19,7	20,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego – 4.º trimestre de 2012 e 1.º trimestre de 2013

Considerando os dados a nível local, constata-se, de acordo com as estatísticas do IEFP, em abril de 2013, o número de pessoas desempregadas inscritas no Centro de Emprego ascendia aos **9421**, registando-se um aumento, desde 2008, na ordem dos **64%**. Ao comparar estes dados com os de março de 2012 verifica-se, ainda, pela análise do quadro 10, que o crescimento do número de pessoas desempregadas no Centro de Emprego de Valongo foi de **8%** – valor este que é inferior ao registado em Portugal Continental (**10%**) e Região Norte (**9%**).

Quadro 10 – Desemprego Registrado por Zona Geográfica

Zona Geográfica	2008	2009	março 2011	março 2012	abril 2013	Variação % 2008/2013	Variação % março 2012/abril 2013
Portugal Continental	402545	504775	527071	628908	691128	72%	10%
Norte	183893	228494	234925	274137	299298	63%	9%
Valongo	5740	7279	7596	8739	9421	64%	8%

Fonte: IEFP, Centros de Emprego – Estatísticas Mensais

Através do quadro 11 é possível verificar ainda que, à escala municipal, quase metade das pessoas desempregadas têm idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos de idade (**49,28%**), sendo que estes valores são superiores à Região Norte e a Portugal para a mesma faixa etária. Atinge também as pessoas com idades entre os 25 e os 34 anos de idade, faixa etária em que se enquadram **21,5%** das pessoas desempregadas, valor muito superior ao que se regista em Portugal e que se ficará a dever, também, ao carácter jovem da população residente.

Quadro 11 – Desemprego Registrado por Zona Geográfica e Grupos Etários (abril 2013)

Zona Geográfica	Desemprego Registrado por Grupos Etários								Total
	< 25 anos		25-34 anos		35-54 anos		55 e + anos		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Portugal Continental	83024	12,01%	155057	12,01%	328701	47,56%	124346	17,99%	691128
Norte	37988	12,69%	62719	20,95%	141219	47,08%	57372	19,16%	299298
Valongo	1258	13,35%	2028	21,52%	4643	49,28%	1492	15,83%	9421

Fonte: IEFP, Centros de Emprego – Estatísticas Mensais

No que concerne ao tempo de inscrição, o desemprego registrado está presente, sobretudo, ao nível das pessoas desempregadas há menos de um ano, correspondendo a **52,46%** do total. Esta tendência é também observável na Região Norte e em Portugal Continental, conforme se pode observar no quadro 12.

Quadro 12 – Desemprego Registrado no Concelho de Valongo segundo o tempo de inscrição (abril 2013)

Tempo de Inscrição	Valongo		Norte		Portugal Continental	
	N	%	N	%	N	%
Menos de 1 ano	4942	52,46%	151499	50,62%	388832	56,26%
1 ano e mais	4479	47,54%	147799	49,38%	302296	43,74%
TOTAL	9421	100,00%	299298	100,00%	650827	100,00%

Fonte: IEFP, Centros de Emprego – Estatísticas Mensais

À semelhança do que também acontece na Região Norte e em Portugal Continental, e através da análise do quadro 13, é possível afirmar que existe uma feminização do desemprego no concelho de Valongo. De facto, a taxa de desemprego das mulheres (**51,89%**) excede a dos homens (**48,11%**).

Quadro 13 – Desemprego Registrado por zona geográfica e por sexo (abril 2013)

Sexo	Valongo		Norte		Portugal Continental	
	N	%	N	%	N	%
Masculino	4532	48,11%	144329	48,22%	341683	49,44%
Feminino	4889	51,89%	154969	51,78%	349445	50,56%
TOTAL	9421	100,00%	290737	100,00%	650827	100,00%

Fonte: IEFP, Centros de Emprego – Estatísticas Mensais

3. Cultura

No campo da cultura, Valongo é hoje um importante polo sustentado pela riqueza do património cultural, genuíno, autêntico, com tradições culturais populares e ancestrais.

Nesse âmbito, uma das apostas do executivo municipal foi, desde 2001, o investimento cultural, que se traduziu na criação de infraestruturas, na construção de espaços culturais, de

lazer e bem-estar. Entre estes destaca-se a rede de Centros Culturais (um por freguesia), com particular nota para o Fórum Cultural de Ermesinde, a Biblioteca Municipal (inserida na Rede Nacional de Leitura Pública) e respetivos polos de leitura, um Museu e Arquivo Municipal e demais espaços de lazer, como o Parque Urbano Dr. Fernando Melo, o Parque da Cidade de Valongo, o Largo do Centenário, entre outros.

A construção dos Centros Culturais colmatou problemas estruturais existentes no concelho. Esta situação possibilitou que se organizassem eventos culturais em todas as freguesias e deu um novo fôlego ao associativismo, uma vez que estes agentes passaram a ter à sua disposição espaços condignos para a preparação e apresentação das suas criações artísticas.

Assim, e considerando que uma das competências do Município é a dinamização das associações locais (promovendo a sua cooperação através de uma política de diálogo e concertação entre os vários intervenientes) e a manutenção do associativismo enquanto um espaço de afirmação na comunidade, têm sido implementados ao longo dos últimos anos protocolos culturais com as associações concelhias que, no seu conjunto, promovem iniciativas que passam pela dança, teatro, música, humor, exposições, organização de festivais, novo circo, magia, entre outras. Nesta parceria, as associações comprometem-se a cooperar com a Autarquia na prossecução de um projeto comum, incentivando a promoção, o desenvolvimento e o exercício da atividade cultural na respetiva área de intervenção, competindo-lhes colaborar e participar na prossecução das ações culturais da Autarquia, quando solicitado por esta. O movimento associativo é, por isso, bastante relevante no concelho, contribuindo para produzir e garantir uma agenda diversificada.

No campo da programação especial destaca-se o teatro, arte que o Município tem dado um forte incentivo. Entre muitas e variadas atividades, o teatro que se faz e ensina em Valongo tem sido uma forte aposta, de que são exemplo três eventos / projetos que marcam anualmente a programação da Autarquia: a) a Mostra de Teatro Amador, que dá a conhecer ao público os grupos de teatro amador das várias Associações concelhias; b) a Mostra Internacional de Teatro, em colaboração estreita com o Entretanto Teatro, onde é apresentada uma vertente mais profissional e internacional da arte teatral; c) a Formação de público, atores, atrizes e população em geral, que o município apoia.

Ao nível do Teatro em contexto escolar a autarquia tem sido parceira do Teatrando – Encontro Internacional de Teatro Escolar, promovido pelo Agrupamento de Escolas de Campo e pelo Agrupamento de Escolas de Valongo.

Para além destas iniciativas outras áreas têm igualmente sido alvo de investimento: Escritores/as visitam a Biblioteca Municipal, Desfile de Carnaval; Dia da Dança; Dia do Teatro, Entrelousas, Mágic Valongo, Festival da Juventude, Bugiada, Café com Letras (entre outras) que de, forma consistente e gradual, vão preenchendo o calendário cultural ao longo do ano.

4. Educação

Neste ponto serão apresentados os resultados da aplicação dos métodos quantitativos e qualitativos, que permitem uma caracterização da Educação no concelho de Valongo.

4.1. Índices de escolarização

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, através dos Resultados dos Censos 2011, pode-se verificar que a taxa de analfabetismo no concelho de Valongo (**2,8%**) regista um valor inferior ao registado na região Norte (**5%**) e em Portugal (**5,2%**).

Relativamente ao sexo, a taxa de analfabetismo é superior nas mulheres à semelhança do que se verifica no Norte e em Portugal.

Quadro 14 – Taxa de analfabetismo⁸ segundo o sexo (2011)

Zona Geográfica	Taxa de Analfabetismo (%)		
	Homens	Mulheres	Total
Portugal	3,52	6,77	5,2
Norte	3,24	6,62	5,0
Valongo	1,7	3,8	2,8

Fonte: INE – Censos 2011

O quadro 15 mostra que o concelho de Valongo acompanhou a tendência de decréscimo da taxa de analfabetismo ocorrida, quer no Norte, quer no país, entre 2001 e 2011.

Neste sentido, na última década, à escala municipal, verifica-se um decréscimo na ordem dos **2,2** pontos percentuais.

Quadro 15 – Evolução da taxa de analfabetismo

Zona Geográfica	Taxa de Analfabetismo (%)	
	2001	2011
Portugal	9,0	5,2
Norte	8,3	5,0
Valongo	5,0	2,8

Fonte: INE – Censos 2001; Censos 2011

Ao analisar a população residente segundo o nível de instrução mais elevado completo, mediante observação do quadro 16, constata-se que apenas **11,4%** da população residente

⁸ A taxa de analfabetismo foi definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário; traduz a relação entre o número de pessoas com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever por cada 100 pessoas com 10 ou mais anos.

possui habilitações ao nível do pós-secundário ou superior. A percentagem mais expressiva situa-se ao nível do ensino básico (**57,82%**).

Não obstante existir uma fatia significativa de população que não possui qualquer nível de ensino (**17%**) ressalva-se que este número incluiu a população que não se encontra em idade escolar (5 anos ou menos).

Note-se ainda que os dados presentes neste quadro se referem apenas a 2011 uma vez que o Instituto Nacional de Estatística alterou a forma de apresentação dos mesmos em relação a anos anteriores, inviabilizando a realização de comparações, como seria desejável.

Quadro 16 – População residente segundo o nível de instrução mais elevado completo e sexo (2011)

Ano	Nível de Instrução		Sexo			%
			M	F	Total	
2011	SEM NÍVEL DE ENSINO		7.374	8.799	16.173	17,23
	ENSINO BÁSICO	1.º Ciclo	11.411	12.926	24.337	25,93
		2.º Ciclo	7.917	6.413	14.330	15,27
		3.º Ciclo	8.011	7.584	15.595	16,62
	ENSINO SECUNDÁRIO		6.129	6.600	12.729	13,56
	PÓS-SECUNDÁRIO		683	533	1.216	1,30
	ENSINO SUPERIOR		3.509	5.969	9.478	10,10
	TOTAL		45.034	48.824	93.858	100,00

Fonte: INE – Censos 2011

4.2. Rede Educativa, População Escolar e Oferta Formativa

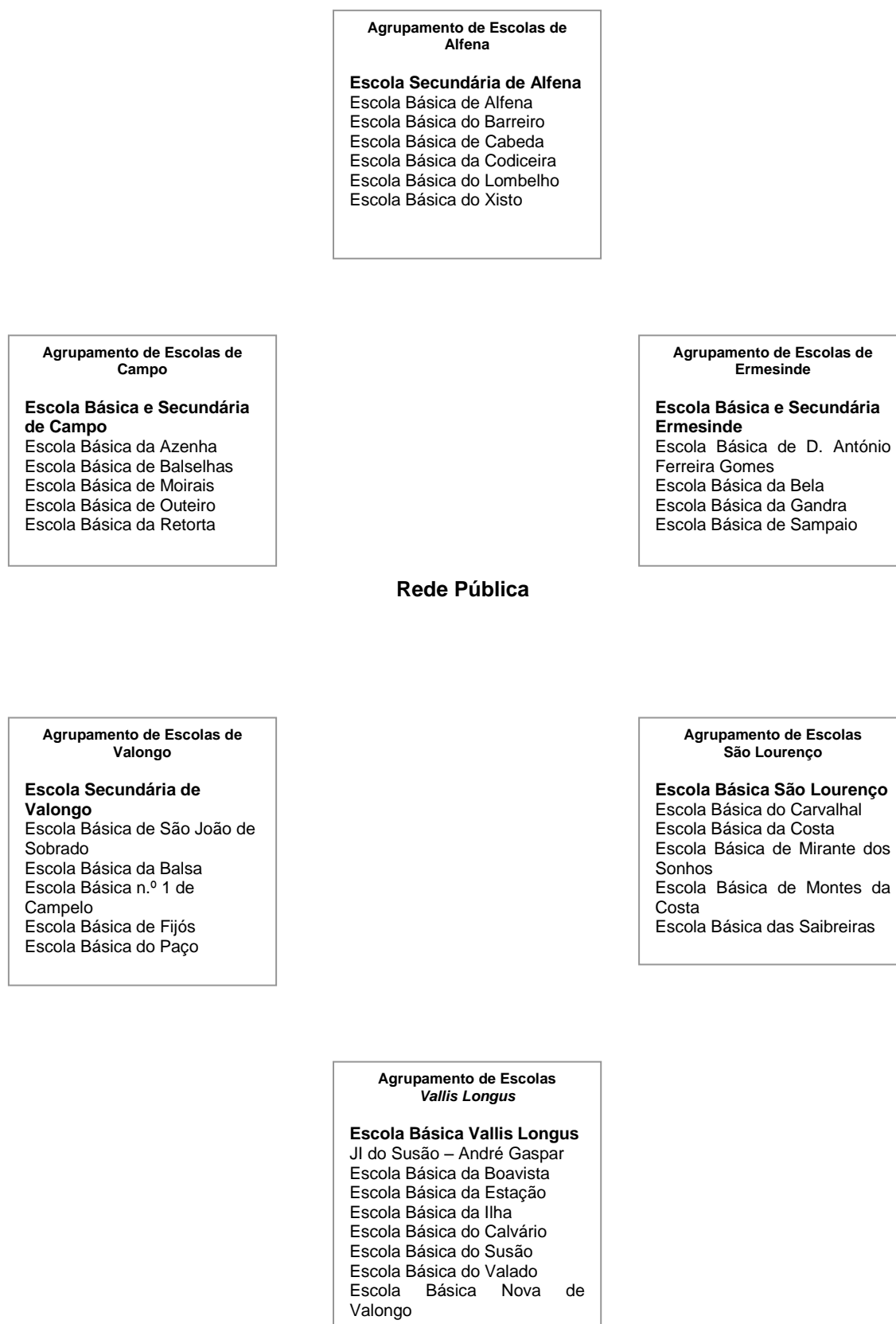
4.2.1. Rede Educativa

Neste ponto será efetuada a apresentação dos estabelecimentos de educação e ensino concelhios, da rede pública e da rede privada, com vista ao conhecimento abrangente do parque escolar concelhio, ao qual se segue uma breve caracterização do sistema educativo no concelho de Valongo.

A rede privada integra os estabelecimentos que funcionam no âmbito do ensino particular e cooperativo, em instituições de solidariedade social e em instituições sem fins lucrativos com atividades no domínio da educação e do ensino.

A rede educativa pública concelhia atualmente é constituída por **29** estabelecimentos integrados com 1.º CEB e EPE, **1** estabelecimento unicamente com pré-escolar, **5** escolas de ensino básico do 2.º e 3.º ciclos, **2** escolas básicas e secundárias e **2** escolas secundárias com 3.º ciclo do ensino básico, estando organizada em **6** Agrupamentos de Escolas, conforme ilustra a Figura 1, na página seguinte.

Figura 1 – Agrupamentos de Escolas do Concelho de Valongo – Rede Pública



No âmbito da construção, requalificação e apetrechamento do parque escolar foi efetuada uma fortíssima aposta pelo Município, que surge na sequência da legislação em vigor, em conjugação com o desafio lançado pelo Governo, no início de 2008, aos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto no sentido destes efetuarem um forte investimento ao nível das taxas de cobertura do Pré-Escolar, aproximando-as dos níveis registados a nível nacional, até ao final de 2009.

No território de Valongo, de acordo com a Carta Educativa e decorrente de decisão do Executivo da Câmara Municipal verificou-se até, nalguns casos, uma antecipação dos prazos de execução das intervenções em relação ao inicialmente proposto, tomando como exemplos: construção de edifícios dos Jardins de Infância (JI) de Balseilhas, das Saibreiras, da Boavista, do Barreiro e construção equipamento escolar de Campelo e do Susão.

Quadro 17 – Construção, ampliação e apetrechamento de escolas EB e/ou JI efetuadas

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento	Tipo de intervenção	Intervenções propostas na Carta Educativa	Ano letivo de início de funcionamento
			Prioridade	
Alfena	JI do Barreiro	Construção do edifício e refeitório	II (2011/2013)	2010/2011
	EB do Lombelho	Ampliação do refeitório	I (2007/2010)	
Campo	JI de Balseilhas	Construção do edifício	II (2011/2013)	2009/2010
	JI da Retorta	Construção do edifício	I (2007/2010)	2011/2012
	EB de Moirais	Construção do novo equipamento escolar e refeitório	II (2011/2013)	
Ermesinde	JI da Bela	Construção do edifício e refeitório	I (2007/2010)	2009/2010
	JI de Sampaio	Construção do edifício e refeitório	I (2007/2010)	
	EB da Gandra	Construção do refeitório	I (2007/2010)	
S. Lourenço	Centro Escolar de Mirante de Sonhos	Construção do novo equipamento escolar	I (2007/2010)	2012/2013
	JI das Saibreiras	Construção do edifício e refeitório	II (2011/2013)	2009/2010
	Centro Escolar Montes da Costa	Construção do novo equipamento escolar	I (2007/2010)	
Valongo	Centro Escolar de Campelo	Construção do novo equipamento escolar	III (2014/2015)	2011/2012
Vallis Longus	JI da Boavista	Construção do edifício e refeitório	III (2014/2015)	2009/2010
	Centro Escolar da Estação	Construção do novo equipamento escolar	I (2007/2010)	2010/2011
	Centro Escolar do Valado	Construção do novo equipamento escolar	I (2007/2010)	2010/2011
	EB de Susão	Construção do novo equipamento escolar	III (2014/2015)	2009/2010
	EB de Nova de Valongo	Construção do novo equipamento escolar	I (2007/2010)	2007/2008 (em pleno 2008/2009)

Fonte: Município de Valongo, Monitorização e Avaliação da Carta Educativa 2012

Da análise do quadro 17, ressalta que os prazos de execução das intervenções constantes na Carta Educativa foram cumpridos quase na globalidade. As exceções respeitam à construção de edifício do JI da Retorta e à construção do equipamento escolar de Mirante de Sonhos. No ano letivo 2009/2010, foram concluídas oito intervenções: construção do Centro Escolar dos Montes da Costa, ampliações das EB da Bela, Gandra, Saibreiras e Sampaio, todas na freguesia de Ermesinde, ampliações das EB da Boavista e Susão, ambas na freguesia de Valongo, e por último, ampliação da EB de Balseilhas na freguesia de Campo. No ano letivo 2010/2011, entraram em funcionamento os Centros Escolares do Valado e Estação, em Valongo, bem como as ampliações das EB do Barreiro e Lombelho, em Alfena. No ano letivo seguinte, entraram em funcionamento o Centro Escolar de Campelo e a EB de Moirais, nas freguesias de Sobrado e Campo respetivamente. Assistiu-se ainda à construção de raiz do Centro Escolar de Mirante de Sonhos, em Ermesinde, e à ampliação da EB da Retorta, em Campo.

Para o financiamento de todas estas intervenções, a Câmara Municipal de Valongo apresentou candidaturas ao Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º CEB e da Educação Pré-Escolar, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, bem como à linha de financiamento criada pelo Governo Português para apoiar iniciativas de alargamento do parque de EPE. Implicou um investimento por parte do Município de **18.413.665,42€**, participado em **8.980.134,16€** por Fundos Comunitários.

No que respeita ao apetrechamento, a Autarquia procedeu à aquisição do mobiliário, material didático e equipamento informático das salas de 1.º Ciclo e Educação Pré-Escolar necessário para os novos estabelecimentos de educação e ensino alvo de ampliação ou construídos de raiz. Procedeu ainda à aquisição de outro equipamento como quadros e quadros interativos e palamenta para as diversas cantinas/refeitórios das escolas básicas do concelho.

Note-se que não existe nenhum estabelecimento de educação e ensino sem espaço de refeição (cantina ou refeitório), estando o serviço de fornecimento de refeições escolares disponíveis a todos os alunos e alunas.

Relativamente à existência de escolas com desdobramentos, esse desiderato ainda não foi conseguido na plenitude, dado que no ano letivo 2012/2013 ainda existem na EB da Gandra três turmas em horário duplo. Não obstante, antecipa-se que no ano letivo de 2013/2014 essa questão fique solucionada, existindo tal compromisso com o Agrupamento de Escolas de Ermesinde.

Pese embora o grande esforço de investimento, não se poderá deixar de mencionar que algumas intervenções previstas não foram efetuadas dentro do prazo previsto. Inscritas como prioridade III (2014/2015) na Carta Educativa, encontram-se ainda a requalificação dos edifícios da generalidade das Escolas Básicas concelhias, pelo que o investimento deverá continuar, conforme o quadro 18.

Quadro 18 – Requalificação, ampliação e apetrechamento de escolas EB e/ou JI previstos

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento	Tipo de intervenção	Intervenções propostas na Carta Educativa	Estado
Alfena	EB/ JI Cabeda	Requalificação do edifício existente (interior e exterior) com ampliação do polivalente e recreio coberto requalificação dos logradouros	III (2014 / 2015)	A executar
	EB/ JI Codiceira	Requalificação do edifício existente (interior e exterior) com ampliação do polivalente e recreio coberto e requalificação dos logradouros	III (2014 / 2015)	
	EB/ JI Lombelho	Requalificação do edifício existente (interior e exterior) e requalificação dos logradouros	III (2014 / 2015)	
	EB/ JI Xisto	Requalificação do edifício existente (interior e exterior) com ampliação do polivalente e recreio coberto e requalificação dos logradouros	III (2014 / 2015)	
Campo	EB/ JI Azenha	Requalificação do edifício existente (exterior); construção de recreio coberto; requalificação dos logradouros	III (2014 / 2015)	Parcialmente realizado (manutenção e conservação interior)
	EB / JI Outeiro	Requalificação do edifício existente (interior e exterior); construção de recreio coberto; requalificação de logradouros	I (2007 / 2010) III (2014 / 2015)	
Ermesinde	EB/ JI Bela	Requalificação do edifício existente (interior e exterior); requalificação dos logradouros	III (2014 / 2015)	A executar
	EB/ JI Gandra	Requalificação do edifício existente (interior e exterior); requalificação dos logradouros	III (2014 / 2015)	
S. Lourenço	EB/ JI Costa	Requalificação do edifício existente (interior e exterior); requalificação dos logradouros	III (2014 / 2015)	Parcialmente realizado (manutenção e conservação interior)
	EB/ JI Carvalho	Requalificação do edifício existente (interior e exterior) e dos logradouros	I (2007 / 2010)	
	EB / JI Saibereiras	Requalificação do edifício existente (interior e exterior)	III (2014 / 2015)	
Valongo	EB/JI Balsa	Ampliação do edifício existente, com construção: Sala de Recursos, Polivalente, Refeitório; demolição da atual sala de recursos e refeitório para recuperação do recreio coberto; Requalificação do edifício existente (interior e exterior); Requalificação dos logradouros	III (2014/2015)	A executar
	EB/JI Fijós	Requalificação do edifício existente (interior e exterior); Requalificação dos logradouros	III (2014/2015)	
	EB/ JI Paço	Ampliação do edifício existente: refeitório e recreio Coberto; requalificação do edifício existente (interior e exterior) e remodelação do polivalente	II (2011-2013)	
Vallis Longus	JI André Gaspar	Requalificação do edifício – exterior e requalificação dos logradouros	III (2014/2015)	Não executado
	EB/ JI Ilha	Requalificação do edifício existente (interior e exterior) e requalificação dos logradouros	III (2014/2015)	
	EB/ JI Calvário	Demolição das atuais Salas JI e Sala de Recursos para recuperação do recreio coberto; conversão da atual sala de ATL em sala de aula do 1.º Ciclo; construção de edifício JI no mesmo terreno: 2 Salas de Jardim de Infância; 1 Sala de Repouso; 1 Sala de Recursos; requalificação do edifício existente (interior e exterior); requalificação dos logradouros	II (2011-2013)	
	EB/ JI Susão	Requalificação do edifício existente (interior e exterior).	III (2014/2015)	

Fonte: Município de Valongo, Monitorização e Avaliação da Carta Educativa 2012

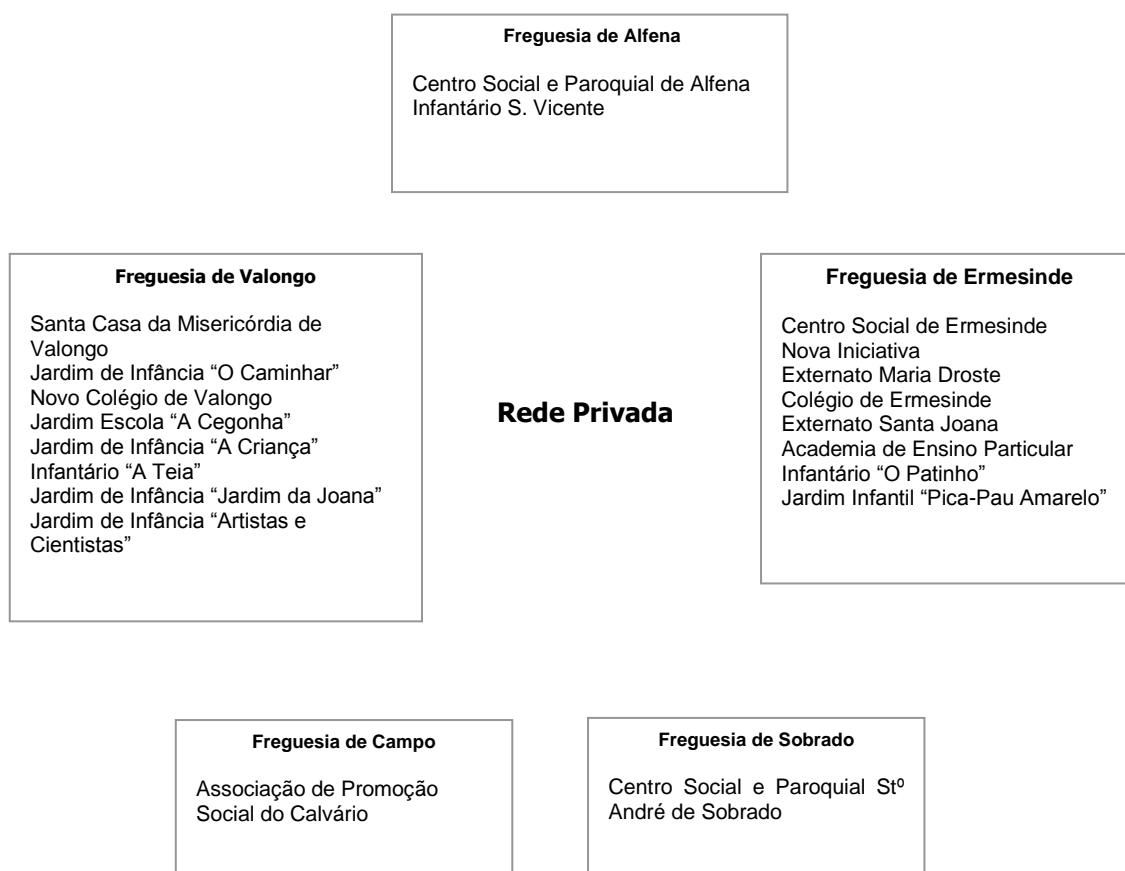
A autarquia tem também vindo a proceder à substituição gradual do mobiliário das salas de 1.º Ciclo e Educação Pré-Escolar que se encontra desadequado e/ou degradado. Apesar do investimento no mobiliário e material didático, ainda não foi possível uma cobertura total das necessidades, pelo que será adequado continuar a investir neste domínio para se alcançar o mesmo nível de qualidade em todos os estabelecimentos de educação e ensino.

No que respeita aos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário, verifica-se que as importantes e necessárias obras de requalificação foram apenas parcialmente realizadas na Escola Básica de S. Lourenço. Nas Escolas Básicas e Secundárias de Ermesinde e Valongo e a Escola Básica Vallis Longus nenhuma das intervenções planeadas pelo Ministério da Educação foi realizada. Assiste-se pois a situações particularmente graves ao nível da sobrelotação e da degradação física com a consequente perda de competitividade e transferência de discentes para escolas de outros concelhos.

A rede educativa privada é composta atualmente por **14** estabelecimentos de educação e de ensino de natureza particular e cooperativa (rede particular) e **6** instituições particulares de solidariedade social ou instituições sem fins lucrativos com ação no âmbito da educação e do ensino (rede solidária) que, juntos, compõem a Rede Privada, conforme ilustra a Figura 2.

Quanto aos níveis de educação e de ensino, em 14 estabelecimentos existe apenas oferta ao nível da educação pré-escolar, 3 disponibilizam pré-escolar e 1.º CEB, 1 pré-escolar, 1.º e 2.º CEB, 1 pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º CEB e, por último, 1 contempla a oferta deste o pré-escolar até ao ensino secundário.

Figura 2 – Estabelecimentos de Educação e de Ensino – Rede Privada



A informação mais pormenorizada sobre a rede escolar concelhia – ano letivo 2012/2013 – encontra-se disponível no Anexo 5.

4.2.2. População Escolar

No ano letivo **2012/2013**, a população escolar do concelho integrada em estabelecimentos de ensino regular, quer da rede pública quer da rede privada, totaliza **13729** alunos/as, que se distribuem pelos diferentes níveis de educação e de ensino da seguinte forma: **2589** na EPE, **4060** no 1.º CEB, **2495** no 2.º CEB, **2920** no 3.º CEB e **1665** no ensino secundário (quadro 19).

Quadro 19 – População escolar, da rede pública e da rede privada, por nível de educação e de ensino e por sexo (2012/2013)

Nível de Educação e Ensino		Pública			Privada									TOTAL		
					Particular			Solidária			Total Rede Privada					
		M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Educação Escolar	Pré-	858	755	1613	266	241	507	252	217	469	518	458	976	1376	1213	2589
1.º CEB		1805	1715	3520	289	251	540	0	0	0	289	251	540	2094	1966	4060
2.º CEB		1185	1082	2267	127	101	228	0	0	0	127	101	228	1312	1183	2495
3.º CEB		1443	1342	2785	76	59	135	0	0	0	76	59	135	1519	1401	2920
Secundário		801	840	1641	18	6	24	0	0	0	18	6	24	819	846	1665
TOTAL		6092	5734	11826	776	658	1434	252	217	469	1028	875	1903	7120	6609	13729

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Da população escolar concelhia, **86,1%** frequenta estabelecimentos de educação e de ensino da rede pública, enquanto os restantes **13,9%** se dividem pelos equipamentos da rede privada, a qual, por sua vez, integra estabelecimentos de educação e de ensino particulares e cooperativos (**10,5%**) e estabelecimentos de educação pré-escolar geridos por instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e outras instituições sem fins lucrativos (**3,4%**) com atividades no âmbito da educação e do ensino, conforme se pode observar pela análise do quadro 20.

Quadro 20 – Evolução do número de crianças e de alunos/as da rede pública, por nível de ensino⁹

Níveis de Ensino	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	09/10	10/11	11/12	12/13	% Δ (10 anos)	% Δ (último ano)
Pré-Escolar	1077	1084	1103	1217	1239	1229	1366	1537	1565	1613	49,77%	3,07%
1.º CEB	3924	3960	4011	4032	4120	4093	3953	3796	3685	3520	-10,30%	-4,48%
2.º CEB	2482	2483	2282	2244	2243	2321	2299	2268	2251	2267	-8,66%	0,71%
3.º CEB	3266	3267	3306	3427	3339	3392	3460	3177	3283	2785	-14,73%	-15,17
Secundário	2184	2251	2452	2104	2081	2228	2449	1846	1698	1641	-24,86%	-3,35
TOTAL	12933	13045	13154	13024	13022	13263	13527	12624	12482	11826	-8,56%	-5,26

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

⁹ Ano letivo 2008/2009 sem informação disponível.

Regista-se, ainda, um predomínio do sexo masculino em todos os níveis de educação e ensino, que apenas se inverte no ensino secundário.

Em referência ainda à população escolar integrada nos estabelecimentos de ensino que compõem a rede pública e atendendo à análise da **evolução da população escolar**, conforme demonstra o quadro 20, entre os anos letivos 2002/2003 e 2012/2013, constata-se um decréscimo em cerca de **8,56%** no número de crianças e de alunos/as que frequenta o ensino regular no concelho. Se considerarmos o último ano letivo, o decréscimo é um pouco menor, rondando os **5,26%**.

Uma leitura tendo por base os diferentes níveis de educação e ensino, permite constatar que esta evolução negativa não acontece ao nível do pré-escolar, onde se registam valores positivos na ordem dos **49,77%** e dos **3,07%**, considerados que foram respetivamente os últimos 10 anos e o ano letivo 2011/2012. Relativamente ao 2.º CEB também se verifica, na transição do ano letivo de 2011/2012 para 2012/2013, um ligeiro aumento (**0,71%**).

4.2.2.1. Educação Pré-Escolar

No âmbito da educação pré-escolar, e em referência ao ano letivo 2012/2013, existem **50** estabelecimentos no concelho, sendo que a maior parte se localiza em Valongo e Ermesinde, concentrando cada uma destas freguesias 16 estabelecimentos de EPE. Realça-se, ainda, que, em Campo e em Sobrado, não existe qualquer estrutura de apoio ao pré-escolar de gestão particular.

Quadro 21 – Distribuição dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar, por freguesia (2012/2013)

Freguesia	Rede Pública	Rede Particular	Rede Solidária	Total
Alfena	5	1	1	7
Campo	5	0	1	6
Ermesinde	8	6	2	16
Sobrado	4	0	1	5
Valongo	8	7	1	16
TOTAL	30	14	6	50

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

O número de crianças integradas em estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública representa **62,3%** (1613) do total, sendo que os estabelecimentos de gestão particular integram **19,6%** (507) e os da rede solidária **18,1%** (469).

Comparativamente ao ano letivo a que reporta a Carta Educativa concelhia – 2005/2006 – e considerando a análise do quadro 22, verifica-se um aumento no número total de crianças a frequentar estabelecimentos de educação pré-escolar até ao ano letivo 2010/2011, iniciando-se a partir do ano letivo seguinte um ligeiro decréscimo no número de crianças integradas. Contudo, este decréscimo apenas se verifica na rede particular e na rede solidária, tendo

mesmo encerrado, a nível concelhio, nestes dois últimos anos, três estabelecimentos de ensino da rede particular.

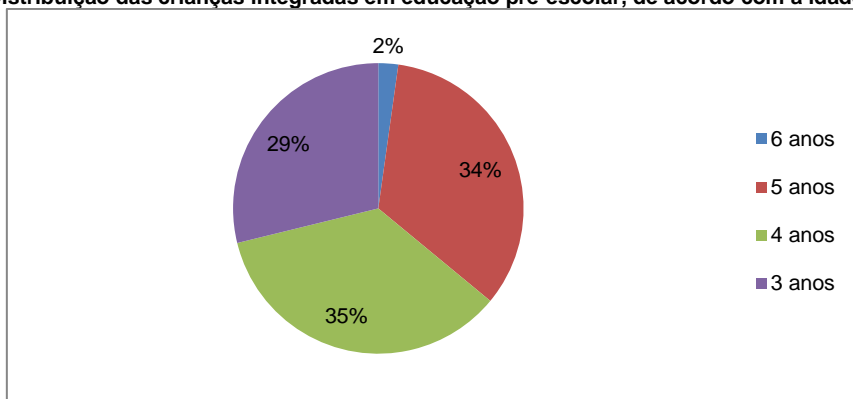
Quadro 22 – Evolução do número de crianças integradas em estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, por tipo de estabelecimento de educação e de ensino¹⁰

Tipo de Estabelecimento de Educação e Ensino	Ano Letivo						
	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Rede Pública	1217	1239	1229	1366	1537	1565	1613
Rede Particular	683	668	696	723	705	470	507
Rede Solidária	565	525	527	492	474	463	469
TOTAL	2465	2432	2452	2581	2716	2498	2589

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino¹¹

Relativamente às idades das crianças que frequentam a educação pré-escolar no ano letivo 2012/2013, a percentagem mais elevada corresponde ao grupo dos **4 anos**, representando **35%** das crianças, ao qual se segue com valores muito próximos – **34%** – o grupo dos **5 anos**. As crianças com **3 anos** de idade representam **29%** total da população do pré-escolar existindo, por último, **2%** que possuem **6 anos**.

Gráfico 1 – Distribuição das crianças integradas em educação pré-escolar, de acordo com a idade (2012/2013)

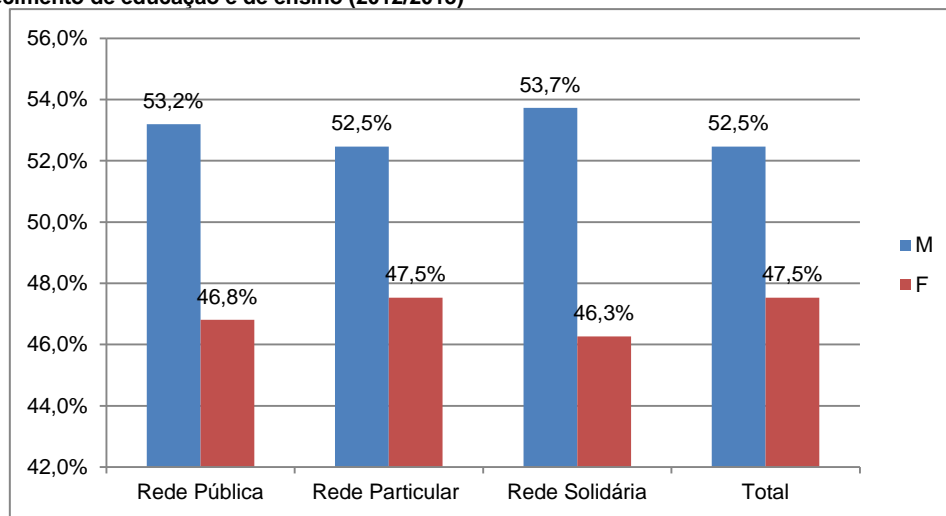


Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Relativamente à variável sexo regista-se um maior número de crianças integradas em pré-escolar do sexo masculino (**52,5%**), por oposição ao sexo feminino (**47,5%**), refletindo-se esta especificidade em todas as redes de equipamentos do pré-escolar.

¹⁰ Ano letivo 2008/2009 sem informação disponível.

¹¹ Quatro estabelecimentos de educação e de ensino da rede particular não disponibilizaram dados de 2011/2012

Gráfico 2 – Distribuição das crianças integradas em educação Pré-Escolar, de acordo com o sexo e o tipo de estabelecimento de educação e de ensino (2012/2013)

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

A **taxa bruta de pré-escolarização**¹² ou a **taxa de cobertura da educação pré-escolar** no concelho de Valongo é, assim, de **86,4%**, podendo afirmar-se que, cerca de 87 crianças em 100, com idades compreendidas entre os 3 e a idade de ingresso no 1.º CEB, frequenta a educação pré-escolar.

Considerando a **taxa real de escolarização**¹³, ou seja, excluindo-se as crianças com 6 anos, obtemos uma taxa ligeiramente inferior, situada na ordem dos **84,5%**.

Numa perspetiva de análise por tipo de estabelecimento de educação pré-escolar e com base na taxa de cobertura no ano letivo 2012/2013 concluiu-se, de acordo com o quadro 23, que os estabelecimentos de rede pública têm uma taxa de cobertura de **53,8%**, os da rede particular de **16,9%** e da rede solidária de **15,6%**.

Quadro 23 – Taxa de cobertura da Educação Pré-Escolar, por tipo de estabelecimento de educação e de ensino (2012/2013)

Tipo de Estabelecimento de Educação e de Ensino	N.º de Crianças	Taxa de Cobertura
Rede Pública	1613	53,8%
Rede Particular	507	16,9%
Rede Solidária	469	15,6%
TOTAL	2589	86,4%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Acrescenta-se o facto de, ao nível da educação pré-escolar, a procura mostrar uma diminuição significativa relativamente ao registado na Carta Educativa, cuja lista de espera concelhia era composta por **859** crianças. Os dados de 2012/2013 revelam que apenas **156** crianças se encontram em lista de espera, salvaguardando-se, ainda, a possibilidade de poderem existir

¹² Taxa bruta de pré-escolarização: relação percentual entre o número de crianças que frequenta a educação pré-escolar (independentemente da idade) e a população residente do grupo etário 3-5 anos.

¹³ Taxa real de pré-escolarização: relação percentual entre o número de crianças que frequenta a educação pré-escolar, em idade normal de frequência (3-5 anos) e a população residente do grupo etário 3-5 anos.

inscrições duplicadas entre as várias redes de estabelecimentos de ensino, o que leva à contabilização da mesma criança em lista de espera mais do que uma vez.

Destaca-se, também, a diminuição do número de crianças em lista de espera na rede pública, que passou de **347** para **44** inscrições – facto ao qual não será indiferente a construção de novos estabelecimentos de educação e de ensino, decorrente do diagnóstico efetuado na referida Carta Educativa concelhia.

Regista-se, ainda, que o número de crianças em lista de espera é composto, em **61,5%**, por elementos do sexo masculino e em **38,5%** por elementos do sexo feminino.

Quadro 24 – Número de crianças em lista de espera, por sexo e por tipo de estabelecimento de educação e de ensino (2012/2013)

Tipo de Estabelecimento de Educação e de Ensino	Sexo		Total
	M	F	
Rede Pública	32	12	44
Rede Particular	9	6	15
Rede Solidária	55	42	97
TOTAL	96	60	156

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

4.2.2.2. Ensino Básico

1.º Ciclo de Ensino Básico

No âmbito do Ensino Básico, a rede escolar é composta por estabelecimentos de educação e de ensino de natureza pública e particular. Existem no concelho, com 1.º CEB, **35** estabelecimentos de ensino – **29** na rede pública integrados com pré-escolar e **6** na rede privada. Estes últimos são de natureza particular e concentram-se em duas freguesias – **4** em Ermesinde e **2** em Valongo (quadro 25).

Quadro 25 – Distribuição dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino, por tipo de estabelecimento de educação e de ensino e por freguesia (2012/2013)

Freguesia	Rede Pública	Rede Particular	Total
Alfena	5	0	5
Campo	5	0	5
Ermesinde	8	4	12
Sobrado	4	0	4
Valongo	7	2	9
TOTAL	29	6	35

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Conforme anteriormente referido, o 1.º CEB concelhio conta com **4060** alunos/as, sendo que **86,7%** (3520) frequenta estabelecimentos de ensino de gestão pública e **13,3%** (540) integra estabelecimentos de ensino de gestão privada.

Quadro 26 – Evolução do número de alunos/as integrados/as no 1.º CEB, por tipo de estabelecimento de educação e de ensino¹⁴

Tipo de Estabelecimento de Educação e de Ensino	Ano Letivo						
	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Rede Pública	4032	4120	4093	3953	3796	3685	3520
Rede Particular	664	-	-	720	669	621	540
TOTAL	4696	4120	4093	4673	4465	4306	4060

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Comparando com os dados inscritos na Carta Educativa, verifica-se uma diminuição na população escolar do 1.º CEB, decorrente de uma variação negativa que, na globalidade, ronda os **14%**.

Tomando como referência a evolução registada a partir do ano letivo 2009/2010, constata-se uma diminuição sistemática no número de alunos e alunas matriculados/as, tanto na rede pública, como na rede particular, sendo a variação entre os últimos anos letivos de **-6%**.

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

No que se refere ao 2.º e 3.º ciclos de ensino básico, a oferta concelhia engloba também estabelecimentos escolares de gestão pública e de gestão privada, como se pode observar no quadro 27. A rede pública integra, atualmente, **5** escolas EB2/3, **1** escola Básica e Secundária e **3** Escolas Secundárias com 3.º ciclo, perfazendo um total de **9** estabelecimentos de ensino. A oferta privada nestes níveis de ensino restringe-se à freguesia de Ermesinde, com **3** estabelecimentos de ensino, contudo, 1 possui oferta apenas ao nível do 2.º ciclo.

Quadro 27 – Distribuição dos Estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB, por freguesia (2012/2013)

Freguesia	Pública	Privada	TOTAL
Alfena	2	0	2
Campo	1	0	1
Ermesinde	3	3	6
Sobrado	1	0	1
Valongo	2	0	2
TOTAL	9	3	12

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Relembra-se que a população escolar dos 2.º e 3.º CEB é composta, no ano letivo 2012/2013, por **5415** alunos/as, que se distribuem da seguinte forma: **2495** no 2.º ciclo e **2920** no 3.º ciclo. No 2.º ciclo, **90,8%** dos/as discentes integram estabelecimentos de ensino da rede pública, enquanto os/as restantes frequentam estabelecimentos de ensino da rede privada. Quanto ao 3.º ciclo, a rede pública integra **95,3%** do total da população escolar em causa.

¹⁴ Ano letivo 2008/2009 sem informação disponível.

Analisando a evolução dos/as discentes no nível de ensino a que se reporta o quadro seguinte, verifica-se, por um lado, um decréscimo na população escolar, com uma variação de **-0,32%** entre o ano letivo 2005/2006 e o 2012/2013 e, por outro, uma variação positiva de **0,36%** entre os dois últimos anos letivos.

Quadro 28 – Evolução do número de alunos/as integrados/as no 2.º CEB, por tipo de estabelecimento de educação e de ensino¹⁵

Tipo de Estabelecimento de Educação e de Ensino	Ano Letivo						
	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Rede Pública	2244	2243	2321	2299	2268	2251	2267
Rede Particular	259	-	-	244	247	235	228
TOTAL	2503	2243	2321	2543	2515	2486	2495

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Conforme pode ser analisado no quadro 29, no 3.º CEB acentua-se o decréscimo do número de discentes, com uma variação de **-18,80%** entre o ano letivo 2005/2006 e o 2012/2013 e uma variação de **-14,52%** entre os dois últimos anos letivos.

Quadro 29 – Evolução do número de alunos/as integrados/as no 3.º CEB, por tipo de estabelecimento de educação e de ensino¹⁶

Tipo de Estabelecimento de Educação e de Ensino	Ano Letivo						
	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Rede Pública	3427	3339	3392	3460	3177	3283	2785
Rede Particular	169	-	-	145	141	133	135
TOTAL	3596	3339	3392	3605	3318	3416	2920

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

4.2.2.3. Ensino Secundário

No que respeita ao ensino secundário, a oferta concelhia é feita, essencialmente, através da rede pública. Atualmente existem **4** escolas com oferta de ensino secundário no concelho, que se localizam nas freguesias de Alfena, Campo, Ermesinde e Valongo. No ano letivo 2012/2013, **1** estabelecimento da rede particular, localizado na freguesia de Ermesinde, alargou a sua oferta ao ensino secundário.

Assim, e de acordo com o quadro 30, a rede pública integra **98,6%** (1641) de discentes do ensino secundário, estando os/as restantes **1,4%** (24) integrados na rede particular.

¹⁵ Ano letivo 2008/2009 sem informação disponível.

¹⁶ *Idem*

Quadro 30 – Número de alunos/as do Ensino Secundário, por tipo de estabelecimento de educação e de ensino (2012/2013)

Tipo de Estabelecimento de Educação e de Ensino	Estabelecimento de Ensino	TOTAL
Rede Pública	Escola Básica e Secundária de Alfena	237
	Escola Básica e Secundária de Campo	87
	Escola Básica e Secundária de Ermesinde	677
	Escola Básica e Secundária de Valongo	640
Rede Particular	Colégio de Ermesinde	24
TOTAL		1665

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Os/as **1665 alunos/as** distribuem-se da seguinte forma pelos diferentes estabelecimentos de ensino: a parcela mais significativa de alunos/as – **40,6%** – pertence à Escola Secundária com 3.º ciclo de Ermesinde, seguida da Escola Secundária com 3.º ciclo de Valongo, que integra **38,4%** da população escolar. Com valores mais reduzidos surge a Escola Secundária com 3.º ciclo de Alfena – **14,2%** – à qual se segue, e ainda na rede pública, a Escola Básica e Secundária de Campo, com **5,2%** do total de discentes. Por último, no contexto da rede particular, o Colégio de Ermesinde detém **1,4%** da totalidade dos/as discentes deste nível de ensino.

Numa análise da evolução do número de alunos/as no ensino secundário, e considerando o quadro 31, é possível constatar que houve um decréscimo na ordem dos **21%** na população escolar do ensino secundário, o qual se verifica a partir do ano letivo de 2009/2010. Esta variação negativa mantém-se se focarmos os dois últimos anos letivos, situando-se em **1,9%**. Constitui exceção a esta diminuição da população escolar, o estabelecimento de ensino de Campo, que disponibiliza oferta de ensino secundário desde 2011/2012.

Quadro 31 – Evolução do número de alunos/as do Ensino Secundário no concelho de Valongo¹⁷

Estabelecimento de Educação e de Ensino	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Escola Básica e Sec. Alfena	179	178	195	290	276	253	237
Escola Básica e Sec. de Campo	-	-	-	-	-	38	87
Escola Básica e Sec. Ermesinde	955	1033	1079	1015	720	713	677
Escola Básica e Sec. Valongo	970	870	954	1144	850	694	640
Colégio de Ermesinde	-	-	-	-	-	-	24
TOTAL	2104	2081	2228	2449	1846	1698	1665

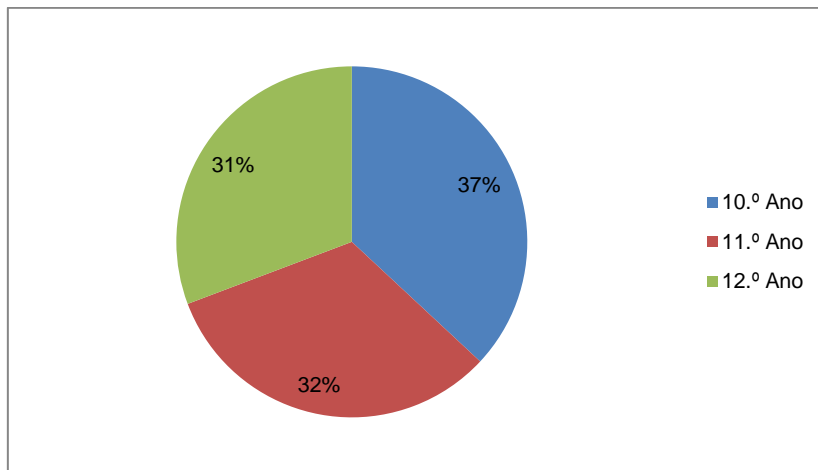
Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino¹⁸

¹⁷ Ano letivo 2008/2009 sem informação disponível.

¹⁸ A Escola Básica e Secundária de Campo alargou oferta ao ensino secundário no ano letivo 2011/2012 e o Colégio de Ermesinde no ano letivo 2012/2013.

Relativamente à distribuição destes alunos/as pelo ano de escolaridade, conforme ilustra o gráfico 3, verifica-se que não existe desequilíbrio significativo entre os diversos anos a nível concelhio. Assim, no ano letivo em análise, frequentam o 10.º ano de escolaridade **37%** do total de alunos/as, seguido pelo 11.º ano com **32%**, pertencendo os restantes **31%** aos/às alunos/as do 12.º ano.

Gráfico 3 – Alunos/as do Ensino Secundário da rede pública e da rede particular, por ano de escolaridade (2012/2013)



Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Dos/as **1665** discentes que frequentam, no ano letivo 2012/2013, o ensino secundário regular apenas **1%** (23 jovens) integra o único curso tecnológico existente no concelho – Curso Tecnológico de Desporto, ministrado na Escola Secundária com 3.º ciclo de Alfena – distribuindo-se os/as restantes **99%** pelos diversos cursos científicos-humanísticos ministrados no concelho.

4.2.2.4. Educação Especial

No Concelho de Valongo – ano letivo 2012/2013 – a rede pública de ensino integra **364** alunos/as com Necessidades Educativas Especiais (NEE), o que representa **3,0%** da população escolar matriculada nos Agrupamentos de Escolas concelhios.

De destacar que em todos os níveis de ensino, à exceção do ensino secundário, prevalece o sexo masculino, que na globalidade representa **61,8%** da população total.

Quadro 32 – Número de alunos/as com Necessidades Educativas Especiais, por níveis de ensino, na Rede Pública (2012/2013)

Níveis de Ensino	Sexo		Total
	M	F	
Pré-Escolar	26	16	42
1.º Ciclo	74	43	117
2.º Ciclo	53	30	83
3.º Ciclo	64	39	103
Secundário	8	11	19
TOTAL	225	139	364

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

No que se refere ao tipo de deficiência identificada, e como se pode observar no quadro 33, destacam-se os/as alunos/as com NEE ao nível das Funções Mentais Globais, que afetam **245** alunos/as. Destes/as **196** têm problemas de âmbito intelectual e **49** no domínio do autismo. Seguem-se os/as discentes com NEE ao nível das Funções Mentais Específicas – Linguagem e Emocionais – com **36** e **17** alunos/as, respetivamente.

Quadro 33 – Número de alunos/as com Necessidades Educativas Especiais, segundo o tipo de deficiência identificada (2012/2013)

Tipo de deficiência identificada		Nº de alunos/as		
		M	F	Total
Funções Sensoriais	Visão	0	1	1
	Audição	1	1	2
	Visão e Audição	0	0	0
Funções Mentais (Globais)	Autismo	35	14	49
	Intelectuais (Mentais)	114	82	196
Funções Mentais (Específicas)	Linguagem	28	8	36
	Emocionais	13	4	17
Funções Intelectuais e/ou Neuromusculares		14	8	22
Funções Intelectuais e/ou Neuromusculares e/ou Sensoriais (Multideficiência)		10	10	20
Funções da Voz e Fala		2	0	2
Outras deficiências nas funções do corpo (saúde física)		8	11	19
TOTAL		225	139	364

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

No âmbito da Educação Especial, é de referir ainda que no concelho de Valongo existem no 1.º CEB, e apenas nos estabelecimentos de educação e de ensino da rede pública – ano letivo 2012/2013 – 5 unidades de apoio específico para alunos/as com deficiência:

- Unidade de Apoio Especializado a alunos e alunas com Multideficiência **Escola Básica do Xisto**;
- Unidade de Apoio Especializado a alunos e alunas com Multideficiência **Escola Básica do Outeiro**;
- Unidade de Apoio Especializado a alunos e alunas com Multideficiência **Escola Básica das Saibreiras**;

- Unidade de Ensino Estruturado a alunos e alunas com perturbações do espectro do Autismo **Escola Básica do Carvalho**;
- Unidade de Apoio Especializado a alunos e alunas com Multideficiência **Escola Básica do Susão**.

De acordo com o quadro 34, as unidades em causa integram a **32** alunos/as, distribuídos/as pelas diversas unidades de acordo o tipo de deficiência e o Agrupamento de Escolas onde foi efetuada a respetiva matrícula. As unidades de apoio existentes são de dois tipos: **Apoio Especializado a alunos/as com Multideficiência e Ensino Estruturado a alunos/as com perturbações do espectro do Autismo**.

Ao nível do apoio à multideficiência, regista-se que a unidade com maior número de alunos/as é a localizada no Susão – **9** alunos/as, à qual se segue a localizada nas Saibreiras – **8** alunos/as, Outeiro – **5** alunos/as e, por fim, Xisto – **2** alunos/as. A única unidade de apoio a alunos/as com perturbações do espectro do Autismo integra, no ano letivo em estudo, **8** alunos/as e funciona no Carvalho.

Relativamente à variável sexo, tal como acontece na generalidade de alunos/as com NEE, regista-se uma ligeira prevalência do sexo masculino.

Quadro 34 – Número de alunos/as integrados/as em unidades de apoio específicas, por tipo de unidade e por sexo

Unidades de Apoio	N.º de alunos/as		
	M	F	Total
Unidade de Apoio Especializado a alunos/as com Multideficiência Escola Básica do Xisto	2	0	2
Unidade de Apoio Especializado a alunos/as com Multideficiência Escola Básica do Outeiro	4	1	5
Unidade de Apoio Especializado a alunos/as com Multideficiência Escola Básica das Saibreiras	4	4	8
Unidade de Ensino Estruturado a alunos/as com perturbações do espectro do Autismo Escola Básica do Carvalho	3	5	8
Unidade de Apoio Especializado a alunos/as com Multideficiência Escola Básica do Susão	4	5	9
TOTAL	17	15	32

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

4.2.3. Oferta Formativa¹⁹

As ofertas educativas e formativas para jovens e para pessoas adultas, no concelho de Valongo, são promovidas pelos estabelecimentos de ensino da rede pública, pela Escola Profissional de Valongo, pelo IEFP, IP – Centro de Emprego de Valongo e por Entidades formadoras diversas, designadamente pela Academia APAMM, o CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, Temas Práticos Lda., o Centro de Formação do Centro Social de Ermesinde e pela ADICE – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde.

¹⁹ Entidades formativas existentes no concelho de Valongo à data da recolha da informação

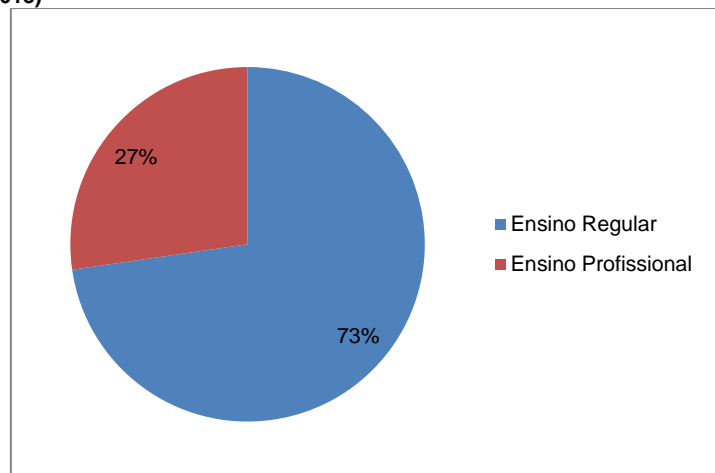
Apresenta-se, de seguida, uma caracterização desta oferta educativa e formativa, organizada pelas diferentes tipologias que enquadram os itinerários de qualificação. Ressalva-se, no entanto, o facto de a informação estar incompleta, na medida em que 2 inquéritos não foram devidamente preenchidos e 2 não foram devolvidos. Salienta-se que os referidos instrumentos de recolha de informação incluíam questões relativas aos Centros Novas Oportunidades (CNO).

4.2.3.1. Cursos Profissionais

Como anteriormente mencionado, o concelho de Valongo possui **1665** alunos/as integrados/as no ensino secundário regular. Contudo, a população escolar concelhia do ensino secundário não se esgota neste valor, importando considerar, ainda, os/as discentes integrados/as noutras ofertas concelhias, nomeadamente em cursos profissionais ministrados quer nas escolas secundárias com 3.º ciclo quer na Escola Profissional de Valongo, que se localiza na freguesia de Sobrado. Neste sentido, considerando que, no presente ano letivo, **625** alunos/as frequentam cursos profissionais, na globalidade temos **2290** discentes integrados no ensino secundário.

Com base na distribuição de discentes entre o ensino regular e o ensino profissional, conforme ilustra o gráfico 4, conclui-se que a frequência do ensino profissional constituiu uma opção para **27%** da população escolar em estudo.

Gráfico 4 – Distribuição dos/as alunos/as do ensino secundário, de acordo com o ensino regular e o ensino profissional (2012/2013)



Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Comparando com os dados inscritos na Carta Educativa, conforme o quadro 35, verifica-se um aumento significativo tanto no número de discentes, como no número de cursos profissionais ministrados no concelho. No ano letivo 2005/2006, o ensino profissional era ministrado apenas na Escola Profissional de Valongo, alargando-se progressivamente às escolas secundárias. Apesar da ausência de dados em vários anos letivos (campos assinalados com traço), verifica-se um aumento desta oferta até ao ano letivo 2011/2012, com exceção da Escola Secundária

com 3.º ciclo de Alfena surgindo, ainda, em termos globais, uma ligeira inversão entre o referido ano e o seguinte (apenas a Escola Profissional de Valongo evidencia um percurso crescente contínuo em termos de integração de alunos/as em cursos profissionais).

Quadro 35 – Evolução do número de alunos/as integrados/as em ensino profissional no concelho de Valongo²⁰

Estabelecimento de Educação e de Ensino	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Escola Básica e Sec. Alfena	0	-	0	20	15	8	0
Escola Básica e Sec. de Campo	-	-	-	-	-	0	0
Escola Básica e Sec. Ermesinde	0	-	98	230	243	257	221
Escola Básica e Sec. Valongo	0	-	89	293	316	267	250
Colégio de Ermesinde	-	-	-	-	-	-	0
Escola Profissional de Valongo	73	-	-	-	130	133	154
TOTAL	73	-	187	543	704	665	625
% Jovens Ensino Profissional	3,4%	-	7,7%	18,1%	27,6%	28,6%	27,2%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino e Escola Profissional de Valongo²¹

No total, e em referência ao ano letivo 2012/2013, verifica-se existirem no concelho **625** discentes a frequentar **21** cursos de ensino profissional. Comparando com os dados da Carta Educativa, é possível observar um aumento significativo tanto no número de discentes como no número de cursos profissionais, que era apenas de **73** jovens e **3** cursos nas escolas públicas, respetivamente. Salienta-se, ainda, que o ano com maior percentagem de alunos/as a frequentar o ensino profissional foi o de 2011/2012 (**28,6%**).

Conforme referido anteriormente, para além da Escola Profissional de Valongo, algumas escolas secundárias com 3.º ciclo disponibilizam aos/às jovens a possibilidade de concluir o nível secundário através do ensino profissional. Assim, de acordo com os dados apresentados no quadro 36, constata-se que a Escola Secundária com 3.º ciclo de Valongo é aquela que apresenta um maior número de alunos/as integrados/as em cursos profissionais (**40,0%**), seguindo-se a Escola Secundária com 3.º ciclo de Ermesinde, com **35,3%**.

²⁰ Ano letivo 2008/2009 sem informação disponível.

²¹ A Escola Básica e Secundária de Campo alargou a oferta ao ensino secundário no ano letivo 2011/2012 e o Colégio de Ermesinde no ano letivo 2012/2013.

Quadro 36 – Número de alunos/as, de acordo com a oferta de Cursos Profissionais (2012/2013)

Estabelecimento de Educação e de Ensino	Curso Profissional	N.º de Turmas	N.º de Alunos/as
Escola Básica e Sec. de Valongo	Técnico/a de Análise Laboratorial	2	37
	Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	3	86
	Técnico/a de Turismo	3	61
	Técnico/a de Eletrotecnia	3	53
	Técnico/a de Comércio	1	13
	TOTAL	12	250
Escola Básica e Sec. de Ermesinde	Técnico/a de Apoio Psicossocial	1	221
	Técnico/a de Informática de Gestão	2	
	Animador /a Sociocultural	1	
	Técnico/a de Secretariado	1	
	Técnico/a de Eletrotecnia	2	
	Técnico/a Auxiliar Protésico	2	
	Técnico/a de Mecatrónica	1	
	Técnico/a de Receção	1	
	Técnico/a de Design Gráfico	2	
	Técnico/a de Energias Renováveis	1	
	TOTAL	14	221
Escola Profissional de Valongo	Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	1	18
	Técnico/a de Comunicação	3	62
	Técnico/a de Auxiliar de Saúde	2	47
	Técnico/a de Turismo	1	27
	TOTAL	7	154
TOTAL		21	625

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino e Escola Profissional de Valongo

4.2.3.2. Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)

No ano letivo 2012/2013, e de acordo com os dados disponíveis, existem no concelho de Valongo 10 turmas CEF, integrando um total de **179** jovens. Comparando com a realidade existente aquando da elaboração da Carta Educativa, verifica-se um aumento no número de jovens a frequentar esta tipologia de formação na medida em que, em 2005/2006, os cursos CEF existentes eram ministrados apenas nas Escolas Secundárias com 3.º ciclo de Ermesinde e de Valongo e integravam 73 jovens.

Não obstante, a leitura do quadro 37 permite constatar que, apesar do aumento desta oferta formativa face ao ano de referência da elaboração da Carta Educativa, tem havido um decréscimo constante no número de alunos/as a frequentar os cursos CEF ministrados nos estabelecimentos de ensino, que se verifica a partir do ano letivo 2007/2008.

Quadro 37 – Evolução do número de alunos/as integrados/as em CEF no concelho de Valongo²²

Tipo de Estabelecimento de Educação e de Ensino	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Estabelecimentos de Ensino – rede pública	73	-	299	263	249	195	167
Entidades formadoras diversas	0	-	-	-	56	30	12
TOTAL	73	-	299	263	305	225	179

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino e Entidades formadoras diversas

Realça-se, ainda, que todos os CEF elencados permitem a certificação escolar ao nível do 3.º CEB, nunca se tendo promovido qualquer CEF com certificação ao nível do ensino secundário. O quadro 38 apresenta os itinerários de qualificação promovidos no âmbito desta tipologia e a sua distribuição pelos diferentes Agrupamentos de Escolas.

Em consonância com o referido relativamente ao ensino profissional importa, também, considerar, para aferir a totalidade da população escolar do 3.º CEB, os/as discentes integrados/as nesta oferta formativa. Neste sentido, os/as **179** alunos/as que integram cursos de educação e formação acrescem ao total da população escolar do ensino regular integrada no 3.º CEB, rede pública e rede privada, no ano letivo 2012/2013 – **2920** alunos/os.

Quadro 38 – Número de alunos/as, de acordo com a oferta de Cursos de Educação e Formação (2012/2013)

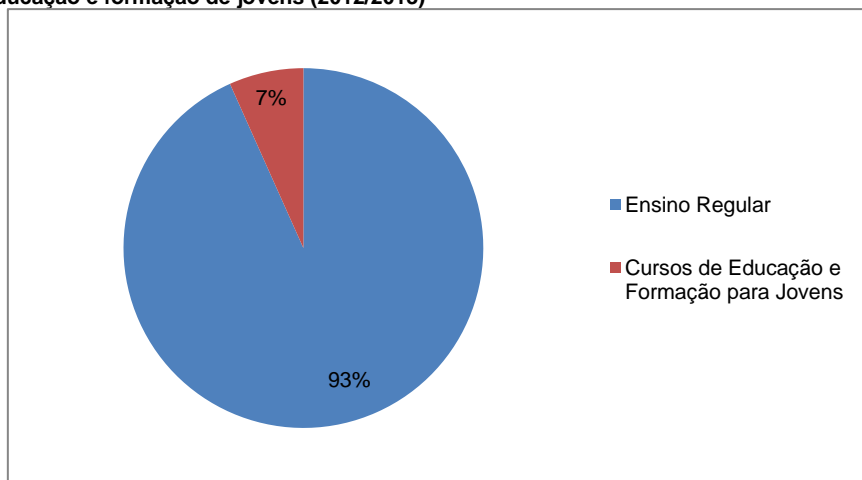
Estabelecimento de Educação e de Ensino		CEF	N.º de Turmas	N.º de Alunos/as
Agrupamentos de Escolas – rede pública	AE Alfena	Acompanhamento de Crianças	2	31
	AE S. Lourenço	Jardinagem e Espaços Verdes	1	21
	AE Vallis Longus	Operador de Fotografia	1	20
	AE Valongo	Padaria e Pastelaria	4	82
	AE Ermesinde	Eletricista de Instalações	1	13
	TOTAL		9	167
Entidades formadoras diversas		Cabeleireiro	1	12
		TOTAL	1	12
TOTAL			10	179

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino e Entidades formadoras diversas

Com base na distribuição dos/as referidos/as discentes entre o ensino regular e os CEF, conforme ilustra o gráfico 5, conclui-se que estes cursos representam apenas **7%** da totalidade da população escolar em estudo.

²² Ano letivo 2008/2009 sem informação disponível.

Gráfico 5 – Distribuição dos/as alunos/as do ensino básico (3.º CEB), de acordo com o ensino regular e os cursos de educação e formação de jovens (2012/2013)



Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

4.2.3.3. Cursos de Aprendizagem

No que concerne aos cursos de aprendizagem não será apresentada uma análise de dados evolutiva porque não existe informação disponível para a efetuar.

A análise centrar-se-á, conforme demonstra o quadro 39, no ano 2012. Assim, organizaram-se no concelho 11 turmas, que abrangeram **176** formandos/as. A entidade concelhia com maior número de turmas e alunos/as foi o CENFIM, com **6** turmas, que integraram **91** jovens, seguida pela Academia APAMM, com **3** turmas e **45** formandos/as e, por último, a ADICE que teve a funcionar **2** turmas, que enquadraram **40** discentes.

De salientar que todos estes cursos permitem a obtenção de certificação escolar ao nível do 12.º ano.

Quadro 39 – Número de alunos/as, de acordo com a oferta de Cursos de Aprendizagem (2012)

Entidades Formadoras	Cursos de Aprendizagem	N.º de Turmas	N.º de Alunos/as
ADICE – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde	Técnico/a de Informática – Instalação e Gestão de Redes	2	40
Academia APAMM Ermesinde	Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho	2	26
	Técnico/a Comercial	1	19
CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica	Técnicos/a de Desenho e Projeto de Construções Mecânicas	1	13
	Técnicos/a de Manutenção Industrial	2	35
	Técnicos/a de Maquinação e Programação	3	43
TOTAL		11	176

Fonte: Inquérito a Entidades formadoras diversas

4.2.3.4. Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)

Aquando da elaboração da Carta Educativa, a oferta de cursos EFA nas escolas era inexistente, havendo antes, para o público adulto com baixas qualificações, uma oferta expressiva ao nível do ensino recorrente.

Comparando a atual oferta de cursos EFA com os dados inscritos no Diagnóstico Social 2010, no ano letivo 2009/2010 foram disponibilizados diversos cursos, quer pelos estabelecimentos de ensino quer pelas diferentes Entidades formadoras localizadas no concelho, enquadrando um total de **525 formandos/as**.

Quadro 40 – Evolução do número de formandos/as integrados/as em cursos EFA no concelho de Valongo²³

Tipo de Estabelecimento de Educação e de Ensino	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Estabelecimentos de Ensino – rede pública	0	-	-	267	186	273	149
Entidades formadoras diversas	-	-	-	258	105	30	0
TOTAL	0	-	-	525	291	303	149

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino e Entidades formadoras diversas

No ano letivo 2012/2013 esta oferta formativa foi disponibilizada apenas pelos estabelecimentos de ensino da rede pública através de três Agrupamentos de Escolas. Na totalidade foram promovidos apenas **4 cursos**, que integraram **149 formandos/as**. Analise-se o quadro 41.

Quadro 41 – Número de formandos/as, de acordo com a oferta de cursos de EFA (2012/2013)

Estabelecimento de Educação e de Ensino		N.º de Cursos ²⁴	N.º de Turmas	N.º de formandos/as matriculados/as
Agrupamentos de Escolas – rede pública	AE Vallis Longus	1	2	40
	AE Valongo	2	3	86
	AE Ermesinde	1	1	23
	TOTAL	4	6	149
Entidades formadoras diversas		0	0	0
TOTAL		4	6	149

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino e Entidades formadoras diversas

4.2.3.5. Ensino Recorrente

O ensino secundário recorrente corresponde a uma vertente da educação de adultos que proporciona uma segunda oportunidade no acesso à escolaridade. Com uma expressão significativa na Carta Educativa – em 2005/2006 os cursos de ensino recorrente integraram **1048 indivíduos** – foi alvo, ao longo do tempo, de uma redução a nível nacional e concelho,

²³ Ano letivo 2008/2009 sem informação disponível.

²⁴ Não foram especificadas áreas por falta de informação disponível.

não existindo à data da recolha da informação, esta resposta no Concelho de Valongo. Como referido no sítio da *internet* da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.), a rede de oferta do ensino básico recorrente tem vindo progressivamente a ser substituída por outras ofertas de educação e formação; no nível secundário esta oferta foi renovada a partir do ano letivo 2004/2005, estando em funcionamento a modalidade de Ensino Recorrente de nível Secundário por Módulos Capitalizáveis.

4.2.3.6. Centros Novas Oportunidades

Em 2012 funcionavam no concelho de Valongo **5** Centros Novas Oportunidades: **2** localizavam-se em estabelecimentos de ensino da rede pública, designadamente nas Escolas Secundárias dos Agrupamentos de Escolas de Ermesinde e de Valongo. Para além destes havia ainda mais **3** distribuídos entre a ADICE – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde, o Centro Social de Ermesinde e o CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica. Na análise que se apresenta de seguida será importante ter em conta que nem todas as Entidades promotoras de CNO disponibilizaram os dados distribuídos por sexo e que, relativamente aos anos 2011 e 2012, duas delas não disponibilizaram qualquer informação.

Atendendo ao quadro 42, verifica-se, entre 2010 e 2012, um decréscimo no número de pessoas inscritas nos CNO ao nível do ensino básico, numa variação de **-33,8%**, bem como ao nível do ensino secundário **-51,2%**.

Quadro 42 – Evolução do número de pessoas integradas nos Centros Novas Oportunidades existentes no concelho de Valongo

Nível de Certificação	Etapas de Intervenção	2010	2011	2012
Básico	N.º de pessoas inscritas CNO	2215	2048	1465
	N.º de pessoas em processo de RVCC	824	795	569
	N.º de pessoas certificadas	880	724	771
Secundário	N.º de pessoas inscritas CNO	2578	1430	1258
	N.º de pessoas em processo de RVCC	876	478	337
	N.º de pessoas certificadas	488	410	494

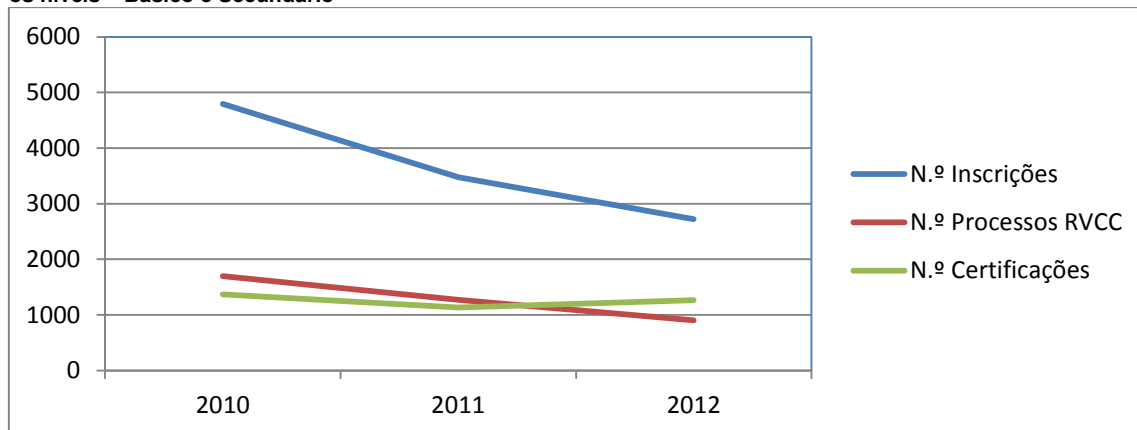
Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino e outras Entidades Promotoras de CNO

Esta tendência reflete-se no número de pessoas em processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, em ambos os níveis de certificação – básico e secundário.

Esta diminuição não encontra expressão evidente nos valores relativos às certificações, na medida em que o processo de RVCC tende a iniciar logo após a inscrição (acompanhando, assim, a tendência de redução da procura), mas estende-se no tempo até à obtenção da certificação, não sendo, assim, direta a relação com a menor taxa de inscrição. Ou seja, a maioria dos/as adultos/as certificados em cada ano fizeram a sua inscrição e iniciaram o processo de RVCC em anos anteriores. Realça-se, ainda, o facto de uma percentagem das

peçoas inscritas serem encaminhadas para outras ofertas externas mais ajustadas ao seu perfil, motivações, interesses e projetos de vida, designadamente cursos EFA, cursos profissionais, vias alternativas de conclusão do secundário, etc..

Gráfico 6 – Evolução das inscrições nos CNO, do início dos processos de RVCC e das certificações em ambos os níveis – Básico e Secundário



Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino e outras Entidades Promotoras de CNO

Para finalizar importa referir que o financiamento dos Centros Novas Oportunidades estendeu-se apenas até ao final de dezembro de 2012, sendo todos os CNO extintos a 31 de março de 2013, na sequência da decisão do Governo em criar os Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP).

4.3. Sucesso Educativo

Neste ponto procede-se à análise de indicadores que pressupõem metas de aprendizagem de acordo com o estabelecido no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente, as taxas de abandono escolar, as taxas de retenção e resistência, as taxas de conclusão de ciclo e os resultados académicos, relativamente aos diferentes níveis de educação e ensino.

4.3.1. Educação Pré-Escolar

A aprendizagem ao longo da vida pressupõe, quer um conjunto de atividades de aprendizagem de natureza diversa, quer a sua perspetivação em diferentes fases ao longo da existência de cada pessoa, iniciando-se desde logo na infância através da educação pré-escolar. São destinatárias da EPE as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, sendo a sua frequência facultativa.

Potenciando, desde logo, a igualdade de oportunidades no acesso à escola, a frequência da EPE promove não só uma melhor integração no 1.º CEB, como contribui para o sucesso futuro do percurso de aprendizagem do indivíduo.

O investimento na EPE, efetuada pelo Município de Valongo, traduziu-se numa variação positiva no número de crianças integradas neste nível de educação, na ordem dos **32,5%**, entre o ano letivo a que reportam os dados da Carta Educativa e o ano letivo 2012/2013.

Assim, frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar concelhios **2589** crianças, sendo que **62,3%** da procura é satisfeita pela rede pública, com **1613** crianças, **19,6%** pela rede privada lucrativa (**507** crianças) e **18,1%** pela rede de Instituições Particulares de Solidariedade Social (**469** crianças).

Como referido anteriormente, a taxa **bruta de pré-escolarização** é de **86,4%**, o que significa que 86,4% da população residente, com idade compreendida entre os 3 e a idade de ingresso no ensino básico (3-6 anos), frequenta Estabelecimentos de EPE.

Ao comparar as taxas brutas de pré-escolarização concelhias, apontadas no quadro 43, constata-se uma evolução positiva no número de crianças integradas na educação pré-escolar.

Quadro 43 – Evolução da taxa bruta de pré-escolarização concelhia²⁵

Ano Letivo	População Residente com idade entre os 3 e os 5 anos	Frequência dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar	Taxa de pré-escolarização
2009/2010	3385*	2581	76,2%
2010/2011	3385*	2716	80,2%
2011/2012	2998**	2498	83,3%
2012/2013	2998**	2589	86,4%

* De acordo com Estimativas População Residente em 31/XII/2007, INE

** De acordo com Censos 2011 - Resultados Definitivos, INE

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino; INE

Relativamente à taxa bruta de pré-escolarização por freguesia, os valores variam entre os **116,0%** e os **71,4%**, nas freguesias de Campo e Alfena, respetivamente. Conforme observável no quadro 44, há uma concentração dos valores mais elevados nas freguesias de Campo e Ermesinde, enquanto os valores mais baixos dizem respeito a Alfena, Valongo e Sobrado. De realçar, ainda, que a taxa bruta de pré-escolarização de Campo reflete o facto de os equipamentos localizados nesta freguesia integrarem crianças residentes fora da freguesia.

²⁵ No cálculo da pré-escolarização foram sempre consideradas todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e a idade de ingresso no pré-escolar, a frequentar os estabelecimentos concelhios, incluindo-se, assim, as crianças com 6 anos que tinham de aguardar o início do ano letivo em virtude do mês de nascimento.

Quadro 44 – Taxa bruta de pré-escolarização, por freguesia (2012/2013)

Freguesia	População Residente com idade entre os 3-5 anos	Frequência dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar	Taxa de pré-escolarização
Alfena	500	357	71,4%
Campo	281	326	116,0%
Ermesinde	1054	999	94,8%
Sobrado	208	166	79,8%
Valongo	955	741	77,6%
TOTAL	2998	2589	86,4%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos Educativos; INE – Censos 2011

4.3.2. Ensino Básico

4.3.2.1. Taxa de Abandono Escolar

No que concerne ao abandono escolar o presente exercício de análise recorre a diferentes fontes de informação para um diagnóstico mais completo. Deste modo, e tendo por base os dados do Instituto Nacional de Estatística, pode-se constatar que o concelho de Valongo, conforme demonstra o quadro 45, tem uma **taxa de abandono escolar**²⁶ (**1,36%**) inferior às zonas geográficas do Grande Porto, do Norte e à média nacional: destacam-se as freguesias de Alfena e de Ermesinde como as que apresentam as maiores taxas de abandono escolar: **1,97%** e **1,69%**, respetivamente, ambas superiores à média concelhia e nacional.

Quadro 45 – Taxa de abandono escolar, por área geográfica e por freguesia

Zona Geográfica	2011
Portugal	1,58%
Norte	1,45%
Grande Porto	1,50%
Valongo	1,36%
Alfena	1,97%
Campo	1,07%
Ermesinde	1,69%
Sobrado	0,40%
Valongo	0,84%

Fonte: INE

²⁶ INE – MetaInformação: Taxa de Abandono Escolar = (população residente, com idade entre 10 e 15 anos, que abandonou a escola sem concluir o 9.º ano/população residente com idade entre os 10 e os 15 anos) *100.

Acrescenta-se, ainda, que, de acordo com os dados inscritos na Carta Educativa, o concelho de Valongo registava, em 2001, uma taxa de abandono escolar significativamente superior - na ordem dos 3% – verificando-se que, por cada 100 crianças com idade compreendida entre os 10 e os 15 anos de idade, 3 do mesmo grupo etário abandonaram a escola sem completar o 9.º ano de escolaridade.

Neste contexto foram, também, recolhidos dados junto dos estabelecimentos de educação e de ensino concelhios – rede pública e rede privada – e, embora esta análise não seja comparável com a efetuada anteriormente (uma vez que a fonte da informação e os dados analisados são diferentes), considera-se importante contemplar neste documento os indicadores obtidos.

Após solicitação da colaboração dos Agrupamentos de Escolas concelhios e estabelecimentos de ensino da rede privada na indicação do número de alunos/as em abandono escolar no ensino básico, relativamente ao ano letivo 2011/2012, constata-se não ter ocorrido qualquer situação de abandono escolar na população escolar do ensino básico regular integrada nos estabelecimentos de ensino de gestão privada. Assim, os dados que a seguir se apresentam referem-se apenas à população escolar integrada no ensino regular da rede pública, aos quais foram acrescentados os cursos de educação e formação de jovens ministrados nos Agrupamentos de Escola concelhios. Verifica-se, então, que, no ano letivo 2011/2012, registaram-se **7** situações de abandono escolar, o que corresponde a uma percentagem de **0.07%** do total de crianças e jovens (9414) matriculados/as nesse ano, na rede pública de ensino.

Quadro 46 – Alunos/as em abandono escolar, por nível de ensino, por tipologia de qualificação e por sexo (2011/2012)

Nível de Ensino		Sexo		Total
		M	F	
Ensino Regular	1.º Ciclo	0	0	0
	2.º Ciclo	2	2	4
	3.º Ciclo	2	0	2
CEF		0	1	1
TOTAL		4	3	7

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

4.3.2.2. Taxa de Retenção e Desistência

No que concerne à retenção, foram consideradas, também, várias fontes de informação, como referido anteriormente.

Com vista a efetuar uma comparação entre diferentes zonas geográficas, apresentam-se, desde logo, as **taxas de retenção e desistência no ensino básico regular**²⁷ com recurso aos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Como se pode observar no quadro seguinte, a taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, no ano letivo 2010/2011, no Concelho de Valongo, foi de **7,2%**, superior à média registada entre os concelhos do Grande Porto (**6,7%**), e ligeiramente inferior à de Portugal (**7,5%**).

Quadro 47 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por área geográfica (2010/2011)

Zona Geográfica	2010/2011
Portugal	7,5%
Norte	6,1%
Grande Porto	6,7%
Valongo	7,2%

Fonte: INE

Ainda no que respeita à análise do fenómeno do insucesso escolar, foram recolhidos dados sobre a problemática da retenção junto dos Agrupamentos de Escolas da rede pública existentes no concelho, relativos ao ano letivo 2011/2012, considerando desta vez, de forma mais pormenorizada, a retenção e desistência por insucesso, por abandono e por absentismo. Conforme se pode observar no quadro 48, **908** discentes do ensino básico regular (valor que inclui a população dos cursos de educação e formação para jovens) dos Agrupamentos de Escolas, não transitou para o ano letivo seguinte, sendo a retenção por insucesso escolar a causa com maior número de ocorrências (**98,5%**).

Quadro 48 – Retenção e desistência na rede pública, por nível de ensino, por tipologia de qualificação e por sexo (2011/2012)

Nível de Ensino		Retenção por insucesso	Retenção por abandono		Retenção por absentismo	Total
			Abandono	Emigração		
1.º ciclo	M	109	0	5	1	115
	F	66	0	0	1	67
	TOTAL	175	0	5	2	182
2.º ciclo	M	179	1	0	3	183
	F	71	0	0	2	73
	TOTAL	250	1	0	5	256
3.º ciclo	M	302	0	0	0	302
	F	168	0	0	0	168
	TOTAL	470	0	0	0	470
Total Ensino Básico		895	1	5	7	908

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

²⁷ INE – MetaInformação: Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular = (alunos/as do ensino básico regular que permanecem no mesmo ano de escolaridade/ alunos/as matriculados/as no ensino básico regular, nesse ano letivo) *100.

Quanto à variável sexo, assiste-se a um predomínio do sexo masculino em todos os níveis de ensino, representando **67%** da população escolar retida.

Efetuada o cálculo da **taxa de retenção e desistência**²⁸ com base nos dados anteriormente apresentados, confirma-se que a taxa mais elevada corresponde ao insucesso escolar, aumentando este à medida que se avança no nível de ensino.

Quadro 49 – Taxa de retenção e desistência na rede pública, por nível de ensino e por sexo (2011/2012)

Nível de Ensino		Retenção por insucesso	Retenção por abandono		Retenção por absentismo	Total
			Abandono	Emigração		
1.º ciclo	M	1,16%	0,00%	0,05%	0,01%	1,22%
	F	0,70%	0,00%	0,00%	0,01%	0,71%
	TOTAL	1,86%	0,00%	0,05%	0,02%	1,93%
2.º ciclo	M	1,90%	0,01%	0,00%	0,03%	1,94%
	F	0,75%	0,00%	0,00%	0,02%	0,78%
	TOTAL	2,66%	0,01%	0,00%	0,05%	2,72%
3.º ciclo	M	3,21%	0,00%	0,00%	0,00%	3,21%
	F	1,78%	0,00%	0,00%	0,00%	1,78%
	TOTAL	4,99%	0,00%	0,00%	0,00%	4,99%
Total Ensino Básico		9,51%	0,01%	0,05%	0,07%	9,64%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Considerando todos os ciclos do ensino básico, constata-se uma taxa de desistência e retenção de **9,6%**.

Ao nível da rede privada de ensino, e em conformidade com os dados disponíveis, procedeu-se apenas ao cálculo da taxa de retenção por insucesso escolar, obtendo-se, na globalidade, uma taxa na ordem dos **0,8%**. Recorda-se que, no âmbito do relatório de monitorização e avaliação da Carta Educativa, a taxa de retenção no ensino básico, na rede pública e rede privada, no ano letivo 2009/2010, registava-se nos **6,6%**.

Quadro 50 – Taxa de retenção na rede privada, por nível de ensino e por sexo (2011/2012)

Nível de Ensino		Retenção por insucesso	
		N	%
1.º ciclo	M	2	0,2
	F	0	0,0
	TOTAL	2	0,2
2.º ciclo	M	4	0,4
	F	1	0,1
	TOTAL	5	0,5
3.º ciclo	M	1	0,1
	F	0	0,0
	TOTAL	1	0,2

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

²⁸ Relação percentual entre o número de discentes que não transitaram para o ano de escolaridade seguinte e o número de discentes matriculados/as nesse ano letivo no ensino básico.

4.3.2.3. Provas Nacionais no Ensino Básico

Provas de aferição – 4.º ano de escolaridade

De acordo com as estatísticas oficiais disponibilizadas pelo GAVE – Gabinete de Avaliação Educacional, do Ministério de Educação e Ciência, no ano letivo 2011/2012, a nível nacional, a **percentagem de resultados positivos²⁹ nas provas de aferição do 4.º ano em Língua Portuguesa e Matemática** foi, respetivamente, de **79,7%** e **56%**, resultado da aplicação das referidas provas a alunos/as das escolas públicas e dos estabelecimentos de educação e de ensino particular.

No concelho de Valongo, conforme análise do quadro 51, dos **1174** discentes avaliados no 4.º ano de escolaridade a **Língua Portuguesa** (1006 integrados/as na rede pública e 168 na rede privada), **84,2%** obtiveram classificação positiva, valor superior ao registado a nível nacional. No que concerne à prova de **Matemática**, foram avaliados/as **1131** alunos/as (963 da rede pública e 168 da rede privada), sendo que **59,4%** das classificações foram positivas. Comparando com os valores nacionais também nesta disciplina, a percentagem das positivas foi superior.

Quadro 51 – Percentagem de resultados positivos nas provas de aferição do 4.º ano de escolaridade (2011/2012) – Concelho de Valongo e Portugal

1.º Ciclo de Ensino Básico		Concelho de Valongo			Portugal
		Rede Pública	Rede Privada	Total	
Língua Portuguesa	M	79,9%	93,9%	82,2%	---
	F	84,8%	97,1%	86,3%	---
	TOTAL	82,4%	95,2%	84,2%	79,7%
Matemática	M	54,5%	91,9%	60,9%	---
	F	52,0%	98,6%	57,8%	---
	TOTAL	53,3%	94,6%	59,4%	56%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino³⁰

Em ambas as provas, os valores relativos às percentagens de resultados positivos são mais elevados quando se analisam apenas os estabelecimentos da rede privada, sendo que essa diferença em relação ao sector público se acentua na disciplina de Matemática.

Uma análise em função do sexo permite observar que, à exceção da prova de Matemática na rede pública, os resultados obtidos pelas crianças do sexo feminino são ligeiramente superiores aos obtidos pelas do sexo masculino.

²⁹ Relação percentual entre o número de alunos/as avaliados/as, a Língua Portuguesa e a Matemática, e o número de classificações positivas obtidas a cada uma das referidas disciplinas.

³⁰ Informação não disponibilizada por dois estabelecimentos de educação e de ensino de gestão privada.

Exames nacionais – 6.º ano de escolaridade

A nível nacional, e com base nos dados disponibilizados pelo GAVE, a percentagem de alunos/as com classificações positivas, no ano letivo 2011/2012, nos exames nacionais do 6.º ano (1.ª chamada), efetuados às disciplinas de **Língua Portuguesa** e de **Matemática** foi de **75,8%** e de **56,2%**, respetivamente.

Relativamente a Valongo, e tendo por referência os dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e de ensino concelhios, foram avaliados através de exame à disciplina de Língua Portuguesa **1100** discentes (**991** da rede pública e **109** da rede privada), sendo que **80,6%** das classificações foram positivas. À disciplina de Matemática submeteram-se a exame **1108** alunos/as (**999** da rede pública e **109** da rede privada), registando-se uma percentagem de classificações positivas na ordem dos **60,6%**. Comparando com os resultados nacionais, verifica-se que, no concelho de Valongo, a percentagem das classificações positivas obtidas em ambas as disciplinas é superior à média nacional, conforme se pode observar no quadro 52.

Quadro 52 – Percentagem de resultados positivos concelhios nos exames nacionais de 6.º ano de escolaridade (2011/2012)³¹ - Concelho de Valongo e Portugal

2.º Ciclo de Ensino Básico		Concelho de Valongo			Portugal
		Rede Pública	Rede Privada	Total	
Língua Portuguesa	M	76,1%	93,1%	77,8%	---
	F	82,0%	100,0%	83,8%	---
	TOTAL	78,9%	96,3%	80,6%	75,8%
Matemática	M	57,8%	84,5%	60,5%	---
	F	56,8%	98,0%	60,8%	---
	TOTAL	57,4%	90,8%	60,6%	56,2%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Também neste nível de ensino os resultados dos discentes de estabelecimentos da rede privada são superiores aos da rede pública, mantendo-se ainda a tendência geral de diferença de resultados de acordo com o sexo, com vantagem para o sexo feminino.

³¹ Relação percentual entre o número de alunos/as avaliados/as, a Língua Portuguesa e a Matemática, e o número de classificações positivas obtidas a cada uma das referidas disciplinas.

Exames Nacionais – 9.º ano de escolaridade

Em consonância com a análise anterior, apresenta-se os dados inscritos no GAVE relativos aos exames nacionais do 9.º ano (1.ª chamada) – dados de 2011/2012.

Relativamente ao exame nacional de **Língua Portuguesa**, **66,5%** dos/as alunos/as avaliados/as obtiveram classificações positivas, por seu turno e seguindo a mesma tendência, na disciplina de **Matemática**, desde o 1.º CEB, registou-se um valor inferior de classificações positivas – **57,3%**.

No que respeita aos dados concelhios, apresentados no quadro seguinte, foram avaliados na disciplina de Língua Portuguesa **905** alunos/as (**854** da rede pública e **51** da rede privada), obtendo-se **76,4%** de classificações positivas. A Matemática, dos/as **907** alunos/as (**856** da rede pública e **51** da rede privada) que realizaram exame, **65,6%** obteve classificações positivas.

Analisando os resultados dos discentes da rede pública de educação e ensino, pode-se constatar a melhoria a Matemática, por comparação aos 4.º e 6.º anos apresentados anteriormente. Também nestes exames se verifica, à exceção de Matemática da rede pública, a tendência de resultados superiores por parte das jovens do sexo feminino.

Quadro 53 – Percentagem de resultados positivos concelhios nos exames nacionais de 9.º ano de escolaridade (2011/2012)

3.º Ciclo de Ensino Básico		Concelho de Valongo			Portugal
		Rede Pública	Rede Privada	Total	
Língua Portuguesa	M	69,6%	88,9%	71,1%	---
	F	81,2%	93,3%	81,6%	---
	TOTAL	75,5%	90,2%	76,4%	66,5%
Matemática	M	66,0%	86,1%	67,5%	---
	F	62,6%	93,3%	63,6%	---
	TOTAL	64,3%	88,2%	65,6%	57,3%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Segue-se a análise das classificações médias obtidas através dos exames nacionais do 9.º ano realizados no ano letivo 2011/2012, às disciplinas de **Língua Portuguesa** e **Matemática**, tendo como referência dados disponibilizados pela Universidade Católica do Porto.

O quadro 54 permite constatar que os valores médios das disciplinas em causa no concelho de Valongo são superiores aos valores médios nacionais.

Quadro 54 – Média de Exames Nacionais do 9.º ano³² (2011/2012)

Zona Geográfica	Língua Portuguesa	Matemática
Portugal	2,84	2,90
Valongo	2,85	2,92

Fonte: Universidade Católica do Porto

Neste âmbito, introduz-se um indicador novo – Valor Esperado de Contexto (VEC) – construído e calculado pela Universidade Católica do Porto, que agrega às médias nacionais de referência dados de contexto. A utilização de valores médios permite a comparação entre zonas geográficas e entre escolas, contudo o VEC, comportando no seu cálculo um conjunto de variáveis que permitem aferir acerca dos contextos que enquadram as escolas, permitirá uma análise mais equitativa relativamente aos valores médios de exames.

O quadro 55 elenca os estabelecimentos de educação e de ensino, da rede pública e da rede privada, com respetivas médias de exames nacionais e VEC das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática.

Quadro 55 – Média de Exames Nacionais do 9.º ano e Valor Esperado de Contexto (VEC)³³ – (2011/2012)

Estabelecimento de Educação e de Ensino	Língua Portuguesa		Matemática	
	Nota Média	VEC	Nota Média	VEC
Colégio Ermesinde	2,98	*	3,75	*
Escola Básica <i>Vallis Longus</i>	3,31	2,77	3,24	2,78
Escola Básica e Secundária de Ermesinde	2,84	2,92	2,94	3,04
Escola Básica e Secundária de Campo Padre Américo	2,62	2,68	3,10	2,65
Escola Básica de São João de Sobrado	2,65	2,68	3,07	2,65
Escola Básica São Lourenço	2,89	2,76	2,67	2,73
Escola Básica de Alfena	3,05	2,76	2,49	2,73
Escola Básica D. António Ferreira Gomes	2,81	2,76	2,61	2,73
Escola Básica e Secundária de Alfena	2,71	2,76	2,64	2,73
Escola Básica e Secundária de Valongo	2,55	2,76	2,55	2,73

*VEC não disponível.

Fonte: Universidade Católica do Porto

Salienta-se que as três notas médias mais elevadas obtidas nos exames nacionais do 9º ano na disciplina de **Língua Portuguesa** foram registadas nas Escolas Básicas de Vallis Longus (**3,31**), de Alfena (**3,05**) e no Colégio de Ermesinde (**2,98**). Importa ainda referir que nas Escolas Básicas de Vallis Longus, de São Lourenço, de Alfena e de D. António Ferreira Gomes a nota média de exame à referida disciplina foi superior ao respetivo VEC.

Por sua vez, destaca-se que as notas médias de exames nacionais mais elevadas na disciplina de **Matemática** ocorreram no Colégio de Ermesinde (**3,75**), na Escola Básica *Vallis Longus*

³² Escala de 1 a 5 valores.

³³ Escala de 1 a 5 valores.

(3,24) e na Escola Básica Padre Américo³⁴ (3,10), não deixando também de destacar a Escola Básica de São João de Sobrado com um valor médio superior a 3 valores. Salienta-se ainda que nesta disciplina, três Escolas Básicas – *Vallis Longus*, Padre Américo e São João de Sobrado – têm como nota média de exame um valor superior ao respetivo VEC.

Realiza-se agora uma análise comparativa entre a avaliação externa, efetuada através dos exames nacionais, e a avaliação interna, efetuada pelos Agrupamentos de Escolas e pelos estabelecimentos de educação de ensino da rede particular, neste caso, pelo Colégio de Ermesinde patente no quadro 56.

Quadro 56 – Média Avaliação Interna vs. Média Exames Nacionais – 9.º ano³⁵ (2011/2012)

Estabelecimentos de Educação e Ensino		Língua Portuguesa		Matemática	
		Avaliação Interna	Exames Nacionais	Avaliação Interna	Exames Nacionais
Rede Pública	AE Alfena	3,0	2,8	2,9	2,6
	AE Campo	3,2	2,6	3,1	3,1
	AE S. Lourenço	3,1	2,9	3,0	2,7
	AE Ermesinde	-	3,3	-	3,3
	AE <i>Vallis Longus</i>	3,1	3,4	3,2	3,4
	AE Valongo	3,0	2,6	2,9	2,8
Rede Privada	Colégio de Ermesinde	3,5	3,2	3,6	3,7

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Adverte-se desde já para eventuais discrepâncias nos valores relativos à média de exames nacionais, uma vez que a mesma foi recalculada, com base nos dados recolhidos nos Inquéritos aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino, o que nos permite, por outro lado, estabelecer uma comparação utilizando a mesma fonte de informação. Outra observação a ter em conta, neste âmbito, é a de que através dos inquéritos é possível aceder a dados por nível de ensino e não por estabelecimento de educação e de ensino pelo que serão apresentados por Agrupamentos de Escolas, com a exceção óbvia do Colégio de Ermesinde.

Deste modo, conforme se pode constatar no quadro 56, **os valores médios obtidos nas classificações internas – ano letivo 2011/2012 – são, regra geral, superiores às médias de exame, tanto na disciplina de Língua Portuguesa como na disciplina de Matemática.** Contudo, em *Vallis Longus* verifica-se na avaliação interna, em ambas as disciplinas, um valor ligeiramente inferior à média de exame nacional, ocorrendo situação idêntica no Colégio de Ermesinde na disciplina de Matemática. No Agrupamento de Escolas de Campo verifica-se relativamente a Matemática que os valores obtidos são iguais.

³⁴ Atualmente designada de Escola Básica e Secundária de Campo, contudo foi mantida a designação utilizada pela Universidade Católica do Porto.

³⁵ Escala de 1 a 5 valores.

4.3.3. Ensino Secundário

4.3.3.1. Taxa de Abandono Escolar

O percurso escolar mínimo obrigatório é de 12 anos, ou seja, consideram-se em idade escolar todas as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos. A escolaridade obrigatória cessa com a **obtenção do 12.º ano** ou no momento do ano escolar em que o aluno ou a aluna perfaz **18 anos**.

Alargando-se a escolaridade obrigatória ao ensino secundário importa considerar o conceito de **abandono precoce de educação e formação**³⁶, que reflete a saída do sistema de ensino e de formação antes de concluído o ensino secundário ou formação equivalente.

Considerando que o “Programa Nacional de Reformas Portugal 2020” estabelece metas para a redução da saída precoce do sistema de ensino e formação, importa conhecer o estado atual do abandono precoce no concelho de Valongo. Com vista a efetuar uma análise comparativa, recorreu-se aos dados do Instituto Nacional de Estatística, que disponibiliza informação referente a **Portugal** e à **Região Norte**, com taxas de abandono escolar precoce, à data de 2012, de **20,8%** e **21,3%**, respetivamente.

Tendo em consideração os dados recolhidos junto dos Agrupamentos de Escolas e dos estabelecimentos de educação e de ensino da rede privada, destaca-se que não há qualquer registo de abandono escolar na rede privada. Na rede pública saíram do sistema de ensino e de formação, antes do concluído o ensino secundário ou alguma formação equivalente, no ano letivo 2011/2012, **115** jovens, o que corresponde a **5,15%** do total de discentes (2230) matriculados/as nesse ano letivo.

Cruzando estes dados com a variável sexo, verifica-se que, no abandono escolar precoce, a predominância é do sexo feminino.

Quadro 57 – Alunos/as em abandono escolar precoce dos estabelecimentos de ensino secundário, por tipo de ensino e por sexo (2011/2012)³⁷

Rede Pública		Sexo		Total
		M	F	
Ensino Secundário	Ensino Regular	21	41	62
	Ensino Profissional	33	20	53
TOTAL		54	61	115

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

³⁶ INE – MetaInformação: Taxa de abandono precoce de educação e formação = (população residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3.º ciclo do ensino básico, que não recebeu qualquer tipo de educação – formal ou não formal - no período de referência/população residente com idade entre 18 e 24 anos) *100.

³⁷ Foram considerados/as os/as discentes que saíram do sistema de ensino e de formação antes de concluído o ensino secundário ou formação equivalente.

4.3.3.2. Taxa de Retenção e Desistência

Como já salientado, também no que concerne ao ensino secundário, recorreu-se a diferentes fontes de informação. Não havendo dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, relativamente a este ciclo de ensino, utilizam-se os disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

De acordo com o quadro 58, as taxas de retenção e desistência no Ensino Secundário (público e privado) aumentaram de 2010 para 2011 tanto a nível nacional como a nível regional. O concelho de Valongo é a exceção a essa regra. De facto, esta taxa desceu de **22,3%** para **21,2%**, continuando, apesar disso, a manter a taxa mais elevada em comparação a média do Grande Porto, com Norte e Portugal.

Quadro 58 – Taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário, por área geográfica

Zona Geográfica	2009/2010	2010/2011
Portugal	18,9%	20,5%
Norte	17%	17,9%
Grande Porto	18%	19%
Valongo	22,3%	21,2%

Fonte: DGEEC – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Em referência aos dados disponibilizados pelos estabelecimentos de educação e ensino concelhios, e conforme se pode observar no quadro 59, **455** jovens matriculados/as no ensino secundário regular (valor que inclui os/as formandos/as dos cursos profissionais para jovens ministrados nos Agrupamentos de Escolas) não transitou para o ano letivo seguinte, mantendo-se a retenção por insucesso escolar a causa com maior número de ocorrências (**72,3%**).

Note-se que no ano letivo 2011/2012 não havia ensino secundário na rede privada de ensino.

Quanto à variável sexo, assiste-se a um predomínio do sexo masculino também neste nível de ensino representando **54,5%** da população escolar retida.

Quadro 59 – Retenção e desistência no ensino secundário na rede pública (2011/2012)

Nível de Ensino		Retenção por insucesso	Retenção por abandono		Retenção por absentismo	Total
			Abandono	Emigração		
Secundário	M	184	22	29	13	248
	F	145	25	26	11	207
TOTAL		329	47	55	24	455

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Quanto à **taxa de retenção e desistência**³⁸ com base nos dados anteriormente apresentados, e à semelhança do ensino básico, o valor mais elevado corresponde ao insucesso escolar, com uma taxa de **14,75%**, sendo, contudo, o valor global de **20,4%**.

³⁸ Relação percentual entre o número de discentes que não transitaram para o ano de escolaridade seguinte e o número de discentes matriculados/as nesse ano letivo no ensino secundário.

Quadro 60 – Taxa de retenção e desistência no ensino secundário na rede pública (2011/2012)

Nível de Ensino		Retenção por insucesso	Retenção por abandono		Retenção por absentismo	Total
			Abandono	Emigração		
Secundário	M	8,25%	0,99%	0,31%	0,14%	11,12%
	F	6,50%	1,12%	0,28%	0,12%	9,28%
TOTAL		14,75%	2,11%	0,58%	0,25%	20,40%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

4.3.3.3. Taxa de Conclusão de Ciclo

No que concerne à taxa de conclusão de ciclo, estando diretamente relacionada com a anterior, verifica-se exatamente a situação inversa, ou seja, uma descida das taxas de conclusão de ciclo, à exceção do concelho de Valongo, que sobe ligeiramente, mantendo-se contudo inferior às restantes.

Quadro 61 – Taxa de conclusão de ciclo

Zona Geográfica	2009/2010	2010/2011
Portugal	81,1%	79,5%
Norte	83%	82,1%
Grande Porto	82%	81%
Valongo	77,7%	78,8%

Fonte: DGEEC – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Com base nos dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e de ensino concelhios, e em referência ao ano letivo 2011/2012, sendo a taxa de retenção e desistência de 20,40%, a taxa de conclusão de ciclo será de **79,6%**.

4.3.3.4. Provas Nacionais no Ensino Secundário

Iniciando, igualmente, com informação disponibilizada pelo GAVE, apresentam-se dados relativos aos exames nacionais do 12.º ano (1.ª chamada) – 2011/2012. Quanto ao exame nacional de **Português** é de referir que **63,2%** dos/as alunos/as avaliados/as tiveram classificações positivas. Por seu turno, na disciplina de **Matemática A** registou-se um valor inferior de classificações positivas, na ordem dos **59,4%**.

No que ao Concelho diz respeito, os dados fornecidos pelos estabelecimentos de educação e ensino sistematizados no quadro 62, permitem concluir que, relativamente à disciplina de **Português**, dos/as 437 discentes avaliados/as, **60,6%** obtiveram classificações positivas. A percentagem de classificações positivas à disciplina de **Matemática A** foi de **47,9%**, tendo realizado exame a esta disciplina 332 alunos/as.

De destacar a diferença significativa entre os resultados obtidos, em ambas as disciplinas, pelas alunas (com 70,9% e 55,0% de resultados positivos a Português e Matemática A, respetivamente) face aos resultados dos alunos (49,5% e 41,3% de resultados positivos a Português e Matemática A, respetivamente).

Quadro 62 – Percentagem de resultados positivos concelhios nos exames nacionais de 12.º ano de escolaridade na rede pública (2011/2012) – Concelho de Valongo e Portugal

Ensino Secundário		Concelho de Valongo	Portugal
Português	M	49,5%	---
	F	70,9%	---
	TOTAL	60,6%	63,2%
Matemática A	M	41,3%	---
	F	55,0%	---
	TOTAL	47,9%	59,4%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

Procede-se em seguida a uma análise, com base em dados sistematizados pela Universidade Católica do Porto, relativamente às médias obtidas nos exames nacionais de **Português** e de **Matemática A** e das seguintes **8 disciplinas** em conjunto: Matemática A/Matemática; Português/Português B; Biologia e Geologia; Física e Química A; Geografia A/Geografia; História A/História B/História; Economia A e, por último, Geometria.

A leitura do quadro 63 permite concluir que os valores médios das disciplinas em causa no concelho de Valongo são inferiores aos valores médios nacionais.

Quadro 63 – Média de Exames Nacionais do Ensino Secundário³⁹ (2011/2012)

Zona Geográfica	Português	Matemática A	8 Disciplinas
Portugal	10,43	10,47	10,09
Valongo	9,05	7,97	9,09

Fonte: Universidade Católica do Porto

Uma análise mais pormenorizada permite aferir, contudo, conforme demonstra o quadro 64, que na disciplina de Matemática A se ultrapassou a média nacional – ano letivo 2011/2012 – na Escola Secundária de Ermesinde. Salientando-se ainda relativamente à referida escola que, tanto a Português como ao grupo de 8 disciplinas, a nota média obtida foi superior à média concelhia, o mesmo se verificando na Escola Secundária de Valongo relativamente à disciplina de Matemática A.

Face ao VEC calculado para concelho de Valongo, as médias de exames nacionais do ensino secundário – ano letivo 2011/2012 – situam-se abaixo do esperado para os diferentes contextos (Escola Secundária de Ermesinde, de Valongo e de Alfena) no que aos exames de Português, Matemática A e 8 Disciplinas diz respeito.

Quadro 64 – Média de Exames Nacionais do Ensino Secundário e Valor Esperado de Contexto (VEC)⁴⁰, por Escola Secundária (2011/2012)

Escola Secundária	Português		Matemática A		8 Disciplinas	
	Nota Média	VEC	Nota Média	VEC	Nota Média	VEC
ES Ermesinde	10,31	10,46	10,58	10,74	9,83	10,37
ES Valongo	8,62	10,23	8,98	9,83	9,08	9,65
ES Alfena	8,25	10,23	4,35	9,83	8,38	9,75

Fonte: Universidade Católica do Porto

Por último, apresentam-se as médias das classificações internas nas disciplinas de Português e de Matemática A. Uma análise comparativa com os dados anteriores terá de ser efetuada com algumas reservas uma vez que se recorre a fontes de informação diferentes. Poder-se-ia eventualmente cruzar a informação anterior com os dados disponibilizados pelos Agrupamentos de Escola ao nível dos exames nacionais e efetuar uma comparação com as classificações internas obtidas, contudo, a informação disponível está desagregada por sexo, não sendo possível calcular o total porque não estão disponíveis valores absolutos.

No entanto, e ressaltando-se mais uma vez o cruzamento de dados entre fontes de informação diferentes, o quadro 65 mostra que **a média de classificações internas é superior não só à média obtida aos exames nacionais como ao VEC calculado para os respetivos estabelecimentos e disciplinas** – Português e Matemática A.

³⁹ Escala de 1 a 20 valores.

⁴⁰ Escala de 1 a 20 valores.

Quadro 65 – Média de Avaliação Interna do Ensino Secundário⁴¹, por Escola Secundária (2011/2012)

Escola Secundária	Português	Matemática A
ES Ermesinde	13,4	13,2
ES Valongo	14,5	13,3
ES Alfena	13,7	12,2

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

4.4. Atividades de animação e apoio à família na Educação Pré-Escolar

No Município de Valongo a organização e gestão das atividades de animação e apoio à família (AAAF) na EPE assenta, desde o ano letivo 2012/2023, numa parceria entre a Câmara Municipal de Valongo, os seis Agrupamentos de Escolas do concelho e outras Entidades sem fins lucrativos (desde Instituições Particulares de Solidariedade Social a Juntas de Freguesia). Tal encontra-se devidamente enquadrado no âmbito do Protocolo celebrado entre a Direção Regional de Educação do Norte, o Centro Regional de Segurança Social do Norte e a Câmara Municipal de Valongo, no qual é enunciada a colaboração “(...) *com outras instituições e organismos, tendo em vista o desenvolvimento de atividades de interesse comum e o melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais disponíveis.*”

A implementação da AAAF passou a ser assim de gestão indireta da autarquia constituindo, no entanto, uma resposta às necessidades das famílias, numa lógica de conciliação da vida familiar e profissional.

Sistematizam-se no quadro 66 as Entidades parceiras, por Agrupamentos de Escolas, bem como o número de polos em funcionamento e o número de crianças a frequentar, em 2012/2013. De referir que desde o ano letivo 2005/2006, em que se iniciou o projeto-piloto no Agrupamento de Escolas de Campo, mais especificamente com 1 polo no JI da Retorta, o número de polos e de crianças enquadradas tem vindo a aumentar gradualmente, contabilizando-se, no ano letivo 2012/2013, 23 polos, com 559 crianças a frequentar.

Com o propósito de se regulamentar todos os serviços prestados no âmbito das Atividades de Apoio e Animação à Família, bem como determinar as competências de todas as Entidades e pessoas envolvidas (Município, Instituições, Agrupamentos de Escolas, pessoal não docente e pais, mães e encarregados/as de educação) foi concebido um Regulamento de funcionamento desta na rede Pública da EPE do Município de Valongo, que mereceu parecer favorável do Conselho Municipal de Educação na reunião de 29 de março de 2012, tendo sido aprovado pela Câmara Municipal em 15 de junho de 2012.

⁴¹ Escala de 1 a 20 valores.

Quadro 66 – Acordos de colaboração entre a Câmara Municipal de Valongo e Entidades parceiras para a dinamização da AAAF (2012/2013)

Unidade organizacional	Entidade parceira	Polos	Nº crianças	Total
Agrupamento de Escolas de Alfena	Associação Viver Alfena	Barreiro	24	60
		Cabeda	20	
		Codiceira	16	
Agrupamento de Escolas de Campo	Junta da Freguesia de Campo	Azenha	20	115
		Balselhas	22	
		Moirais	27	
		Outeiro	21	
		Retorta	25	
Agrupamento de Escolas de Ermesinde	Junta da Freguesia de Ermesinde	Bela	24	55
Gandra		15		
Sampaio		16		
Agrupamento de Escolas de S. Lourenço		Carvalhal	23	68
		Costa	24	
		Mirante Sonhos	21	
Agrupamento de Escolas de Valongo	Centro Social e Paroquial Santo André de Sobrado	Fijós	25	49
		Campelo	24	
Agrupamento de Escolas Vallis Longus	Junta da Freguesia de Valongo	Boavista	25	212
		Ilha	20	
		Nova Valongo	22	
		Susão	49	
	ADICE	Calvário	23	
		Estação	23	
		Valado	50	
TOTAL				559

Fonte: Município de Valongo

No que à Componente de Apoio à Família do 1.º CEB diz respeito, e face à necessidade de dar resposta às necessidades de conciliação das famílias, o município e os agrupamentos de escola do concelho criaram, no ano letivo 2013-2014, normas comuns; estão pois criadas as condições para que as direções dos agrupamentos efetuem o diagnóstico de necessidades e possam abrir as respostas consideradas pertinentes.

Note-se que este procedimento permitiu a existência de experiências no âmbito da CAF em todos os agrupamentos no presente ano letivo.

4.5. Ação Social Escolar

Os apoios sociais a alunos e alunas traduzem a atribuição de subsídios destinados a comparticipar as despesas escolares, destacando-se os subsídios para apoio alimentar e transporte escolar (modalidades de aplicação geral, disponíveis para toda a população, mediante candidatura) e subsídio para livros e material escolar (modalidade de aplicação restrita, disponíveis apenas aos/às alunos/as com baixos recursos socioeconómicos).

No âmbito do exercício das suas atribuições e competências o Município de Valongo assume responsabilidades ao nível da EPE e do 1.º CEB, ao nível da rede pública, no que concerne a apoio alimentar e livros e material escolar.

No caso do Município de Valongo, e no que à aquisição de livros e material escolar diz respeito, os auxílios económicos visam assegurar às famílias dos alunos e alunas com maior vulnerabilidade económica a comparticipação financeira necessária, cumprindo-se os valores mínimos de comparticipação constantes no despacho anual do Ministério da Educação e Ciência.

Relativamente ao transporte escolar, os/as destinatários/as implicam também os restantes níveis de ensino: 2.º, 3.º CEB, ensino secundário e outras situações como os/as alunos/as com NEE e alunos/as compulsivos/as.

Conforme apresentado no quadro 67 a evolução do número de crianças e alunos/as que beneficiam de apoio da ASE para refeições não tem sido constante ao longo dos anos letivos em análise. Ressalva-se que entre o ano letivo de 2007/2008 e 2009/2010, o total de beneficiários/as aumentou significativamente, atingindo-se neste último ano letivo o valor máximo dos anos em análise. Em 2010/2011 verifica-se a existência de uma inflexão nesta tendência; no entanto, a partir do ano letivo de 2011/2012 assiste-se novamente a um aumento da percentagem de beneficiários/as. No ano letivo de 2012/2013 **47,6%** da população escolar beneficia da ASE, o que significa que quase metade da população escolar apresenta vulnerabilidade económica.

Quadro 67 – Evolução do número de crianças (educação pré-escolar) e de alunos/as (1.º ciclo de ensino básico) que usufruíram da ASE para apoio alimentar (rede pública)

Ano letivo	Nº de crianças e de alunos/as	N.º de crianças e de alunos/as que usufruíram apoio alimentar		Total de crianças e de alunos/as beneficiários/as ASE	% de crianças e alunos/as beneficiários/as ASE
		Escalão A	Escalão B		
2007/2008	5322	1168	231	1399	26,2%
2008/2009	5338	1097	924	2021	37,8%
2009/2010	5319	1691	984	2675	50,2%
2010/2011	5333	1372	1048	2420	45,3%
2011/2012	5250	1440	1056	2498	47,2%
2012/2013	5133	1569	876	2445	47,6%

Fonte: Município de Valongo

Como se pode observar no quadro 68, pese embora a diminuição da população escolar no 1.º CEB ao longo dos anos letivos em apreciação, no que à atribuição de subsídio para livros e material escolar diz respeito, a percentagem de beneficiários/as aumentou entre os anos letivos de 2007/2008 e 2010/2011, atingindo neste último cerca de **51,5%** do universo total de alunos/as.

No ano letivo 2012/2013 a população apoiada pelas medidas da ASE (livros e material escolar) situa-se nos **49,4%**, o que significa que dos/as 3520 alunos/as, 1738 alunos/as são provenientes de famílias economicamente frágeis.

Quadro 68 – Evolução do número alunos/as do 1.º CEB, beneficiários/as da atribuição de subsídio para livros e material escolar (rede pública)

Ano letivo	N.º de alunos/as			Total de alunos/as beneficiários/as ASE	% de alunos/as beneficiários/as ASE
	Nº total de alunos/as	Escalão A	Escalão B		
2007/2008	4093	1131	218	1349	32,9%
2008/2009	4081	1097	857	1954	47,9%
2009/2010	3953	1228	752	1980	50,0%
2010/2011	3796	1108	847	1955	51,5%
2011/2012	3685	915	870	1785	46,1%
2012/2013	3520	1023	715	1738	49,4%

Fonte: Município de Valongo

Ao comparar a percentagem de crianças da EPE e alunos/as do 1.º CEB beneficiários/as da ASE no âmbito do apoio alimentar, por unidade organizacional, os valores variam entre **60,2%** e **38,5%** nos Agrupamentos de Escolas de Valongo e de Vallis Longus, respetivamente. Conforme observável no quadro 69, no que se refere ao auxílio económico destinado a livros e material escolar, o Agrupamento de Escolas de Valongo, que inclui os estabelecimentos de educação e ensino localizados na freguesia de Sobrado, é o que apresenta a percentagem mais elevada (**61,4%**) enquanto o Agrupamento Vallis Longus apresenta o valor mais baixo (**40,5%**).

Conclui-se deste modo, que é bastante expressiva a percentagem da população escolar a beneficiar de apoios sociais, quer ao nível do apoio alimentar, quer dos livros e material escolar.

Quadro 69 – Número de crianças da educação pré-escolar e de alunos/as do 1.º CEB beneficiários/as da ASE no ano letivo 2012/2013 (rede pública)

Unidade Organizacional	Nº total crianças EPE e alunos/as 1.º CEB	Apoio alimentar		Total de crianças EPE e alunos/as 1.º CEB beneficiários/as ASE	% de crianças e alunos/as beneficiários/as ASE	Nº total alunos/as 1.º CEB	Auxílios económicos		Total de alunos/as 1.º CEB beneficiários/as ASE	% de alunos/as 1.º CEB beneficiários/as ASE
		Escalão A	Escalão B				Escalão A	Escalão B		
Agrupamento de Escolas de Alfena	755	250	103	353	46,7%	531	160	90	250	47,1%
Agrupamento de Escolas de Campo	695	228	137	365	52,5%	429	139	99	238	55,5%
Agrupamento de Escolas de S. Lourenço	1068	270	209	479	44,8%	765	218	166	384	50,2%
Agrupamento de Escolas de Ermesinde	618	221	112	333	53,8%	465	161	88	249	53,5%
Agrupamento de Escolas de Valongo	460	153	124	277	60,2%	314	113	80	193	61,4%
Agrupamento de Escolas Vallis Longus	1537	372	220	592	38,5%	1016	232	192	424	41,7%
TOTAL	5133	1494	905	2399	46,5%	3520	1023	715	1738	49,4%

Fonte: Município de Valongo

No que aos transportes diz respeito, desde o ano letivo 2012/2013 que a Câmara Municipal de Valongo assegura os transportes escolares a todos os alunos e alunas que residam a distância igual ou superior a 4 km do estabelecimento de educação e ensino, cumprindo rigorosamente a legislação em vigor. A partir daquele ano letivo, os/as alunos/as beneficiários/as passaram a usufruir do apoio em espécie (cartão andante devidamente carregado) ou ordem pecuniária (reembolso da despesa efetuada por período letivo).

Através da observação do quadro 70 pode-se concluir que a evolução do número de alunos/as que beneficiam de apoio de transporte escolar enquanto modalidade de apoio da ASE apresenta uma tendência de decréscimo ao longo dos anos letivos em questão, excetuando o ano letivo 2012/2013.

Quadro 70 – Evolução do número de alunos/as abrangidos/as pelo transporte escolar (rede pública)

Ano letivo	N.º alunos/as						Total
	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	NEE's	Compulsivos/as	
2007/2008	28	137	237	109	21	90	622
2008/2009	35	112	295	106	27	28	603
2009/2010	46	111	193	60	30	13	453
2010/2011	11	42	96	25	13	4	191
2011/2012	11	34	50	14	—	16	125
2012/2013	—	12	26	87	—	31	156

Fonte: Município de Valongo

O decréscimo muito acentuado verificado após o ano letivo 2009/2010 decorre essencialmente da publicação da Portaria 138/2009, relativa à criação do “Passe 4_18@escola.tp”, que prevê um desconto imediato de 50% do valor no ato da compra dos títulos de transporte enquanto no

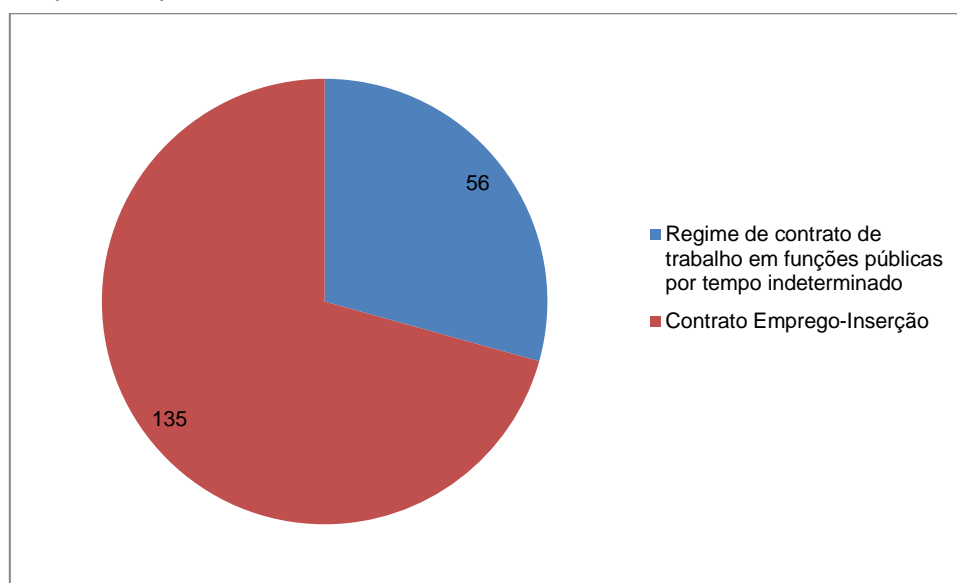
subsídio de transporte por parte da Câmara Municipal de Valongo o agregado familiar é ressarcido das despesas que efetua em cada período letivo.

De salientar ainda que o transporte de alunos e alunas com NEE, da responsabilidade da DGEstE, passou a ser assegurado definitivamente pelos agrupamentos de escolas em 2011/2012, através de protocolos estabelecidos com diferentes empresas de transportes especializados.

4.6. Recursos Humanos

No que concerne à afetação de recursos humanos à Educação, verifica-se que existem 56 trabalhadores e trabalhadoras afetas à mesma, com regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado; destes/as, 12 exercem as suas funções em gabinete (7 técnicas superiores e 5 assistentes técnicos/as) e 44 exercem funções em Estabelecimentos de Ensino e Educação da Rede Pública, desempenhando funções de apoio educativo. Note-se que este número de recursos humanos é claramente insuficiente face às necessidades existentes em todas as categorias profissionais. Analise-se os gráficos 7 e 8.

Gráfico 7 – Distribuição dos Recursos Humanos a exercer funções na área da Educação por tipo de contrato (2012/2013)

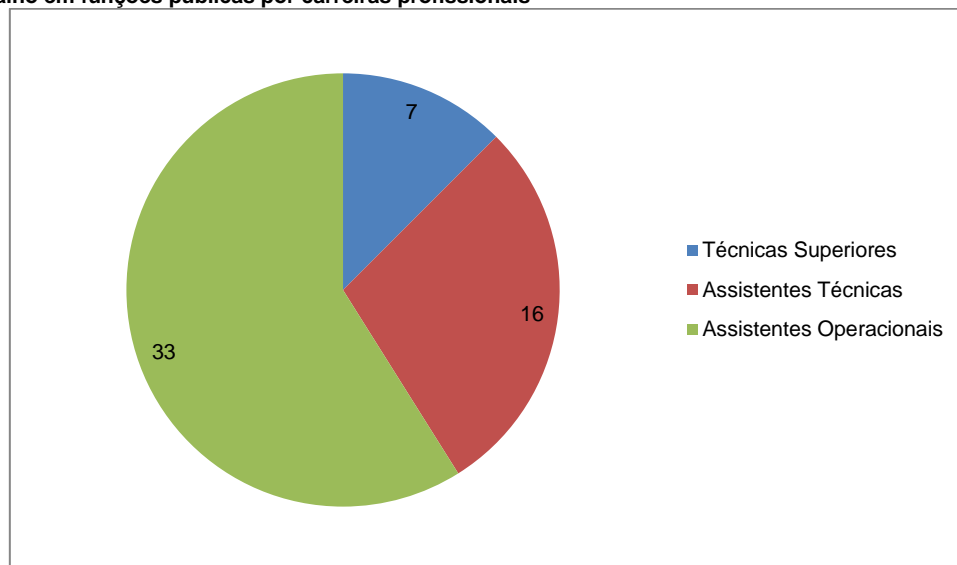


Fonte: Município de Valongo

De forma a suprimir estas necessidades e fruto da revisão das estruturas municipais, publicado no Despacho n.º 795/2013 de 14 de janeiro, procedeu-se recentemente à reafectação de pessoal não docente, nas categorias de assistentes técnicos/as ou assistentes operacionais. Assim, foi feito um esforço interno para identificar pessoas com perfil pessoal e profissional para exercer funções de apoio educativo nos estabelecimentos de educação e ensino e cujos vínculos asseguram estabilidade. Apesar deste esforço, 135 postos de trabalho são ocupados por pessoas inseridas em contratos emprego-inserção do IEFP, que suprimem os défices de

peçoal não docente. Este elevado número de recursos humanos sem vínculo ao município resulta da impossibilidade da Câmara Municipal de Valongo poder contratar novos/as trabalhadores/as face ao indeferimento do pedido de contratar proferido pelo Secretário de Estado da Administração Local, associando-se à impossibilidade de renovação de contratos a termo por terem atingido o limite legal previsto. Assim sendo, o exercício desta competência tem-se revelado preocupante, quer do ponto de vista da estabilidade do peçoal não docente, quer do ponto de vista dos rácios.

Gráfico 8 – Distribuição de Recursos Humanos a exercer funções na área da Educação com regime de contrato de trabalho em funções públicas por carreiras profissionais



Fonte: Município de Valongo

5. Diagnóstico qualitativo dos agentes educativos do Concelho

Neste ponto serão apresentados os resultados da aplicação dos diferentes métodos qualitativos, junto dos vários agentes educativos, devidamente explanados no capítulo III.

5.1. Avaliações externas de Agrupamentos de Escolas

Tendo como ponto de partida os relatórios de avaliação externa existentes em relação aos Agrupamentos de Escolas do concelho, foram analisados os principais pontos fortes e a melhorar, sistematizados no Anexo 6.

Destacam-se, como pontos fracos/ a melhorar na generalidade dos agrupamentos de escola os seguintes aspetos:

- Debilidade nos processos de autoavaliação nas escolas, nomeadamente na definição de indicadores que permitam avaliar a eficácia das medidas implementadas;

- Insuficiência ao nível do acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula enquanto processo de melhoria da qualidade do ensino e desenvolvimento profissional do pessoal docente;
- Falta de articulação entre docentes, estabelecimentos escolares e ciclos de ensino e consequente impacto negativo na sequencialidade das aprendizagens;
- Escasso envolvimento da comunidade educativa, quer na elaboração de documentos orientadores, quer na tomada de decisão.

Os relatórios de avaliação apontam ainda, de uma forma geral, os fracos resultados escolares, quer ao nível das taxas de transição, quer dos resultados nos exames nacionais, indicadores que têm dado sinais de evolução muito positiva nos últimos anos letivos, como demonstram os dados anteriormente apresentados.

O ponto forte mais vezes referenciado nos relatórios é a participação ativa das associações de pais e encarregados de educação, quando essa participação se verifica.

5.2. Focus Groups

Foram planeados 18 *Focus Groups* e realizados 16, de acordo com o quadro 71, envolvendo diferentes agentes locais. De referir que o grupo das Associações de Estudantes não foi efetuado devido à não comparência de qualquer elemento; no entanto, através dos grupos relativos aos Conselhos Gerais, os/as estudantes foram auscultados/as. O *Focus Group* relativo ao Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas de Valongo não foi realizado por incompatibilidades de agenda.

Em termos de taxa de participação, pode constatar-se que esta foi, em média, de 60,9 %, sendo a mais baixa relativa às associações culturais e as mais elevadas, num total de 100%, as relacionadas com a equipa interna afeta à Educação, com as Juntas de Freguesia e com os líderes partidários – Assembleia Municipal e Vereação com e sem pelouro.

As principais conclusões extraídas são as seguintes:

Recursos e potencialidades:

- Proximidade e trabalho em rede;
- Forte tecido associativo;
- Forte potencial das associações culturais e desportivas enquanto elementos estruturantes na ocupação construtiva de tempos livres de crianças e jovens e no processo do sucesso educativo;
- A tradição e a identidade de Valongo: serra, o biscoito, o brinquedo, a extração mineira o hóquei e o atletismo;
- Existência de muitos recursos no meio (entre outros, equipamentos, instalações, projetos).

Problemas e fragilidades:

- Escasso conhecimento do concelho e das suas potencialidades;
- Necessidade de maior comunicação entre Entidades;
- Realização de atividades do mesmo tipo, dirigidas ao mesmo público-alvo, nas mesmas datas;
- Necessidade de incremento da divulgação de atividades;
- Existência de uma multiplicidade de projetos/atividades sem fio condutor;

Quadro 71 – Focus Groups desenvolvidos e respetivas taxas de participação

Dia	Grupo	Taxa participação
11/03/13	Equipa interna afeta à Educação	100%
	Estabelecimentos de Educação e Ensino Particular	20%
	Juntas de Freguesia	100%
	Prevenção, Saúde e Segurança	44,4%
	Divisões do Município	81,8%
12/03/13	Instituições Sociais	52,9%
	Formação Profissional	57,1%
	Associações Culturais	17,7%
13/03/13	Associações de Pais	43,7%
21/03/13	Associações Desportivas	22,2%
03/04/13	Líderes partidários- Assembleia Municipal Vereação com e sem pelouro	100%
09/04/13	Conselho Geral de Alfena	68,7%
15/04/13	Conselho Geral de Campo	45,4%
18/04/13	Conselho Geral Transitório de Ermesinde	40,9%
24/04/13	Conselho Geral de S. Lourenço	81,25%
07/05/13	Conselho Geral de Vallis Longus	76,1%
23/05/13	Direções de Agrupamentos de Escolas	83,3%

Fonte: Município de Valongo

- Desadequação entre a procura e a oferta formativa existente;
- Insuficiência de respostas da rede pública e/ou solidária de ocupação de crianças e jovens (prioritariamente em risco) durante os períodos sem aulas;
- Desvalorização da cultura escolar por parte de alguns jovens e suas famílias;
- Falta de participação de pais, mães e encarregados de educação na vida escolar e nas atividades extracurriculares de crianças e jovens;
- Insuficiência de transporte autárquico gratuito ao serviço de escolas/associações;
- Falta de recursos técnicos que permitam um acompanhamento sistemático dos alunos e alunas com percursos escolares problemáticos;
- Instabilidade do vínculo do pessoal não docente (EPE e 1º ciclo);
- Degradação do Parque Escolar (Escola Básica de Valongo, Escola Secundária de Ermesinde e Escola Secundária de Valongo) e consequente transferência de alunos e alunas para escolas de concelhos vizinhos;
- Défice de equipamentos tecnológicos e didáticos;
- Ausência de competências pessoais para a empregabilidade e aprendizagem ao longo da vida;
- Importância de reforçar a educação para a cidadania;
- Diminuição da oferta de cursos profissionalizantes.

5.3. Estruturas de apoio, redes de parceria e projetos socioeducativos existentes no concelho

O concelho de Valongo possui uma grande diversidade de recursos, redes de parceria e projetos/ atividades socioeducativas. Face à importância de cada uma destas dimensões, analise-se cada uma delas pormenorizadamente.

5.3.1. Estruturas de apoio

Existem no concelho de Valongo várias estruturas de apoio, que nem sempre são do conhecimento da comunidade educativa.

O Gabinete da Rede Social efetuou em 2011 a atualização do Guia de Recursos do Concelho de Valongo. Este guia, designado Guia para a Inclusão, é um instrumento que, de forma organizada, apresenta as Instituições de Saúde, Solidariedade Social, Emprego, Segurança e Educação, bem como as diversas valências existentes no concelho de Valongo. Visa tornar acessível a rede de recursos concelhios no sentido de potenciar a eficácia da intervenção social de técnicos/as. Tal documento pode ser consultado em http://www.cm-valongo.pt/documentos/guia_inclusao.pdf, encontrando-se neste momento em fase de revisão.

Paralelamente, a Área Metropolitana do Porto desenvolveu o espaço ROTEIRO, que permite consultar e organizar, por temas ou Municípios, as diferentes ofertas ao nível de espaços educativos, que possam ser alvo de visita de estudo em cada concelho. O ROTEIRO, que inclui recursos educativos do concelho de Valongo, pode ser consultado em <http://edu.amp.pt/edu/roteiro/>

O Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, promovido pela Direcção Geral de Energia e Geologia – DGEG, do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, e pela Empresa de Desenvolvimento Mineiro SA – EDM, tem como objetivo particular dar visibilidade a um conjunto de iniciativas relacionadas com a problemática geológica e mineira. As iniciativas associadas ao roteiro são de carácter lúdico, cultural, pedagógico, científico, terapêutico, por exemplo: minas abandonadas ou em exploração; museus; curiosidades, paisagens naturais, centros I&D, etc. e incluem recursos do concelho de Valongo. Este Roteiro pode ser consultado em: <http://www.roteirodeminas.pt/>

Apesar dos documentos constituírem poderosos recursos educativos, verifica-se que não englobam a totalidade de estruturas de apoio à prática educativa e pedagógica. Neste sentido, foi efetuada uma compilação destes espaços, que visa agregar todos os acima referidos e outros, atualizando-os sempre que possível. Tal listagem dos espaços e equipamentos com potencialidades educativas no concelho de Valongo pode ser encontrada no Anexo 7.

5.3.2. Redes de parceria

5.3.2.1. Rede Social

A Rede Social é um método de articulação e congregação de esforços entre entidades públicas e privadas, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social.

É um tipo diferente de parceria alargada, entre entidades que atuam nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre Entidades parceiras, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada uma, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos.

Operacionaliza-se através da constituição de órgãos de parceria, tais como o Conselho Local de Ação Social – CLAS – de Valongo, órgão de concertação e congregação de esforços, com base num trabalho de parceria efetiva e dinâmica, que visa a articulação dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social. Criado em 2003, o CLAS de Valongo é constituído pelo Plenário (órgão deliberativo), que à data de criação contava com 32 entidades e que atualmente é composto por 57 instituições, algumas das quais privadas e com fins lucrativos, que intervêm, direta ou indiretamente, na área social. Além do Plenário, é constituído também pelo Núcleo Executivo, que é um grupo operativo constituído, neste momento, por 7 diferentes entidades.

A Rede Social, entendida como a parceria das parcerias, tem vindo, ao longo destes últimos dez anos, a consolidar-se no terreno, seja com a elaboração dos diversos instrumentos de planeamento estratégicos, construídos com base em metodologias participativas, seja com a prática instituída de emissão de pareceres a candidaturas por parte de instituições locais.

5.3.2.2. Rede de Psicólogos/as Escolares – EsPsis

A EsPsis é uma rede de psicólogos e psicólogas que trabalham nos Agrupamentos de Escolas do concelho. Dinamizada pelo município desde a sua criação em Maio de 2009, constitui-se como um grupo de trabalho, apoio e partilha de informação com vista à definição de linhas comuns de intervenção ao nível dos serviços de psicologia e orientação vocacional no concelho de Valongo.

Nos três últimos anos esta rede tem planeado uma atividade conjunta que tem sido desenvolvida no âmbito da VALoriza-te – Mostra de Emprego e Formação do concelho de Valongo, ao nível da orientação vocacional.

Um dos instrumentos da EsPsis é a existência de um *Google Groups* que é ativamente usado na partilha de recursos e de informação.

A instabilidade inerente à colocação dos/as Técnicos/as de Psicologia nas escolas, bem como a redução do número de profissionais colocados, conduz à mudança anual da constituição desta rede, facto que é muito negativo.

5.3.2.3. Outras redes de parceria

A Câmara Municipal de Valongo estabelece diversas parcerias nas áreas educativa, desportiva, ambiental com vista à prossecução dos seus objetivos. Tendo por base a informação disponibilizada por cada uma das divisões que responderam a esta questão e que se refere ao ano de 2013, verifica-se que o Ambiente, a Cultura, o Desporto, a Educação e a Ação Social (onde se integra a área da Cidadania e Igualdade) estabelecem parcerias diversificadas nas várias áreas de intervenção, de âmbito formal e informal, com o intuito de fazer cumprir os seus objetivos. Pode-se destacar como principais parcerias ao nível da Educação a Universidade do Porto no projeto Universidade Júnior; a Universidade Lusófona na atribuição de bolsa de estudo; a Rede das Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação e Ciência na implementação e dinamização das Bibliotecas Escolares; mais especificamente, na área da Educação para a Saúde, existe um conjunto de parcerias importantes com o ACES Maia/Valongo, com a ADICE, com a CESPU, com o Centro Hospitalar S. João e com a Liga Portuguesa Contra o Cancro. No que diz respeito ao Ambiente existem parcerias fundamentais com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto – no âmbito do projeto Rede Natura e com a Universidade Católica – Escola Superior de Biotecnologia – na educação ambiental e sustentabilidade. Ao nível da Cidadania e Igualdade o ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural – é um parceiro de referência no âmbito do Centro

Local de Apoio à Integração de Imigrantes; o Graal no projeto Banco do Tempo; o ACES Maia/Valongo, a ARCA – Associação Cultural e Recreativa da Azenha e vários ginásios são parcerias efetivas no projeto PAS – Programa de Ação Sénior; e a ADICE em diversos projetos de intervenção comunitária; tanto o PAS como os projetos de animação comunitária integram-se na Ação Social. No que se refere à Cultura as associações concelhias de teatro são particularmente relevantes. No Desporto as principais parcerias são ao nível da dinamização de espaços desportivos com a Academia de Ténis de Valongo, com o Clube de Ténis de Ermesinde e com a Associação de Praticantes de Minigolf.

Pontualmente, são ainda estabelecidas parcerias informais que contribuem para a execução dos planos de atividades dos serviços, o que demonstra que a Câmara Municipal de Valongo é uma entidade aberta ao exterior e integradora das possibilidades que o meio envolvente permite.

No que aos Agrupamentos de Escolas diz respeito, e tendo por base a informação constante nos inquéritos aos Agrupamentos de Escolas, verifica-se que o Agrupamento Vallis Longus indica a existência de parcerias com diversas empresas de fotografia e com o Agrupamento de S. Lourenço (no âmbito da terapia da fala, terapia ocupacional e fisioterapia para a rentabilização de terapeutas em diversas unidades de apoio especializado). O Agrupamento de Escolas de Valongo estabelece diversas parcerias para a realização de estágios de alunos/as em contexto de trabalho referentes aos cursos profissionais existentes. O Agrupamento de Escolas de Campo tem protocolo com instituições de ensino superior como a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti e a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, bem como diversas associações locais da área cultural (Cabeças no Ar e Pés na Terra, Grupo Dramático e Recreativo da Retorta e Os Canários) e da área social (Centro Paroquial e Social são Martinho de Campo e Associação de Promoção Social do Calvário).

Os Agrupamentos de Escolas de Alfena e S. Lourenço referem a não existência de parcerias e/ou protocolos ativos com outras Entidades. O Agrupamento de Escolas de Ermesinde não respondeu à questão. Partindo do conhecimento da realidade dos Agrupamentos que as técnicas da área da Educação têm verifica-se que a informação disponibilizada é manifestamente incompleta e/ou incorreta uma vez que todos os Agrupamentos têm parcerias (formais ou informais) com Entidades externas.

5.3.3. Atividades e projetos socioeducativos existentes no concelho

5.3.3.1. Desenvolvidos pelo Município

Tendo por base os instrumentos de:

- Recolha integrada das atividades/projetos dirigidos às escolas no ano letivo 2012-2013, que agrega as iniciativas das divisões das seguintes áreas: a) Ambiente; b)

Cultura; c) Desporto; d) Educação; e e) Cidadania e Igualdade, bem como as áreas de f) Empreendedorismo, g) Proteção civil e h) Medicina veterinária.

- Recolha integrada de iniciativas dirigidas a outros públicos, preenchidos pelas mesmas divisões/ serviços;

é possível extrair algumas conclusões.

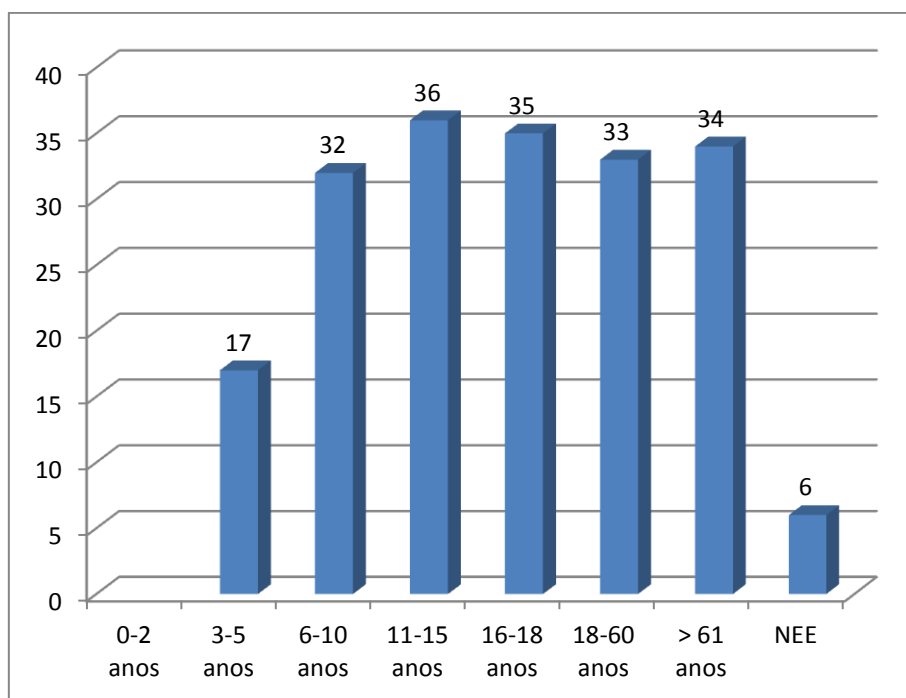
Em geral, no que às atividades diz respeito, é possível identificar a existência de 84 tipos de respostas educativas dinamizadas pelas divisões do Município (muitas delas repetidas em edições várias ao longo do ano).

Verifica-se ainda que a área que mais atividades/projetos desenvolveu foi a Cultura (38). Segue-se a Ação Social e Cidadania e Igualdade (20), o Ambiente (13), imediatamente seguido pela Educação com 7 atividades. Finalmente, surge o Empreendedorismo (3), a Medicina Veterinária (2) e o Desporto (1). Pese embora a existência de exceções, estas ações tendem a ser de curta duração e com fraca intencionalidade. O Município deverá pois apostar no desenvolvimento de uma linha de ação articulada entre as diferentes ofertas de espaços, equipamentos e áreas de intervenção, que não replique iniciativas nos diferentes serviços, de forma a contribuir para o desenvolvimento educativo integrado, onde as diversas áreas concorrem para um objetivo educativo comum.

Apesar do esforço de uniformização e divulgação integrada junto das escolas verifica-se que este processo necessita de uma maior uniformização de procedimentos. Verifica-se ainda a inexistência de documentos integrados de divulgação dirigidos a outros públicos.

No que ao público-alvo diz respeito e considerando que muitas das atividades/projetos do município se dirigem a mais do que um tipo, foram agrupadas as respostas em faixas etárias, o que perfaz 193 respostas (cada atividade foi contabilizada mais do que uma vez quando se dirigia a mais do que um público-alvo). Assim sendo, através da análise do gráfico 9 verifica-se que existe uma distribuição semelhante entre a maioria dos públicos-alvo considerados.

No entanto, públicos com idade entre os 0 e os 2 anos e com necessidades educativas especiais tendem a ser aqueles com menor número de respostas, sendo que no caso da faixa etária dos 0 aos 2 não existe mesmo nenhuma atividade.

Gráfico 9 – Distribuição das atividades desenvolvidas pelo Município em função do público-alvo

Fonte: Município de Valongo

No que a projetos socioeducativos diz respeito, o Município tem vindo a dinamizar diversos projetos e atividades, que contribuem para potenciar o papel da Escola, ampliando a sua intervenção, bem como potenciar a aprendizagem ao longo da vida de todo o tipo de públicos. Neste âmbito destacam-se as atividades e projetos constantes no quadro 72.

No Anexo 8 pode ainda ser encontrada a grelha de divulgação integrada de atividades da Câmara Municipal junto de agrupamentos de escola e estabelecimentos de educação e ensino da rede privada.

Quadro 72 – Projetos e atividades desenvolvidos pela Câmara Municipal de Valongo⁴²

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Área municipal responsável
Aprender com Histórias	EPE	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar a literatura como um dispositivo pedagógico de educação para a infância, à luz dos direitos humanos; Contribuir para o respeito por si próprio/a, por pais/ mães, professores/as e pelas outras pessoas em geral, através do desenvolvimento da equidade e capacidade de expressão e de escuta ativa; Contribuir para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e da sua dignidade e dos princípios democráticos; Desconstruir estereótipos em profissionais de educação; Contribuir para a integração dos Direitos Humanos no currículo de atividades desenvolvidas em contexto de sala de aula. 	Apresentação de uma história às crianças sobre temas relacionados com os direitos humanos, recorrendo a recursos pedagógicos diversos. A sua exploração e consequente integração socorre-se da expressão plástica ou dramática ou outras metodologias que possam ser consideradas adequadas	Educação
Atos de Intervenção	Jovens em idade escolar, sobretudo jovens com o 9.º ano ou que frequentam o ensino secundário.	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para o processo de educação para os direitos humanos de alunos e alunas do concelho através da formação neste âmbito; Promover a desconstrução de estereótipos; Contribuir para a eliminação da discriminação; Fomentar uma cidadania ativa e inclusiva; Experimentar linguagens teatrais direcionadas a contextos comunitários, aprofundando o trabalho de profissionais de teatro ao nível do desenvolvimento social e comunitário. 	<p>O projeto “Atos de Intervenção” usa a ação teatral como ponto de partida para a prática educativa e para a educação para os direitos humanos. Inspirado no Teatro do Oprimido mas influenciado por técnicas latino-americanas de teatro popular, pretende transformar o/a espectador/a, de sujeito passivo em sujeito atuante, transformador. Visa a desconstrução de estereótipos junto de alunos e alunas, utilizando a dramatização como instrumento de estímulo e de tomada de consciência para as problemáticas sociais e, portanto, como mote para ação.</p> <p>Depois de se selecionar uma temática no âmbito dos direitos humanos, o público-alvo passa por 3 fases sequenciais de intervenção com objetivos e metodologias distintas: no ato 1 efetua-se a introdução à temática, utilizando habitualmente estratégias de educação não-formal; no ato 2 visualiza-se uma peça de teatro acerca do tema selecionado; no ato 3 efetua-se a integração de conhecimentos, recorrendo a metodologias diversas. Privilegia-se, em todo o processo, a interação e a</p>	Educação

⁴² Foram selecionadas as atividades e projetos socioeducativos mais relevantes, desenvolvidos exclusivamente pela Câmara Municipal de Valongo ou em parceria (mas em que o município tem um papel preponderante).

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Área municipal responsável
			participação.	
Ateliers ambientais	EPE, 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo, ensino secundário, população em geral (o público-alvo depende do tipo de <i>atelier</i> selecionado).	Sensibilizar participantes para temáticas diversas como: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução e reutilização dos resíduos e incentivar à sua separação; ▪ Importância de preservar os recursos hídricos e de reduzir o consumo de água; ▪ Importância da biodiversidade; ▪ Poupança de energia e a opção pelas energias renováveis. 	<i>Ateliers</i> lúdico-pedagógicos subordinados a vários temas (biodiversidade, água, energia, resíduos, etc.) e com uma forte componente prática e/ou experimental.	Ambiente
Biblioteca Humana	Jovens que frequentam o 9.º ano do ensino básico e ensino secundário.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover uma educação radicada em valores; ▪ Sensibilizar a juventude para a importância da inclusão, da diversidade cultural e da igualdade de oportunidades; ▪ Fomentar o desenvolvimento de uma cidadania europeia aberta ao mundo, que respeite a diversidade cultural, os direitos humanos e se baseie em valores comuns; ▪ Combater a discriminação e desconstruir estereótipos, de forma a fomentar a aproximação entre povos, culturas e religiões; ▪ Promover o diálogo entre pessoas que normalmente não teriam a oportunidade para interagir. 	Atividade que adotou o desafiante <i>slogan Não julgues o livro pela capa</i> . Facilita o diálogo construtivo e informal entre jovens estudantes e pessoas que representam grupos que frequentemente são alvo de preconceitos e estereótipos, criando a oportunidade de relacionamento interpessoal entre grupos que habitualmente não teriam a possibilidade de interagir e permitindo o confronto com estereótipos e preconceitos num ambiente estruturado, protegido e limitado no tempo. Depois de se selecionar Livros Humanos (pessoas voluntárias que protagonizam um estereótipo e com preparação técnica e científica para promover a desconstrução de estereótipos), as escolas são contactadas para avaliar a sua disponibilidade em relação à atividade. No dia de realização da mesma, cada grupo-turma é dividido em grupos de 5-7 elementos. Durante cerca de 20 minutos, cada grupo dialoga com cada um dos Livros Humanos presentes sendo que a atividade termina quando todos os grupos tiverem interagido com todos os Livros. No final é efetuada a avaliação através do preenchimento de um questionário que visa medir o grau de satisfação de participantes e através de uma discussão coletiva. Reinicia-se a atividade com uma nova turma, nos mesmos moldes.	Educação
Bom Dia Sr.ª Alegria! Boa Tarde Sr. Ótimo!	Educadores/as e encarregados/as de educação das Escolas Básicas.	Contribuir para a prevenção da doença mental nas crianças promovendo a aquisição de estratégias de estimulação da atitude otimista por parte da população-alvo.	Este projeto consiste num conjunto de <i>workshops</i> , destinados quer a Educadores/as, quer a Pais e Encarregados/as de Educação. Estes <i>workshops</i> visam trabalhar as temáticas da Educação para a Felicidade e para o Otimismo à luz dos princípios da Psicologia Positiva.	Educação

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Área municipal responsável
Educação para o Consumo	2.º ciclo, 3.º ciclo, ensino secundário, população em geral.	Esclarecer conceitos relativos ao consumo, à utilização de bens e serviços, à publicidade e ao <i>marketing</i> e ainda ao orçamento e endividamento, de forma a promover jovens consumidores socialmente responsáveis, assegurando à sociedade maiores níveis de desenvolvimento e bem-estar.	Ações de (in)formação que visam contribuir para que as pessoas possam filtrar, de modo racional e crítico, as mensagens sobre o consumismo, sendo capazes de distinguir entre necessidades reais e necessidades artificiais, educando-os para o consumo responsável e sustentável.	Cidadania e Igualdade
Programa de Ação Sénior	Portadores/as do Cartão Idoso Municipal residentes no Concelho de Valongo.	<ul style="list-style-type: none"> Potenciar a manutenção das capacidades, habilidades e destreza da população sénior, motivando-a para uma vida ativa, participativa, solidária, crítica e útil ao seu meio social; Promover o convívio da população; Contrariar possíveis níveis de baixa autoestima; desenvolver o sentido de cidadania ativa; Apoiar as instituições de acolhimento sénior no desenvolvimento de atividades de ocupação dos tempos livres; Alertar para a necessidade de um maior envolvimento das famílias; Melhorar/preservar a saúde e a qualidade de vida em geral. 	<p>O PAS é composto por três vertentes, designadamente:</p> <p>Educar para Prevenir – visa contribuir para aumentar os níveis de saúde de participantes, aumentando o conhecimento acerca das doenças relacionadas com a terceira idade, prevenindo e/ou retardando o aparecimento de algumas delas, mediante a dinamização de sessões de informação, com a apresentação de temáticas que afetam a população sénior, designadamente: alimentação saudável, prevenção de acidentes, diabetes, hipertensão, incontinência urinária, entre outras.</p> <p>Academia Sénior – pretende fomentar e dinamizar a ocupação dos tempos livres de seniores, através de atividades de cariz académico, lúdico, desportivo e cultural, contribuindo assim para uma melhor integração social e para um dia a dia mais ativo. Inclui diversas atividades: Expressão musical; Expressões Artísticas; Oficina de teatro; Artes Decorativas; Tecnologias da Informação e Comunicação, Inglês e Desporto.</p> <p>Vamos ao Baile – esta iniciativa visa proporcionar momentos lúdicos, fomentar o convívio e as relações sociais, a aquisição de hábitos de lazer e promover a participação social e comunitária. Tem uma periodicidade quinzenal.</p>	Cidadania e Igualdade
Visitas Ambientais	EPE, 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo, ensino secundário, população em geral.	<ul style="list-style-type: none"> Despertar a curiosidade dos participantes relativamente das Serras de Valongo e sensibilizá-los para a sua preservação; Divulgar e sensibilizar os participantes para a importância da preservação dos valores geológicos das Serras de Valongo; Divulgar e sensibilizar os participantes para a importância da preservação dos valores faunísticos e florísticos das Serras de Valongo. 	As visitas ambientais integram uma visita ao Centro de Interpretação Ambiental, seguida de um percurso pedestre ou visita a antiga mina romana. Esta visita pode ter um caráter generalista (inclui caminhada interpretativa pelo Corredor Ecológico, durante a qual são abordadas várias vertentes de interesse das Serras de Valongo – Área de Paisagem Protegida de Âmbito Local: geologia, biologia, cultura, usufruto sustentado e conservação); Geológica (abordando os aspetos geológicos mais relevantes das Serras de Santa Justa e Pias, explicando a sua formação, a importância dos fósseis, os recursos minerais da região, entre outros aspetos que servirão de	Ambiente

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Área municipal responsável
Visitas Guiadas e Oficinas Em Museus	EPE, 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo, ensino secundário, população em geral.	Motivar e/ou consolidar aprendizagens.	base à visita de campo), e Biológica (abordando aspetos relacionados com o património biológico de Valongo). Visitas efetuadas através do método da descoberta guiada às exposições patentes no Museu Municipal de Valongo, Museu da Lousa e Núcleo Museológico da Panificação. Incluem ainda oficinas que são enriquecidas com métodos e técnicas alusivas à exposição patente.	Cultura

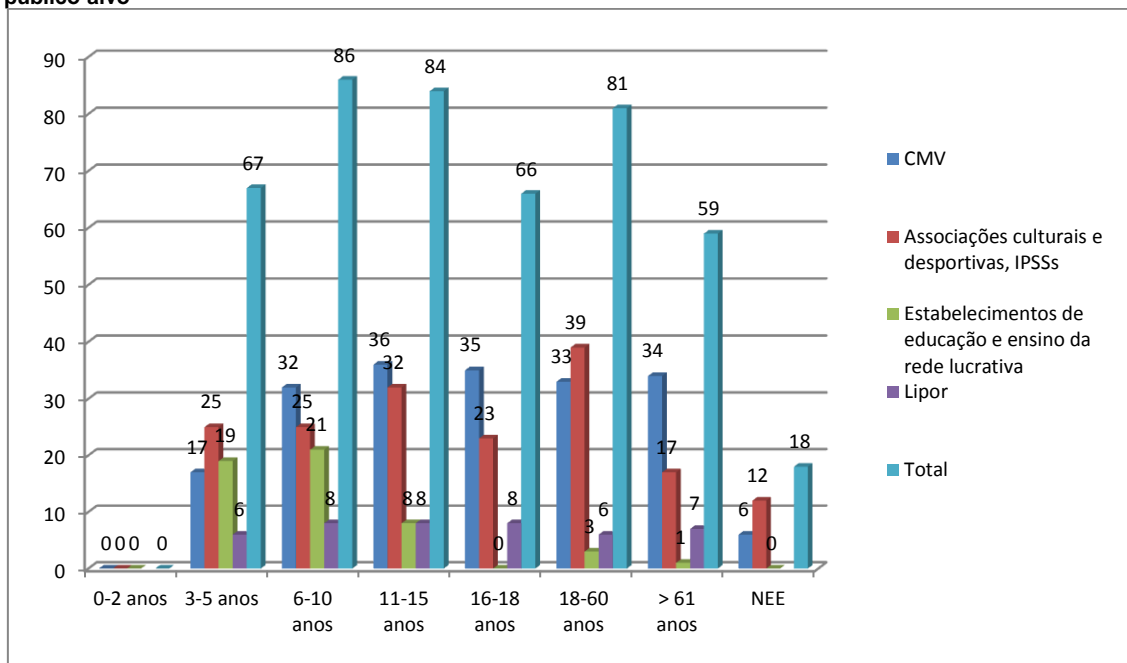
Fonte: Município de Valongo

5.3.3.2. Desenvolvidos por outras instituições

De forma a analisar os projetos educativos existentes foi enviado um questionário de recolha de projetos às Associações Culturais, Associações Desportivas, Estabelecimentos de Educação e Ensino da rede privada e IPSSs bem como à Lipor. Num total de 140 questionários enviados apenas 11 foram respondidos, o que constitui uma amostra claramente insuficiente para a extração de conclusões. Não obstante, e de forma a não inviabilizar o trabalho das Entidades que responderam e a não ignorar as pistas de intervenção lançadas, analisou-se o tipo de resposta existente em termos de faixas etárias. Verifica-se uma tendência semelhante à dos projetos desenvolvidos pelo Município: a inexistência de atividades para a faixa etária dos 0 aos 2 anos e o número reduzido de atividades para públicos com Necessidades Educativas Especiais. Verifica-se ainda, pela análise dos questionários, que existem 12 atividades / projetos dirigidos a este último público por parte de Associações e IPSSs; no entanto, tendem a estar centradas no mesmo grupo-alvo constituído pelos mesmos elementos ao longo do tempo existindo, portanto, um défice de oferta em relação a estes públicos.

Finalmente, é ainda possível verificar que as respostas dirigidas à faixa etária dos 18-60 anos tendem a centrar-se em pessoas beneficiárias de Rendimento Social de Inserção, estando a maioria da restante população a descoberto em relação a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida de carácter não-formal. Analise-se o gráfico 10.

Gráfico 10 – Distribuição das atividades desenvolvidas pelo Município e outras instituições em função do público-alvo



Fonte: Inquéritos às Entidades com intervenção educativa no território

Apresenta-se no quadro 73 uma seleção de atividades / projetos desenvolvidos por estas instituições.

Quadro 73 – Projetos e atividades desenvolvidos por Associações, Estabelecimentos de educação e ensino privado, IPSSs e Lipor

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Entidade responsável
Banco do Livro Escolar	Crianças e jovens em idade escolar.	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar gratuitamente livros escolares. 	Bancos de recolha e partilha gratuita de livros escolares.	Comunidade “Valongo Sou Eu e és Tu” e Vallis Habita E.M.
Batatas com Salsichas	Crianças dos 5 aos 16 anos	<ul style="list-style-type: none"> Criar uma companhia de teatro infantil; Dar a conhecer às crianças um contexto profissional de um grupo de teatro, com horários rígidos e metas a cumprir. 	São abertos <i>castings</i> de entre as crianças que frequentam as nossas oficinas (férias artísticas e de Iniciação ao teatro) de onde é escolhido anualmente o elenco do grupo de teatro de crianças e jovens Batatas com salsichas.	Cabeças no Ar e Pés na Terra – Associação Cultural
Campos de Férias	Crianças do 6-11 idade	<ul style="list-style-type: none"> Promover o contacto direto com a natureza e o respeito pelo meio ambiente; Potenciar o conhecimento do meio onde se inserem, nas suas componentes histórica, cultural, paisagística, artística, social e económica; Incentivar o sentido de interajuda e convivência, necessária à formação integral dos adolescentes através da participação de jovens em atividades familiares da vida diária do campo de férias. 	A LIPOR, integrado na sua Política de responsabilidade Social, organiza Campos de Férias nos períodos das férias escolares dirigidos a crianças dos 6 aos 11 anos de idade.	Lipor
Clube de Pais	Pais, mães e/ou encarregados/as de educação de clientes Espaço Jovem	<ul style="list-style-type: none"> Promover competências parentais para a melhoria das interações pais-filhos: comunicação, regras, conflitos; Promover espaços de diálogo na família bem como partilha de experiências que reforcem e estimulem os diferentes papéis na família; Prevenir situações de risco desenvolvimental 	O Clube de Pais pretendeu promover uma sessão mensal de (in)formação com pais, mães e encarregados/as de educação, abordando temáticas inerentes ao desenvolvimento de educandos/as.	Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde - Centro Social e Comunitário da Cidade de Ermesinde
Clubes	1.º ciclo	<ul style="list-style-type: none"> Promover o gosto pela Geografia, Português, Expressão Dramática, Plástica e Matemática. 	Cinco clubes funcionam com caráter mais lúdico nos quais são formados grupos com alunos e alunas de todas as turmas.	Academia de Ensino Particular Lda
Educação para a Saúde	Grupo de jovens portadores de deficiência e doença mental	<ul style="list-style-type: none"> Promover um estilo de vida saudável e a higiene pessoal 	Sessões sobre Prevenção da Toxicodependência e Alcoolismo, Sexualidade e Higiene Pessoal.	Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde – Comunidade de Inserção
Férias Artísticas	Crianças dos 5 aos 12 anos	<ul style="list-style-type: none"> Ocupar os tempos livres das crianças em interrupções letivas; Estimular a criatividade; Criar novos públicos para o teatro; 	Durante uma semana, as crianças poderão pintar, desenhar, dançar, fazer teatro e cinema. Uma atividade que se encerra numa apresentação a pais e mães no final da semana onde se dá a conhecer o que foi aprendido.	Cabeças no Ar e Pés na Terra – Associação Cultural

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Entidade responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento pessoal das crianças através do aumento da autoestima e autoconfiança. 		
Futsal	Desde crianças em idade pré-escolar até adultos/as sócios/as	<ul style="list-style-type: none"> Objetivos específicos em função de cada público-alvo mas que em geral visam: Promover o espírito desportivo e a prática desportiva regular; Aperfeiçoar a prática de modalidade desportiva em grupo. 	Promover hábitos de vida saudável. A prática de modalidade desportiva é desenvolvida com periodicidade semanal e duração variável, em função da faixa etária.	Associação Social e Cultural de Sobrado
Horta	3-5 anos e 1.º ciclo	<ul style="list-style-type: none"> Cuidar da horta 	Promover o conhecimento e gosto por cultivo de alguns frutos e legumes.	Academia de Ensino Particular Lda.
Novo Milénio da Associação Social e Cultural de Sobrado (Grupo de Dança)	Crianças entre os 7 anos e os 10 anos	<ul style="list-style-type: none"> Promover a iniciativa e criatividade e de relacionamento entre as crianças; Despertar o interesse pelo conhecimento e valorização da dança; Desenvolver as capacidades motoras de alunos e alunas e ampliar o seu campo de experiências; Ajudar a criança/adolescente a descobrir uma nova linguagem, uma outra maneira de transmitir as suas ideias; Transmitir o conceito de dança não só como uma atividade de manutenção do corpo mas também como um meio de descontração e de divertimento. 	O grupo de crianças e adolescente reúne 1 vez por semana no Centro Cultural de Sobrado e desenvolve coreografias em conjunto para posteriormente serem apresentadas à comunidade, em vários tipos de espetáculos.	Associação Social e Cultural de Sobrado
Oficinas de iniciação ao teatro para crianças	Crianças dos 5 aos 12 anos	<ul style="list-style-type: none"> Dar a conhecer as ferramentas utilizadas em Teatro, através da experimentação das mesmas; Aumentar a autoconfiança e a autoestima através do jogo dramático e pela experiência de palco para o público; Estimular a leitura e o pensamento crítico. 	Oficina com duração de 6 meses ministrada por licenciados/as em Teatro. Decorreu entre 2011/2012 e teve como espetáculo final o Macaco do Rabo Cortado.	Cabeças no Ar e Pés na Terra – Associação Cultural
Programa de “Educação e Sexualidade”	Alunos e alunas do 7.º ao 10.º ano de escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> Este Programa preconiza a abordagem de temáticas diversas, respetivamente IST, Planeamento familiar, Relação com os Pares, Afetos, Orientação Sexual, entre outras 	Promover o desenvolvimento de competências no âmbito da saúde sexual e reprodutiva	Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde – GAPPTI
Projeto RE-AGIR	1.º CEB	<ul style="list-style-type: none"> Implementar ações de sensibilização e educação ambiental, em contexto escolar; Reconhecer a importância da valorização dos resíduos urbanos; Difundir práticas ambientais interventivas; Favorecer comportamentos 	O RE-AGIR foi um projeto de consolidação de estratégias de reconhecimento da importância de valorização dos resíduos urbanos e o consequente desenvolvimento de uma consciência ecológica. O projeto desenvolveu-se com base em 3 grandes etapas (Diagnóstico, Implementação e Avaliação), constituídas por aulas de	Lipor

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Entidade responsável
		ambientalmente corretos e responsáveis; ▪ Promover a Reciclagem Multimaterial; ▪ Fomentar a Prevenção da Produção de Resíduos.	campo, identificação de necessidades, ações de sensibilização teórica, ateliers de reutilização, caracterização de resíduos produzidos na instituição, entre outros. No final, pretendia-se obter uma redução efetiva na produção de resíduos institucionais, bem como assegurar práticas de sustentabilidade junto do público-alvo.	
Projeto A Nossa Atitude Conta	Comunidade em geral	▪ Incutir hábitos de separação de resíduos; ▪ Divulgar políticas de prevenção de produção de resíduos; ▪ Mobilizar a participação das comunidades em ações que promovam melhoria ambiental; ▪ Sensibilizar no dever de cidadania individual e social.	A aposta da Lipor no forte envolvimento com a Comunidade potenciou o desenvolvimento do Projeto “A nossa Atitude Conta!”, que surgiu da necessidade de reforçar as iniciativas de sensibilização e educação ambiental dirigidas a cidadãos e cidadãs da sua área de atuação. Assim sendo, foram delineadas as várias etapas deste Projeto tendo por base as orientações estratégicas da Organização. A divulgação das valências da Lipor, bem como a promoção de iniciativas de carácter ambiental (formações, visitas, concursos de separação de resíduos, etc.) que surgem na sequência do desenvolvimento deste Projeto e focalizam as populações como agentes de mudança. Simultaneamente, pretende atuar no sentido de consciencializar para a importância das boas práticas ambientais e de os mobilizar na adoção e implementação das mesmas, acentuou o reconhecimento da estratégia da Lipor na região.	Lipor
Projeto Alquimia da Matéria Orgânica	1.º, 2.º e 3.º CEBs	▪ Valorizar a importância da matéria orgânica e do seu ciclo de vida de forma sustentável; ▪ Focalizar a compostagem como forma de prevenção; ▪ Saber a quantidade de matéria orgânica desviada para compostagem; ▪ Promover a implementação da compostagem na comunidade escolar; ▪ Desenvolver ações de implementação com base no método experimental, de modo a transmitirem-se conhecimentos sobre as diferentes fases do processo de compostagem; ▪ Fomentar a aplicação do produto final – o composto, na dinamização de pequenos espaços de cultivo;	A valorização da matéria orgânica através da compostagem é um dos processos essenciais na estratégia Nacional da Prevenção de Resíduos sendo um objetivo prioritário para a Lipor. O projeto visou promover a redução dos resíduos orgânicos através da compostagem, sendo um veículo facilitador de cidadania e de qualidade da vida, quer na comunidade escolar, quer na comunidade em geral. Aplicou-se um método de trabalho coerente, onde a informação, a formação, a experimentação e a produção, representaram um veículo de sensibilização para o real valor da matéria orgânica, com o objetivo de qualificar e quantificar a quantidade de matéria desviada para compostagem.	Lipor

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Entidade responsável
		<ul style="list-style-type: none"> Consolidar a Lipor como entidade de referência na área de gestão sustentável de resíduos. 		
Projeto Era Uma Vez	EPE	<ul style="list-style-type: none"> Proporcionar aos educadores e educadoras um conjunto de competências essenciais na área dos resíduos urbanos; Fomentar práticas de Reutilização de Resíduos; Promover a Separação Multimaterial; Incentivar a participação das famílias para a correta valorização dos resíduos urbanos. 	<p>Este projeto assentou numa forte componente de sensibilização, com ações diversas, desenvolvidas com as crianças e com os pares, como palestras, jogos didáticos, oficinas de reutilização, ateliers musicais, entre outros. O objetivo final consistia na construção de um livro de grandes dimensões, em material reutilizado e onde constassem as vivências das atividades desenvolvidas. Após a construção do livro, foi desenvolvida uma exposição na Lipor, seguida de um convívio familiar no Parque Aventura. Priorizar o desenvolvimento de ações de sensibilização e educação ambiental.</p>	Lipor
Projeto Escolas Baixo Carbono	2º e 3º CEBs e Ensino Secundário	<ul style="list-style-type: none"> Alertar para a problemática ambiental da poluição atmosférica e consequências das alterações climáticas; Dar a conhecer a rede de medida da Qualidade do Ar; Divulgar as preocupações e a estratégia da Lipor a este nível (Projeto (2M)); Demonstrar a importância da recolha dos óleos alimentares usados (OAU) e valorização, com referência às vantagens associadas reforçando a sensibilização de acordo com a parceria estabelecida com a EGI; Fomentar a implementação de “boas práticas ambientais” na escola, em casa e na comunidade. 	<p>As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios que a Humanidade terá de enfrentar nos próximos anos. O Projeto Escola Baixo Carbono desenvolvido com base no eixo Mobilização da estratégia Lipor 2M, pretendia informar, sensibilizar e mobilizar entidades parceiras e população e para a adoção de comportamentos que reduzam as emissões de carbono associadas à gestão de resíduos.</p> <p>Assim, este projeto assumiu o desafio de mobilizar alunos/as do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, na elaboração de um plano de atividades que alertasse para as problemáticas ambientais relacionadas com as alterações climáticas. Este plano teve em consideração a sensibilização da comunidade escolar e envolvente, através da implementação de medidas de carácter sustentável e da promoção de ações para uma redução das emissões de gases com efeito de estufa, tais como as sessões teóricas de introdução à temática, o cálculo da pegada carbónica e o <i>benchmarking</i> entre instituições educativas.</p>	Lipor
Projeto Resíduos OK	2º e 3º CEBs	<p>Tendo como base de trabalho as medidas 3.4.1 e 3.4.2 do Plano Estratégico para a Gestão Sustentável de Resíduos Urbanos do Grande Porto, o projeto apresenta como principal objetivo a adoção de práticas sustentáveis ao nível da gestão de resíduos que assentem na prevenção e na reciclagem multimaterial.</p> <p>Visa ainda:</p>	<p>Nos últimos anos, a preocupação com a produção de resíduos urbanos na área de influência da Lipor é notória, o que impulsionou a adoção de medidas que garantissem a sustentabilidade do sistema. O projeto “Resíduos OK” surgiu com esse intuito, encontrando-se orientado para um conjunto de iniciativas (formações, caracterizações, debates, análises de documentários, entre outros), que alicerçadas num trabalho de diagnóstico escolar levado a cabo com os corpos diretivos das instituições, bem como</p>	Lipor

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Entidade responsável
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envolver toda a comunidade escolar e a comunidade local no projeto e justificar a contribuição do projeto para a mudança de atitudes e comportamentos nessas comunidades; ▪ Promover a parceria e colaboração com outras instituições e/ou “forças vivas” da comunidade local. 	<p>numa adequada orientação da comunidade escolar para um conjunto de boas práticas no dia-a-dia académico, se traduzisse em resultados efetivos no que diz respeito a uma correta Gestão de Resíduos (otimização de espaços; prevenção de resíduos e correta separação dos mesmos) nas escolas visadas.</p> <p>O Projeto Resíduos OK apresentou como principal meta, a otimização da Gestão de Resíduos no recinto escolar, pelo que a metodologia proposta apresentava como base de trabalho, o desenvolvimento de um plano dinâmico, ajustável no tempo, às necessidades e à vontade do grupo dinamizador, assente em 4 fases essenciais – Diagnóstico Introdução à Temática Implementação do Plano de Ação Avaliação.</p>	
Universidade Sénior de Rotary de Valongo	Pessoas reformadas e, eventualmente, outras pessoas com qualquer grau de ensino	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar a alunos e alunas exercício mental e físico, convívio, troca de experiências, integração na comunidade; ▪ Incentivar a Aprendizagem ao longo da Vida; ▪ Promover um Envelhecimento ativo com dignidade e qualidade de vida. 	<p>Lecionam-se as seguintes disciplinas informática (4 níveis), inglês (3 níveis), filosofia e psicologia, história (clássica, contemporânea e da arte), português, francês, espanhol (2 níveis), cidadania, direito, teologia, saúde, economia, cultura geral, desenho e pintura e, ainda, bordados e rendas, cavaquinho, canto, yoga, defesa pessoal, teatro, ginástica, tradições, música e orfeão, danças de salão.</p> <p>Paralelamente existem iniciativas como conferências, palestras, tertúlias, etc.</p>	Rotary Club de Valongo
Visita Horta da Formiga	Desde o pré-escolar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgar as iniciativas Lipor; ▪ Reforçar a marca Lipor; ▪ Sensibilizar para a temática da compostagem dos resíduos orgânicos ▪ Alertar para a necessidade de separação dos resíduos; ▪ Sensibilizar para a importância da mudança de comportamentos e atitudes, em prol de um desenvolvimento sustentável; ▪ Promover atividades mobilizadoras para participação da população em geral. 	<p>A Horta da Formiga é um espaço criado pela Lipor, para educar e sensibilizar a população, em especial a população escolar, onde é possível demonstrar o que é a compostagem, quais as suas vantagens e diferentes usos.</p> <p>Na Horta da Formiga é possível fechar o Ciclo da Matéria Orgânica, uma vez que se utilizam os resíduos orgânicos, para a produção de composto que é utilizado na horta e pomar biológicos.</p>	Lipor

5.4.3.3. Desenvolvidos por instituições com intervenção supraconcelhia

Neste ponto destaca-se o trabalho desenvolvido na área da Promoção e Educação para a Saúde em contexto escolar por entidades com intervenção supraconcelhia em parceria com o Município de Valongo. Além destes projetos descritos no quadro 74, existem diversos projetos implementados pelo ACES Maia/Valongo no âmbito dos programas nacionais e regionais, a saber: Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral (PNPSO), Programa de Alimentação Saudável em Saúde Escolar (PASSE) e o Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar (PRESSE).

Quadro 74 – Projetos desenvolvidos por Entidades com intervenção supraconcelhia

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Entidade responsável
Educação e promoção da saúde oral	EPE e 1.º CEB	<ul style="list-style-type: none"> Educar e promover a saúde oral; Prevenir as doenças orais; Implementar métodos de higiene oral; Fazer o levantamento do estado de saúde oral de todas as crianças e alunos/as. 	Este projeto consiste num conjunto de ações com vista à melhoria da saúde oral e da prevenção primária e secundária da cárie dentária.	CESPU – Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário
Jovens promotores da saúde	Do 7.º ao 9.º ano	<ul style="list-style-type: none"> Tornar os/as jovens mais reflexivos/as e ativos/as no seu próprio contexto, dando-lhes ferramentas necessárias para se sentirem capazes de fazerem a diferença. 	Trata-se de um projeto de educação por pares que pretende estimular competências ao longo de 3 anos de escolaridade. Através de uma reunião mensal com escolas, são trabalhados temas escolhidos pelo grupo de jovens (no mínimo 6 e no máximo 15 elementos).	Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Norte
Liga-te	2º ciclo	<ul style="list-style-type: none"> Promover a saúde e prevenir o cancro em especial, alertando para a importância de adotar hábitos de vida saudáveis, nomeadamente no que diz respeito à alimentação, reconhecida pela sua capacidade protetora ou precipitante no que a algumas patologias diz respeito. 	Os/as alunos/as são convidados/as, no início de cada ano letivo, a pertencerem a este projeto, ganhando, nesse momento, a possibilidade de pertencerem a um grupo que se preocupa com a saúde e que vai “marcando pontos” em cada atividade que organiza e em que participa, fazendo passar a sua mensagem também à comunidade educativa. No início do ano, são disponibilizadas algumas sugestões de atividades a desenvolver.	Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Norte
Porta aberta à saúde mental	9.º ano e 10º ano de escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a prevenção precoce da doença mental e a diminuição de atitudes estigmatizantes face à doença mental. 	Consiste num concurso de histórias redigidas por alunos e alunas que posteriormente são dramatizadas por utentes do Serviço de Psiquiatria do centro Hospitalar São João e apresentadas aos autores e às autoras e respetivo/a docente numa visita organizada a este serviço.	Centro Hospitalar S. João – Unidade de Psiquiatria do Jovem e da Família da Clínica de Psiquiatria e Saúde Mental

5.4.3.4. Desenvolvidos por Agrupamentos de Escolas

Os Agrupamentos de Escolas constituem o espaço privilegiado para a implementação de projetos educativos em diversas áreas de intervenção, promovendo o sucesso educativo e valores definidos e partilhados pela comunidade.

A partir da seleção de projetos efetuada pelos Agrupamentos de Escolas é possível identificar diversos princípios, orientações e metas a atingir, que constam no quadro 75. À semelhança do que foi referido anteriormente verifica-se pois a existência de uma multiplicidade de projetos e atividades.

Quadro 75 – Projetos emblemáticos e atividades desenvolvidas por Agrupamentos de Escolas⁴³

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Síntese	Agrupamento de Escolas
13 salas / 13 histórias	EPE	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver Competências Pré-Leitoras / Literacia Emergente. 	<p>Tendo como prioridade a linguagem oral, o processamento fonológico e as conceitualizações sobre a linguagem escrita têm sido desenvolvidas atividades como: leitura partilhada entre crianças e adultos, que estimulem a interação verbal; jogos que se focalizem na estrutura fonológica das palavras faladas; atividades que enalteçam a relação entre a fala e o material impresso.</p> <p>Para o efeito foram desenvolvidos procedimentos comuns às 13 salas de atividades: trabalhar 13 histórias segundo uma mesma estrutura (compreensão oral da história; conhecimento prévio das crianças; definição/familiarização da estrutura da história; ordenação das ideias; sequência do texto / produção de inferências) planificadas em conjunto e avaliação dos resultados.</p>	Campo
À Descoberta do Artista.	Desde o pré-escolar até ao 3.º ciclo Comunidade Educativa	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver conhecimentos e capacidades artísticas; Cooperar com outros em tarefas e projetos comuns; Consolidar conteúdos abordados nas aulas. 	<p>Nas aulas os/as alunos/as desenvolvem, num espaço de liberdade e ações educativas estruturadas, trabalhos no âmbito da obra plástica de artistas portugueses. Com o produto deste trabalho é realizada uma exposição, aberta à comunidade, permitindo a todos, e principalmente às crianças e alunos/as, sentir a vivência artística e consequentemente, desenvolver conhecimentos e capacidades neste âmbito.</p>	Vallis Longus
Artes da Ardósia	Turmas dos 7º e 8º anos	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar o reconhecimento do património local; Refletir sobre o papel das manifestações culturais e do património; Dominar a aquisição de conhecimento prático; Conhecer as terminologias e os conceitos na realização de produções plásticas em ardósia; Traduzir diferentes narrativas no âmbito das produções plásticas em ardósia; Identificar e experimentar diferentes modos de representação e expressão na realização de produções plásticas em ardósia. 	<p>A ardósia em Valongo é por excelência uma matéria-prima nobre, tradicional, com potencialidades plásticas e técnicas muito acessíveis, sendo importante incutir nos alunos e nas alunas, numa abordagem integrada, a vontade de melhor conhecerem esta matéria-prima para a poderem trabalhar, valorizando simultaneamente o reconhecimento do património local e desenvolvendo conhecimentos e capacidades com base na experiência.</p>	Vallis Longus
Campanha de Solidariedade	Famílias carenciadas cujos alunos/as frequentam a ESE	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar para o valor da solidariedade; 	<p>Este projeto visa responder a situações de carência socioeconómica, que tendem a não ter capacidade para</p>	Ermesinde

⁴³ Foi solicitado aos agrupamentos de escolas que indicassem 3 projetos emblemáticos. Sempre que os agrupamentos apontaram um número maior do que o pedido, foram selecionadas as atividades e projetos socioeducativos aparentemente mais relevantes, desenvolvidos exclusivamente pelos agrupamentos ou em parceria (mas em que o aqueles têm um papel preponderante). Não foram incluídas as participações em projetos regionais ou nacionais desenvolvidos por outras instituições em contexto escolar.

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Agrupamento de Escolas
		<ul style="list-style-type: none"> Alertar para as carências existentes no meio envolvente; Fomentar o espírito de partilha; Promover a cooperação entre todos os elementos da comunidade educativa; Promover a formação integral do aluno; Contribuir para a "erradicação da pobreza extrema. 	<p>adquirir bens alimentares de primeira necessidade, não conseguindo proporcionar a educandos/as a quantidade / diversidade de alimentos necessários. Para tentar colmatar esta situação o bufete da escola tem vindo a fornecer gratuitamente alguns suplementos alimentares a meio da manhã e/ou da tarde, em situações devidamente comprovadas.</p> <p>O projeto visa ainda o estabelecimento de parcerias com a comunidade com vista à recolha de donativos ou bens alimentares de primeira necessidade que possam ser distribuídos a essas famílias na altura do Natal e no final do ano.</p> <p>Paralelamente, realizam-se 2 "Feirinhas de Artigos Usados" e 2 "Espetáculos de Solidariedade" para os quais é sempre pedida a colaboração de toda a Comunidade Educativa e Comunidade Local. O lucro serve para adquirir bens alimentares adicionais e assim enriquecer os "Cabazes" que são distribuídos a essas famílias.</p> <p>No âmbito desta "Campanha de Solidariedade", nasceu um grupo constituído por alunos/as, ex-alunos/as e Encarregados/as de Educação ao qual se deu o nome de G.U.N.A.S. (Grupo Unido Na Ajuda Solidária). Este grupo trabalha e assegura as iniciativas do projeto. Com ele, concorreram ao projeto "Energia com Vida, Escolas Solidárias, EDP Gás", tendo sido este ano, pelo terceiro ano consecutivo, distinguido como uma das 10 "Escolas Solidárias" a nível da região norte.</p>	
Concurso literário do Agrupamento de Escolas de Valongo	Comunidade educativa	<ul style="list-style-type: none"> Forma de potenciar a escrita no público participante; Motivar para a leitura e escrita; Incentivar a participação de toda a comunidade educativa. 	A prática regular de atividades como a leitura e a escrita é um fator primordial para o bom desenvolvimento intelectual das crianças, jovens e adultos, que ao estimular a sua imaginação e criatividade, potenciam a aquisição de competências e de valores de cidadania.	Valongo
<u>ECO-ESCOLAS:</u> Geração Depositrão; Tinteiros com e sem Valor; Escola da Energia; Eco-Código	Comunidade educativa	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar a Escola e a comunidade para a importância da entrega dos REEE e RPA para reciclagem; Reciclagem de tinteiros e toners vazios; Recolha seletiva de resíduos; Motivar a investigação e compreensão das questões relacionadas com a energia, nomeadamente a eficiência energética e a mobilidade sustentável. 	Recolha dos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, pilhas e lâmpadas, tinteiros e toners vazios; produção de trabalhos de comunicação, através da utilização das técnicas do cartaz e do folheto.	Alfena
Era uma vez	EPE	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver a linguagem oral e escrita; Desenvolver a imaginação e a criatividade. 	O verso de Camões pretende dar ênfase à água, pois a mesma água que separa continentes permite a relação entre eles.	Valongo
Escolas em Movimento	6.º A, 6.º E e toda a	<ul style="list-style-type: none"> Sustentar atitudes e comportamentos 	Este projeto consistiu na elaboração de um vídeo sobre	S. Lourenço

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Agrupamento de Escolas
pela Diabetes (Projeto de Saúde do Agrupamento)	comunidade educativa	conducentes à informação sobre a diabetes, nomeadamente a nível juvenil; Adoção de comportamentos para melhorar a saúde dos jovens; Implementar hábitos de vida saudáveis preventivos de doenças.	alimentação saudável e exercício físico para ajudar a prevenir a diabetes. O vídeo foi votado a nível nacional, tendo ganho o Agrupamento o 2.º prémio. Obteve visibilidade através de uma cerimónia de encerramento com os meios de comunicação social e com a entrega de prémios excelentes aos/às alunos/as envolvidos/as.	
Europacolón (Projeto de Saúde do Agrupamento)	Turmas de 5.º e 6.º ano Comunidade educativa	<ul style="list-style-type: none"> Reformular hábitos de vida de modo a diminuir a prevalência do cancro do colon. 	O trabalho, ao longo do ano, implicou diversas sessões de trabalho com as turmas e encarregados/as de educação envolvidos/as, no sentido de avaliações antropométricas e alimentares de alunos/as. Pretendeu-se a mudança de hábitos de modo a diminuir a prevalência do cancro do colon. Foi ainda realizada uma cerimónia de encerramento com a entrega de prémios excelentes às crianças envolvidas.	S. Lourenço
Gestão e Articulação Curricular na disciplina de Português	1.º, 2.º e 3.º ciclos	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver/melhorar a capacidade de atenção concentração; Suscitar o interesse pela leitura de textos/ histórias; Desenvolver a capacidade para ler de forma fluente; Desenvolver a compreensão global do texto; Aprofundar a compreensão do texto; Desenvolver a compreensão intratextual (palavras-chave, sequência de ideias principais, expressões que espelhem relações temporais/espaciais); Desenvolver a interpretação; Sintetizar a informação tratada; Planificar o texto; Textualizar, respeitando a sua tipologia; Rever o texto; Enriquecer o léxico. 	Com o intuito de melhorar os processos de trabalhos na disciplina de português foram desenvolvidas estratégias e procedimentos comuns a todas as disciplinas que visam abranger a iniciação à leitura (1.º Ciclo), os momentos de preparação da leitura, a leitura propriamente dita e o após a leitura. Esta metodologia é também aplicada ao nível da escrita nos momentos antes, durante e depois da mesma.	Campo
O ensino da Química Verde no ensino secundário	Ensino secundário	<ul style="list-style-type: none"> Introduzir princípios da Química Verde nas aulas experimentais do secundário para diminuir o impacto ambiental dos produtos químicos usados no laboratório. 	A ideia básica da “Química Verde” é desenvolver experiência inovadoras e criativas, do ponto de vista da sustentabilidade, para que através da prática provoque uma mudança de atitude por parte de alunos/as.	Valongo
Projeto “Lugares imaginários: utopia e transição”	Crianças dos JI Barreiro e Xisto	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a formação de cidadãos e cidadãos competentes e plenamente integrados na sociedade. 	Formação de docentes que alicerçou as atividades dos grupos de crianças e exposição final dos trabalhos na Fundação de Serralves.	Alfena
Projeto Direitos Humanos – Amnistia Internacional	Comunidade escolar – especial incidência em alunos/as do 3.º ciclo e do ensino secundário das Escolas Secundária de	<ul style="list-style-type: none"> Promover a Educação em Direitos Humanos (EDH) formal e informalmente no contexto da comunidade escolar, contribuindo para o sucesso através da formação integral de alunos/as; 	Projeto de intervenção, prevenção e educação dos direitos humanos, destinado à comunidade, é orientado pelos objetivos, vetores e metas do Projeto Educativo da Escola no âmbito da formação em atitudes e valores. Representado na Seção Portuguesa da Amnistia	Ermesinde

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Sinopse	Agrupamento de Escolas
	Ermesinde e D. António Ferreira Gomes	<ul style="list-style-type: none"> Alargar a EDH às escolas que integram o Agrupamento; Alargar a EDH à Comunidade escolar e à comunidade local, através de intervenções globais no espaço escolar e de parcerias com Entidades externas. 	Internacional pela estrutura - Grupo de Estudantes da ESE, tem propiciado parcerias externas ao nível local, nacional e internacional.	
Projeto Fénix	Ano letivo 2012-2013 – 8.º ano	<ul style="list-style-type: none"> Promover a recuperação das dificuldades detetadas, o mais precocemente possível; Melhorar o desempenho de alunos/as nas áreas da Língua Portuguesa, Matemática e do Inglês; Promover a responsabilização dos/as aluno/as no ato educativo e nos resultados obtidos; Elevar/Consolidar as competências essenciais na transição de ciclo de ensino. 	Este projeto insere-se no âmbito do Projeto “Mais Sucesso”, está implementado no Agrupamento há 4 anos. Assim, algumas turmas beneficiam de um ensino individualizado, organizado segundo os princípios das turmas Fénix: nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Inglês estas turmas têm três professores em simultâneo em cada uma destas áreas: o professor titular da turma, o professor responsável pelo “ninho das dificuldades intermédias” e o professor responsável pelo “ninho das grandes dificuldades”. Nos ninhos, os alunos e as alunas beneficiam de um ensino mais personalizado e adaptado ao seu ritmo de aprendizagem.	Campo
Projeto Vida e Saúde – Expressões de Sexualidade	3.º ciclo e secundário	<ul style="list-style-type: none"> Transmitir informação correta e atualizada no domínio da saúde; Contribuir para que toda a comunidade escolar aprenda a gerir a saúde de modo informado, consciente, responsável e autónomo; Proporcionar condições para a aquisição de conhecimentos e competências, no domínio da sexualidade, que contribuam para uma vivência mais responsável e feliz; Fomentar a aquisição de competências pessoais que levem os/as jovens a adotar estilos de vida saudáveis; Desenvolver capacidades e atitudes que habilitem a comunidade escolar a lidar com os desafios do quotidiano de forma mais equilibrada e saudável; Fomentar o envolvimento com a comunidade exterior através da participação em projetos, concursos e programas relacionados com a saúde; Dinamizar o trabalho em rede dos vários serviços escolares e da comunidade. 	<p>O projeto inicia a sua intervenção com turmas do 7.º ano e estende-se, gradualmente aos anos seguintes.</p> <p>Os temas tratados nas sessões no 7.º ano são: “O corpo em crescimento”, “Eu e os outros” e “Saúde sexual e reprodutiva”; no 8.º ano: “Porque amar é natural” (tipos de amor, saber dizer não, diferenças de género, planeamento familiar, autoestima e autocontrolo); no 9.º ano “Prevenir vale a pena” (saber dizer não, IST, planeamento familiar, gravidez na adolescência, dimensões do projeto de vida, autoestima e autocontrolo);</p> <p>Para alunos/as de secundário as sessões realizadas resultam das escolhas e solicitações dos mesmos bem como dos diretores de turma.</p> <p>O modelo adotado é transversal às diferentes disciplinas, os professores fazem uma abordagem lúdica do tema a desenvolver, em cada período, motivando os/as discentes para as sessões de sensibilização/informação dinamizados pelos profissionais de saúde parceiros, coordenadores do projeto ou alunos/as de 12.º ano.</p> <p>Também se festejam Dias Temáticos como <i>Dia Mundial da Alimentação</i>, <i>de Luta Contra a Sida</i>, <i>Antitabagismo</i> e <i>Semana dos Namorados</i>.</p>	Ermesinde
Resíduos promovem fertilidade...	Comunidade educativa	<ul style="list-style-type: none"> Focalizar a compostagem como forma de minimizar a produção de resíduos; Promoção de parcerias e colaboração com outras instituições /entidades. 	Fazer compostagem colocando resíduos orgânicos (verdes e secos) nos compositores.	Alfena

Iniciativa	Público-alvo	Objetivos	Síntese	Agrupamento de Escolas
Todos juntos podemos ler	NEE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dotar as bibliotecas escolares de recursos adequados às crianças/jovens com NEE, em diferentes suportes; ▪ Incluir nas bibliotecas escolares materiais facilitadores para o uso autónomo das crianças /jovens com NEE; ▪ Promover a igualdade de oportunidades para todos os alunos e todas as alunas; ▪ Auxiliar docentes de Educação Especial na sua prática pedagógica, através de materiais específicos para o desenvolvimento das capacidades de alunos/as, em face do seu perfil de funcionalidade; ▪ Melhorar o sucesso educativo de alunos/as com NEE. 	<p>Projeto desenvolvido em parceria com a RBE (Rede de Bibliotecas Escolares) e a DSEEASE (Direção de Serviços da Educação Especial e Apoios Socioeducativos), pretende criar bibliotecas escolares inclusivas, que proporcionem reais oportunidades de leitura para alunos/as com NEE.</p>	S. Lourenço
Tralhas & Companhia	Comunidade educativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver a autoestima, criatividade e imaginação nas crianças e alunos/as, dotando-os/as assim de uma disponibilidade mental para que possam desenvolver competências físicas, pessoais, relacionais, cognitivas, estéticas e técnicas, para que sejam capazes de inventar e de transformar aquilo que os/as rodeia, com sentido crítico e positivo. 	<p>O Grupo de Teatro Amador da Escola de Susão, nasceu em 2001, desafiado pela Biblioteca Municipal de Valongo para a Hora do Conto. Em 2004 começou a trabalhar regularmente, com alunos/as dos vários anos de escolaridade levando também ao palco os seus professores/as e pais/mães. Vai na sua 28ª produção, com textos adaptados de autores/as nacionais (Luísa Ducla Soares, Natércia Rocha, José Vaz e Papiniano Carlos), textos originais de Laura Ferreira e Isabel Ferreira, e outros de autores/as estrangeiros/as (Montse Girbert, Sheila Black, Michal Sunit, Anthony Brown) sempre acompanhadas com música clássica ou contemporânea.</p>	Vallis Longus

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

V. PLANO DE AÇÃO

1. Linhas orientadoras do PEM

A partir do conjunto de informações qualitativas e quantitativas reunidas efetuou-se uma análise, que permitiu a avaliação estratégica das problemáticas existentes e a consequente definição de domínios prioritários de intervenção do PEM, cujo resumo se sistematiza no quadro 76.

Quadro 76 – Eixos de Intervenção PEM

Valongo Município Educador		
Eixo I – Sucesso Educativo, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade		
Objetivo	FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
E1/01. Melhorar os níveis de competências dos/as alunos/as.	<p>Taxas de sucesso no ensino secundário abaixo das metas 2015.</p> <p>Taxas de retenção e desistência elevadas no ensino secundário.</p> <p>Resultados dos exames nacionais a Português e a Matemática abaixo das metas 2015 no 1.º e 2.º CEBs e secundário.</p> <p>Degradação do Parque Escolar (Escola Básica Vallis Longus, Escola Secundária de Ermesinde e Escola Secundária de Valongo) e consequente transferência de alunos e alunas para escolas de concelhos vizinhos.</p> <p>Défice de equipamentos tecnológicos e didáticos.</p> <p>Ausência/Insuficiência ao nível do acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula enquanto processo de melhoria da qualidade do ensino e desenvolvimento profissional do pessoal docente.</p> <p>Falta de recursos técnicos que permitam um acompanhamento sistemático dos alunos e alunas com percursos escolares problemáticos.</p>	<p>Taxa de sucesso no ensino básico acima das metas 2015.</p> <p>Resultados dos exames nacionais a Português e a Matemática acima das médias 2015 no 3º CEB.</p> <p>Evolução positiva da taxa de pré-escolarização.</p> <p>Boa cobertura da Educação Pré-Escolar da Rede Pública.</p> <p>Alargamento da oferta das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar.</p> <p>Parque Escolar renovado (EPE e 1.º ciclo).</p> <p>Redução drástica do número de turmas de 1.º ciclo em regime duplo, o que permite a implementação quase em pleno das atividades de enriquecimento curricular.</p> <p>Cobertura de 100% ao nível dos serviços de refeições nas escolas.</p> <p>Forte tecido associativo.</p> <p>Forte potencial das associações culturais e desportivas enquanto estruturas de apoio na ocupação de tempos livres e na promoção do sucesso educativo.</p>
E1/02. Incentivar uma cultura de escolaridade prolongada e aprendizagem ao longo da vida, potenciando os recursos do meio.	<p>Diminuição da oferta de cursos profissionalizantes e consequente diminuição do número de jovens a frequentar cursos profissionais.</p> <p>Elevada taxa de saída precoce (ensino secundário).</p> <p>Baixos níveis de qualificação escolar e profissional de algumas franjas da população adulta.</p>	<p>Mostra de Emprego e Formação.</p> <p>Abandono Escolar residual ao nível do Ensino Básico.</p> <p>Existência de Entidades Formadoras no concelho.</p> <p>Rede de Psicólogos/as Escolares – EsPsis.</p> <p>Candidatura efetuada ao CQEP (Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional).</p>

	<p>Ausência de competências pessoais para a empregabilidade e aprendizagem ao longo da vida.</p> <p>Extinção dos Centros Novas Oportunidades.</p>	
<p>E1/03. Reforçar e qualificar os recursos humanos do Município e do Ministério da Educação e Ciência afetos à Educação no concelho de Valongo</p>	<p>Insuficiência de recursos humanos afetos à Educação e Juventude.</p> <p>Instabilidade do vínculo do pessoal não docente (EPE e 1º ciclo).</p>	
<p>E1/04. Garantir que pelo menos 25% de desempregados/as de longa duração e todos/as os/as desempregados/as há menos de um ano participam numa medida ativa de emprego.</p>	<p>Elevada taxa de desemprego.</p>	
Eixo II – Cidadania e Igualdade		
Objetivo	FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
<p>E2/01. Garantir o desenvolvimento de projetos de educação para a cidadania e para a saúde em todos os agrupamentos de escolas, de forma articulada.</p>	<p>Défi ce na educação para a cidadania.</p>	<p>Concelho com população jovem.</p>
<p>E2/02. Promover o conhecimento do concelho de Valongo e do seu património histórico, cultural e ambiental.</p>	<p>Escasso conhecimento das potencialidades do concelho.</p> <p>Insuficiência de transporte autárquico gratuito ao serviço das escolas/associações.</p>	<p>A tradição e a identidade de Valongo: a serra, o biscoito, o brinquedo, a extração mineira, o hó quei e o atletismo.</p> <p>Heterogeneidade das freguesias.</p>
<p>E2/03. Aumentar os níveis de participação da comunidade educativa.</p>	<p>Escasso envolvimento da comunidade educativa, quer na elaboração de documentos orientadores, quer na tomada de decisão.</p> <p>Falta de participação de pais, mães e encarregados/as de educação na vida escolar e nas atividades extracurriculares de crianças e jovens.</p> <p>Desvalorização da cultura escolar por parte de alguns jovens e suas famílias.</p>	<p>Existência de Associações de Pais.</p>
<p>E2/04. Melhorar a oferta de serviços que promovam a conciliação entre a vida familiar e profissional.</p>	<p>Falta de oferta de serviços de apoio à família ao nível do 1.º ciclo.</p> <p>Insuficiência de respostas da rede pública e/ou solidária de ocupação de crianças e jovens (prioritariamente em risco) durante os períodos sem aulas.</p>	<p>Experiência piloto de programa para oferta de serviços de apoio à família no 1º ciclo a desenvolver no ano letivo 2013/2014.</p> <p>Existência de muitos recursos no meio (entre outros, equipamentos, instalações, projetos).</p>
Eixo III – Articulação / Comunicação e Planeamento na Comunidade Educativa		
Objetivo	FRAGILIDADES	RECURSOS E POTENCIALIDADES
<p>E3/01. Consolidar uma cultura de planeamento conjunto e de articulação interinstitucional.</p>	<p>Insuficiência de mecanismos de articulação e divulgação intra e interinstitucional.</p> <p>Escasso estabelecimento de parcerias e protocolos.</p> <p>Existência de uma multiplicidade de projetos/atividades no concelho sem fio condutor.</p>	<p>Instrumentos de planeamento concelhios (Carta Educativa; Diagnóstico Social; Plano de Desenvolvimento Social e respetivos Planos de Ação anuais) e sua monitorização.</p>

	<p>Insuficiência de projetos socioeducativos dirigidos a algumas faixas etárias.</p> <p>Fragilidades nos processos de autoavaliação em algumas escolas, nomeadamente na definição de indicadores que permitam avaliar a eficácia das medidas implementadas.</p>	<p>Proximidade e trabalho em rede entre diversas instituições, como a Câmara Municipal, Agrupamentos de Escolas e outras instituições locais, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reunião mensal entre diretores/as dos Agrupamentos de Escolas e Vereador/a da Educação; - Rede de Psicólogos/as Escolares – EsPSIS; - Rede Social do concelho de Valongo; - Existência de um programa concelhio de promoção e educação para a saúde (saúde escolar).
<p>E3/02. Fomentar a partilha e divulgação de informação.</p>	<p>Escassa divulgação das boas práticas das escolas.</p> <p>Necessidade de maior comunicação entre Entidades.</p> <p>Necessidade de incremento da divulgação de atividades.</p> <p>Realização de atividades do mesmo tipo, dirigidas ao mesmo público-alvo nas mesmas datas.</p>	
<p>E3/03. Criar uma estrutura integradora e gestora da oferta educativa e formativa para jovens e pessoas adultas.</p>	<p>Ineficácia da rede da oferta formativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desadequação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho; - Desadequação entre a procura e oferta formativa existente. 	<p>Candidatura efetuada ao CQEP (Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional).</p>

1.1. Objetivos gerais e específicos do projeto

Considerando a análise acima efetuada foram definidos objetivos estratégicos para o PEM, inscritos no quadro 77, bem como objetivos específicos, explicitados seguidamente.

Os objetivos permitirão a avaliação das metas estabelecidas para o PEM, uma vez que permitirão a construção de indicadores qualitativos e quantitativos de avaliação bem como o impacto das ações concretizadas.

Quadro 77 – Eixos e objetivos estratégicos do PEM

Valongo Município Educador	Eixo 1 – Sucesso Educativo, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade	Eixo 2 – Cidadania e Igualdade	Eixo 3 – Articulação/Comunicação e Planeamento na comunidade educativa
	E1/01. Melhorar os níveis de competências dos/as alunos/as.	E2/01. Garantir o desenvolvimento de projetos de educação para a cidadania e para a saúde em todos os agrupamentos de escolas, de forma articulada.	E3/01. Consolidar uma cultura de planeamento conjunto e de articulação interinstitucional.
	E1/02. Incentivar uma cultura de escolaridade prolongada e aprendizagem ao longo da vida, potenciando os recursos do meio.	E2/02. Promover o conhecimento do concelho de Valongo e do seu património histórico, cultural e ambiental.	E3/02. Fomentar a partilha e divulgação de informação.
	E1/03. Reforçar e qualificar os recursos humanos do Município e do Ministério da Educação e Ciência afetos à Educação no concelho de Valongo	E2/03. Aumentar os níveis de participação da comunidade educativa.	E3/03. Criar uma estrutura integradora e gestora da oferta educativa e formativa para jovens e pessoas adultas.
	E1/04. Garantir que pelo menos 25% de desempregados/as de longa duração e todos/as os/as desempregados/as há menos de um ano participam numa medida ativa de emprego.	E2/04. Melhorar a oferta de serviços que promovam a conciliação entre a vida familiar e profissional.	

EIXO 1 – Sucesso Educativo, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade

E1/01. Melhorar os níveis de competências dos/as alunos/as.

E1/01.01. Até ao final do ano letivo 2016/2017 aumentar ou manter as taxas de sucesso no concelho de Valongo, no mínimo para 98% no 1.º ciclo, 95% no 2.º ciclo, 90% no 3.º ciclo, 85% no ensino secundário.

No quadro seguinte pode-se observar as taxas de sucesso concelhias no ano letivo 2011/2012, que constituem o ponto de partida, bem como as metas PEM definidas para 2017. Estas últimas metas foram traçadas, em conjunto, pelas direções dos agrupamentos de escolas do Concelho.

Sucesso escolar: taxas atuais de sucesso vs. metas PEM

Nível de Ensino	Taxas 2011/2012	Metas PEM (2017)
1.º Ciclo Ensino Básico	98,07%	98%
2.º Ciclo Ensino Básico	97,28%	95%
3.º Ciclo Ensino Básico	95,01%	90%
Ensino Secundário	79,6%	85%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

As metas PEM relativas às taxas de sucesso, bem como este objetivo serão alvo de reavaliação anual.

E1/01.02. Até ao final do ano letivo 2016/2017 elevar ou manter as percentagens de classificações positivas, nas provas e exames nacionais de Português e Matemática.

Traduz-se no cálculo das percentagens de classificações positivas, nas diversas provas e exames nacionais.

O quadro seguinte apresenta as taxas concelhias no ano letivo 2011/2012 e as metas PEM definidas para 2017. Estas últimas metas foram definidas, em conjunto, pelas direções dos agrupamentos de escolas do Concelho.

Resultados exames nacionais – percentagens de positivas: taxas atuais vs. metas PEM

Anos	Disciplinas	Taxas 2011/2012	Metas PEM (2017)
4.º ano	Português	84,2%	95%
	Matemática	59,4%	92%
6.º ano	Português	80,6%	92%
	Matemática	60,6%	80%
9.º ano	Português	76,4%	77%
	Matemática	65,6%	57%
12.º ano	Português	60,6%	60%
	Matemática	47,9%	65%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

As metas PEM relativas às percentagens positivas nos exames nacionais, bem como este objetivo serão alvo de reavaliação anual.

E1/01.03. Até final do ano letivo 2016/2017 adequar instalações e equipamentos escolares de qualidade em todos os níveis de educação e ensino (prioritariamente na Escola Básica Vallis Longus, na Escola Secundária de Ermesinde e na Escola Secundária de Valongo).

E1/01.04. Até ao final do ano letivo 2016/2017 melhorar o acompanhamento de alunos e alunas com percursos escolares problemáticos.

E1/02. Incentivar uma cultura de escolaridade prolongada e aprendizagem ao longo da vida, potenciando os recursos do meio.

E1/02.01. Em cada ano letivo, integrar 100% dos/as jovens em risco de abandono escolar sem concluir o ensino básico, em respostas de educação e formação.

E1/02.02. Até final do ano letivo 2016/2017, integrar 80% dos/as jovens que não se enquadram em Cursos de Educação e Formação (CEF) e/ou Vocacionais em respostas formativas adequadas às suas necessidades.

Os dados do INE apontam para uma taxa de abandono escolar, antes da conclusão do ensino básico, de **1,36%**, no Concelho de Valongo, enquanto os dados fornecidos pelos Estabelecimentos Escolares, relativos ao ano letivo 2011/2012, indicam que, no ensino básico, abandonou a escola **0,07%** da população escolar.

As direções dos agrupamentos de escolas definiram, em conjunto, relativamente ao abandono no ensino básico, as metas estabelecidas no quadro seguinte:

Abandono escolar: taxas atuais vs. metas PEM

Nível de Ensino	2011/2012	Metas PEM (2017)
Ensino Básico	0,07%	0,1%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

E1/02.03. Reduzir ou manter as taxas de abandono precoce de educação e formação⁴⁴, não ultrapassando as metas definidas no Programa Nacional de Reformas 2020.

De acordo com os dados fornecidos pelos Estabelecimentos Escolares, **5,15%** da população escolar do ensino secundário, em 2011/2012, abandonou o sistema de educação e formação sem concluir esse nível de ensino.

A Estratégia 2020 define como objetivo a redução da saída precoce do sistema de ensino e formação, no ensino secundário, de acordo com a seguinte calendarização da meta: 2011 – 27%; 2012 – 23%; 2013 – 19%; 2014 – 15%; 2020 – 10%.

Considerando que, de acordo com os dados fornecidos pelos estabelecimentos escolares, estas metas foram já ultrapassadas, as direções dos agrupamentos de escolas definiram, em conjunto, as metas estabelecidas no quadro seguinte:

Abandono precoce de educação e formação: taxas atuais vs. metas PEM

Nível de Ensino	2011/2012	Metas PEM (2017)
Ensino Secundário	5,15%	4%

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino

E1/02.04. Até final do ano letivo 2016/2017, 50% dos/as jovens no ensino secundário frequentam cursos profissionais.

No ano letivo 2012/2013 **27,2%** dos jovens a frequentar o ensino secundário integravam turmas do ensino profissional.

E1/02.05. Aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, 4000 pessoas ativas empregadas e desempregadas.

E1/03. Reforçar e qualificar os recursos humanos do Município e do Ministério da Educação e Ciência afetos à Educação no concelho de Valongo

⁴⁴ INE – Meta Informação: Taxa de abandono precoce de educação e formação = (população residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3.º ciclo do ensino básico, que não recebeu qualquer tipo de educação – formal ou não formal - no período de referência/população residente com idade entre 18 e 24 anos) *100.

E1/04. Garantir que pelo menos 25% de desempregados/as de longa duração e todos/as os/as desempregados/as há menos de um ano participam numa medida ativa de emprego.

Em abril de 2013 contabilizavam-se 9421 desempregados/as, **4479 de longa duração** (47,5 do desemprego registado) e **4942 desempregados/as há menos de um ano**.

Alcançar o objetivo definido implica abranger cerca de 1120 DLD e cerca de 4950 desempregados/as há menos de um ano, tendo por referência os valores de abril de 2013.

EIXO 2 - Cidadania e Igualdade

E2/01. Garantir o desenvolvimento de projetos de educação para a cidadania e para a saúde na comunidade educativa, de forma articulada.

E2/02. Promover o conhecimento do concelho de Valongo e do seu património histórico, cultural e ambiental.

E2/02.01. Até ao final do ano letivo 2015/2016 melhorar a disponibilização de transportes gratuitos a escolas e associações.

E2/03. Aumentar os níveis de participação da comunidade educativa.

E2/03.01. Até ao final do ano letivo 2014/2015 criar condições de auscultação direta da comunidade educativa nos processos de tomada de decisão.

E2/03.02. Até ao final do ano letivo 2016/2017 aumentar os níveis de participação de pais, mães e encarregados/as de educação nas atividades escolares e não escolares.

E2/04. Melhorar a oferta de serviços que promovam a conciliação entre a vida familiar e profissional.

E2/04.01. Até final de 2014, criar respostas gratuitas ou de baixo custo de ocupação de crianças e jovens (prioritariamente em risco), durante os períodos sem aulas.

EIXO 3 – Articulação/Comunicação e Planeamento na comunidade educativa

E3/01. Consolidar uma cultura de planeamento conjunto e de articulação interinstitucional.

E3/01.01. Até final de 2014 efetuar o diagnóstico das atividades e projetos socioeducativas/os existentes no concelho.

E3/01.02. Até final do ano letivo 2014/2015 as atividades/projetos socioeducativos/as são planeadas em função de diversos públicos-alvo.

E3/01.03. Até final do ano letivo 2014/2015 os Agrupamentos de Escola e Estabelecimentos da Rede Privada utilizam um referencial de indicadores comuns.

E3/01.04. Até final do ano letivo 2014/2015 criar canais de comunicação entre os diferentes agentes educativos.

E3/02. Fomentar a partilha e divulgação de informação.

E3/02.01. Até final de 2014 criar pelo menos um mecanismo de divulgação de informação de âmbito concelhio.

E3/02.02. Até final do ano letivo 2015/2016 criar eventos de partilha de boas práticas educativas.

E3/03. Criar uma estrutura integradora e gestora da oferta educativa e formativa para jovens e pessoas adultas.

1.2. Operacionalização do Plano de Ação

Considerando os eixos prioritários, os objetivos gerais e específicos serão definidas iniciativas, projetos e ações concretas, concertadas e articuladas, através de uma metodologia participativa.

O plano de ação, a ser construído em setembro/outubro de 2013, terá o horizonte temporal de um ano letivo.

Neste sentido, e através de grupos de trabalho, será preenchida uma grelha de operacionalização do PEM, que espelhe a intervenção concelhia e de cada entidade para cada eixo e objetivo definido. O modelo proposto para esta grelha é apresentado no quadro 78.

Note-se que para cada uma das atividades a inscrever no Plano de Ação do PEM dever-se-á indicar o público-alvo, a localização no espaço e no tempo, os recursos humanos envolvidos, as parcerias envolvidas, os indicadores e os resultados a alcançar.

Apesar desta definição, o Plano de Ação será um documento dinâmico e em permanente atualização, sujeito a ajustes e alterações que visem melhorar as políticas educativas do concelho.

1.3. Execução do PEM

A execução do PEM do concelho de Valongo será efetuada, à semelhança do restante processo, através de uma lógica de parceria, onde cada entidade é responsável pela operacionalização das atividades e projetos definidos, numa lógica de comprometimento e responsabilização permanentes.

Pretende-se, no entanto, criar uma equipa de trabalho do Projeto Educativo Municipal, que assuma o papel de facilitação do processo de atualização do diagnóstico, de planeamento e de avaliação das intervenções em curso.

As atividades a serem desenvolvidas por esta equipa incluem:

- Coordenar o Projeto Educativo Municipal;
- Elaborar o Plano de Ação anual, em conjunto com as entidades parceiras;
- Monitorizar e avaliar o Plano de Ação;
- Recolher e partilhar informação estratégica com entidades parceiras;
- Articular as atividades e projetos desenvolvidos no âmbito do PEM com outros projetos em curso;
- Promover e reforçar redes de parceria;
- Realizar sessões públicas de informação e discussão sobre as políticas educativas;
- Atualizar o diagnóstico PEM.

1.4. Avaliação do PEM

No que concerne à avaliação, preconiza-se que esta se efetuará do ponto de vista quantitativo e qualitativo visando-se não só os resultados obtidos, mas também o impacto dos mesmos no que às redes de parceria e comunicação, sinergias e outros processos diz respeito. No quadro 79 poder-se-á encontrar a grelha de monitorização a ser utilizada para este processo.

Considerando a importância da avaliação da satisfação das entidades parceiras será construído um questionário de avaliação desta dimensão e será efetuada a respetiva avaliação.

Quadro 78 – Grelha síntese do plano de ação do PEM

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores	Ações	Responsáveis	Entidades parceiras	Calendarização

Quadro 79 – Grelha síntese para avaliação do Plano de Ação do PEM

Eixo	Objetivos		Indicadores de monitorização	Avaliação do cumprimento da execução			Apreciação / Comentário	Responsável e data
	Estratégico	Específico		Sim	Não	Parcial. Quanto?		

BIBLIOGRAFIA

- 2021: *Metas Educativas – La educación que queremos para la generación de los bicentenarios*. Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura
- Azevedo, J. (2001). Comunidades (de) Aprendentes. Um futuro outro para as cidades e para os cidadãos. Comunicação apresentada no 10º aniversário da Quatenaire Portugal-Porto.
- Azevedo, J. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social, Volume 1*, 7-40.
- Barroso, J. (1999). *A escola entre o local e o global: Perspetivas para o século XXI*. Lisboa: Educa.
- Câmara Municipal de Valongo (2007). *Carta Educativa do Concelho de Valongo*.
- Câmara Municipal de Valongo (2010). *Diagnóstico Social do Concelho de Valongo*.
- Câmara Municipal de Valongo (2011). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo 2011-2014*.
- Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F. Ferreira, M., & Vieira, S. (2009). *Investigação-Ação: Metodologia preferencial nas práticas educativas*. Braga: Revista Psicologia, Educação e Cultura, voo. XII, nº 2, pp. 355-380
- Cruz, C. (2012). *Conselhos Municipais de Educação: política educativa e ação pública*. Tese de Doutoramento, Instituto de Educação. Universidade de Lisboa.
- Dicionário Editora da Língua Portuguesa* 2013. Acordo Ortográfico (2013). Porto: Porto
- Educação e Formação para 2020 (EF 2020). Conclusões do Conselho, de 12 de Maio de 2009. *Jornal Oficial C 119* de 28.5.2009.
- Elliot, J. (1991). *Action Research for Educational Change*. Open University Press.
- Faure, E., Herrera, F., Kaddoura, A., Lopes, H., Petrovsky, A., Rahnema, M., Ward, F. (1972). *Learning to be: The world of education today and tomorrow*. Paris: UNESCO
- Formosinho, J., Fernandes, A., Machado, J. & Ferreira, F. (2005). *Administração da educação. Lógicas Burocráticas e lógicas de mediação*. Porto: Asa.
- Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) – Ministério da Educação e Ciência. Acedido a 11 de junho, 2013 em <http://www.gave.min-edu.pt/>
- Instituto Nacional de Estatística (2002). *Censos 2001 – Resultados Definitivos*. INE. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Censos 2011 – Resultados Definitivos*. INE. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) website. Acedido a 7 de junho, 2013 em <http://www.ine.pt>
- Kitzinger, J. (1994). The methodology of Focus Groups: the importance of interaction between research participants. *Sociology of health & Illness*. Vol. 16, n.º 1, 103-121.

- Metas educativas* (2008). Madrid: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- Ministério da Educação e Ciência website. Acedido a 2 de julho, 2013 em <http://www.dgidc.min-edu.pt/>
- Moraes, R. (1999). Análise de Conteúdo. *Revista Educação. Porto Alegre*, 22, n.º 37, 7-32.
- Parecer n.º 4/2011 – Programa Educação 2015 – de 7 de Janeiro de 2011. *Diário da República*, n.º 5, 2.ª série. Lisboa.
- Pordata website. Acedido a 4 de julho, 2013 em www.pordata.pt
- Rojo, V., Jiménez, E., Flores, J., Clares, P., Santero, J., & Rodríguez, S. (2002). *Diseño y evaluación de programas*. Madrid: Editorial EOS.
- Santos, L. (2009). *O Projecto Educativo Local numa “Cidade Educadora”: dos princípios às práticas*. Tese de Mestrado, Departamento de Ciências da Educação. Universidade de Aveiro.
- Saramago, José (2010). O Caderno 2 - Textos escritos para o blog, Setembro de 2008 - Novembro de 2009. Caminho
- Trilla, J. (1998). Animación Sociocultural y Educación en el Tiempo Libre in Petrus, A. (coord.): *Pedagogía Social*. Barcelona: Ariel.
- Villar, M. (2001). *A Cidade Educadora. Nova perspectiva de organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.